

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 20 de Abril de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1115 • Director: Carlos Brito

# COMEMORAR 25 de Abril EM LUTA!

## Álvaro Cunhal no Brasil

O Presidente do Conselho Nacional do PCP está de visita ao Brasil, de 13 a 30 de Abril, onde participa em várias iniciativas e actos públicos naquele país.

Pág. 32

José Pessoa

Olhar  
claro  
em  
câmara  
escura

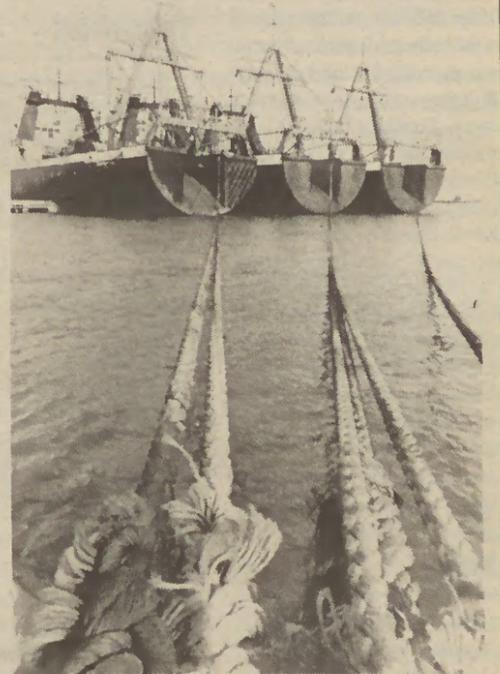


Em entrevista  
por Anabela Fino Centrais

## A guerra das pescas

• Carlos Luís  
Figueira

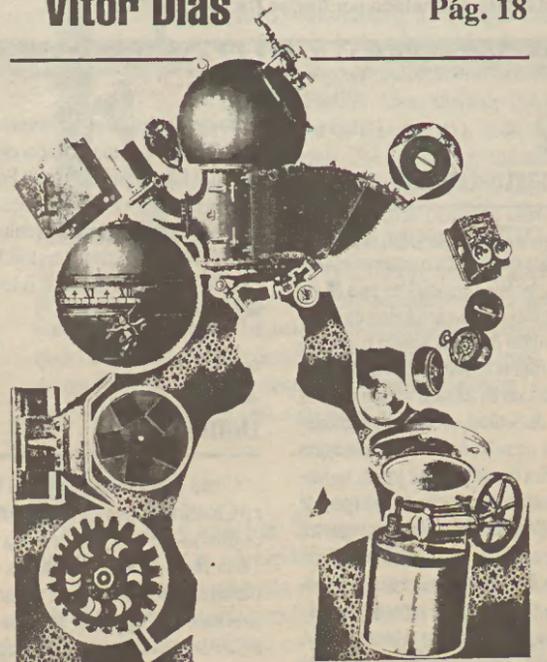
Pág. 19



## Nos bastidores de uma sondagem

• Artigo de  
Vitor Dias

Pág. 18



## As auto-estradas da informação

Págs. 20 e 21

• Francisco da Silva

## União Europeia é as armas nucleares

• Martins  
Coelho

Pág. 22





Abel Prieto é recebido por Carlos Carvalhas

## RESUMO

12  
Quarta-feira

A CGTP-In propõe uma plataforma política que discuta o desenvolvimento económico e social no país ■ Na Marinha Grande, os vidreiros da Pereira Roldão decidem vender o «stock» para manter os fornos acesos ■ Os trabalhadores da Renault voltam a sair às ruas de Setúbal, procurando sensibilizar a população ■ Uma romagem pacífica de mais de mil jovens protesta contra a construção da barragem de Foz Côa ■ Seis barcos portugueses regressam à zona de conflito da Terra Nova ■ O Governo anuncia um conjunto de medidas de emergência para combater a seca no Alentejo ■ A Comissão Europeia abre um inquérito ao plano de ajudas do Governo francês ao Crédit Lyonnais ■ Na Bielorrússia, um grupo de deputados, que protestava contra a realização de um referendo sobre o alargamento dos poderes do presidente, é desalojado do parlamento à matraca.

13  
Quinta-feira

Os agricultores de Évora e Portalegre defendem a construção de três represas no Guadiana, em alternativa à barragem do Alqueva ■ O assassinato de seis timorenses, em Janeiro passado, por forças indonésias é discutido por Abílio Osório, o governador de Timor-Leste, e um alto comissário dos EUA para os direitos humanos ■ Em Pequim, Li Peng anuncia que Jiang Zemin irá suceder a Deng Xiaoping ■ Cuba denuncia a continuação da «política agressiva, hostil e de guerra fria que o Governo americano prossegue» ■ Israel proíbe a entrada até domingo de palestinianos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza ■ O Governo de Londres apela à exclusão do Sinn Féin nas novas negociações do processo de paz para a Irlanda do Norte.

14  
Sexta-feira

A Renault anuncia que irá encerrar a fábrica de Setúbal, no final do ano ■ Um incêndio no distrito de Aveiro consome cinco mil hectares de floresta ■ Continua o impasse na «guerra da palmeta»: Portugal e Espanha disputam a quantidade de pesca deste peixe ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros australiano concorda com a necessidade de libertar os presos políticos timorenses ■ O Conselho de Segurança da ONU autoriza o Iraque de exportar quantidades limitadas de petróleo, sob controlo internacional ■ Bill Clinton anuncia formalmente a sua candidatura a Presidente dos EUA, nas eleições de 1996 ■ O cineasta António Lopes Ribeiro falece.

15  
Sábado

Um incêndio em Albergaria-a-Velha destrói grande parte da mancha florestal do concelho ■ O ministro da República para a Madeira veta um diploma regional sobre a área de protecção especial das Desertas ■ A Comissão Europeia lança um aviso ao Canadá para que não apreenda barcos

e não corte redes aos pescadores europeus ■ Depois da morte de um capitão azul francês em Sarajevo, a França põe em causa a sua presença na Bósnia-Herzegovina ■ Nenhum «acontecimento terrível» destrói Tóquio, ao invés da profecia do líder da seita Verdade Suprema.

16  
Domingo

Com a oposição de Portugal, a UE e o Canadá alcançam um acordo sobre os direitos de pesca da palmeta na Terra Nova ■ Três militantes do Hamas são mortos a tiro por soldados israelitas, na Cisjordânia ■ Inicia-se a Conferência contra a proliferação nuclear, na sede da ONU, em Nova Iorque.

17  
Segunda-feira

Chega a Lisboa, em visita, Abel Prieto, membro do Conselho de Estado e do Bureau Político do CC do PC de Cuba, que é recebido no Soeiro Pereira Gomes pelo Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas ■ A oposição, nomeadamente o PCP, critica fortemente o Governo por não ter exercido o seu direito de veto ao acordo entre a União Europeia e o Canadá sobre pescas ■ A Comissão de Trabalhadores da Renault alerta para a possibilidade de a fábrica de Cacia daquela empresa vir a enfrentar os mesmos problemas que em Setúbal colocam os trabalhadores em perigo de desemprego ■ Mário Soares chega ao Paquistão, após a visita que efectuou à República Popular da China, e reuniu-se com a primeira-ministra Benazir Bhutto ■ As presidenciais dos Estados Unidos entraram na ordem do dia com um discurso de Bill Clinton que assim dá a partida para a sua estratégia eleitoral ■ Cerca de dez mil soldados turcos saem do Iraque iniciando assim a retirada das tropas que naquele país realizaram operações contra os curdos.

18  
Terça-feira

É assinado o protocolo entre Governo e autarquias para a construção do metropolitano de superfície da Margem Sul do Tejo ■ Treze câmaras do Baixo Alentejo reúnem-se em Beja para discutir a situação de seca e desemprego na região e aprovar propostas para entregar ao Governo ■ É assinada uma linha de crédito de apoio às contrapartidas nacionais para investimentos das autarquias em infra-estruturas abrangidos pelos fundos comunitários ■ Greve nos cartórios chama atenção para os malefícios da liberalização no sector ■ Os camionistas filiados no Sindicato de Transportes Rodoviários e Urbanos cumprem o seu segundo dia de greve exigindo melhores condições de trabalho e aumentos salariais ■ A ministra do Ambiente é apupada pela população na Praia da Vagueira, protestando contra a possibilidade de instalação de lixos tóxicos no concelho de Vagos ■ O povoado de Boca Fonte, em Chã de Caldeiras, Cabo Verde, fica soterrado pelas lavas do vulcão da Ilha do Fogo.

## Celebrar Abril - olhar o futuro!

**A**o iniciar-se a distribuição desta edição do «Avante!» já estão muito adiantados por todo o país os preparativos das iniciativas comemorativas do 21º aniversário do 25 de Abril.

Avultam, naturalmente, entre todas, o desfile popular da Avenida da Liberdade, em Lisboa, organizado por uma larga comissão unitária de democratas, o cortejo comemorativo do Porto, organizado por uma comissão constituída pela União dos Sindicatos, colectividades e a Câmara Municipal, mas multiplicam-se pelas cidades, vilas e aldeias as realizações das autarquias, da CDU e do PCP, de diferentes estruturas do movimento associativo e popular.

A Assembleia da República volta a realizar a sua sessão solene e o Presidente da República dá uma recepção comemorativa da data.

A participação nestas iniciativas não é, como os adversários de Abril e alguns dos seus cépticos defensores pretendem fazer crer, uma atitude rotineira e passadista, cada vez mais desvalorizada pelo tempo.

A participação activa nas comemorações é, pelo contrário, a confirmação da rejeição do fascismo em todas as suas manifestações, a recusa dos abandonos e das deformações de muitas das conquistas essenciais do 25 de Abril e a afirmação do apoio e da adesão aos grandes valores e referências da revolução de Abril não apenas pelo que representaram, mas pelo que devem ser no futuro do nosso país.

Oportunamente, a Comissão organizadora do desfile da Avenida da Liberdade, salienta no seu apelo que ele terá «o cunho de uma manifestação que repudia uma linha de orientação desadequada para o país e afirma a necessidade de uma mudança que restitua aos portugueses a confiança no futuro».

Trata-se pois, de uma proposta concreta de acção que, não temos dúvidas, será largamente correspondida, como em anos anteriores e ainda mais pela força inspiradora da grandiosa manifestação do ano passado.

**A**o cabo de 21 anos de hostilidade ao 25 de Abril traduzida tanto nas posições políticas como na acção sistemática para subverter e destruir as suas principais conquistas, incorrendo abertamente na ilegalidade e na inconstitucionalidade, o PSD descobriu, este ano, que também o queria comemorar.

Trata-se, é claro, de mais uma monumental cambalhota, parecida com a da «transparência» ou a das «preocupações com as injustiças sociais».

É a frenética corrida eleitoralista do PSD para tentar recuperar dos desastres da sua governação e procurar reganhar a base de apoio política e social severamente reduzida.

Nesta corrida, a nova liderança, tal e qual como a velha, já mostrou que não conhece limites para a hipocrisia, a demagogia e a mentira.

É assim que, após 10 anos de governo sozinho, oito dos quais em maioria absoluta, o PSD descobre agora as receitas rápidas e milagrosas para resolver de uma penada os problemas da educação, da habitação e da saúde que ao longo de todos estes anos deixou agravar a um ponto extremo e até lança «um novo projecto para criar 50 mil postos de trabalho», quando entretanto é responsável pelo crescimento fulminante do desemprego a aproximar-se rapidamente da casa dos 500 mil desempregados.

Quanto ao hipócrita aproveitamento do 25 de Abril, surge a notícia de que

*A participação activa nas comemorações é, pelo contrário, a confirmação da rejeição do fascismo em todas as suas manifestações, a recusa dos abandonos e das deformações de muitas das conquistas essenciais do 25 de Abril e a afirmação do apoio e da adesão aos grandes valores e referências da revolução de Abril não apenas pelo que representaram, mas pelo que devem ser no futuro do nosso país.*

Fernando Nogueira visitará, nessa data, as terraplanagens de uma fábrica de beterraba, em Coruche, integrado na comitiva do ministro da Indústria, o que mostra como o PSD não hesita em insistir na escandalosa e antidemocrática confusão entre o partido e o Estado, ao mesmo tempo que indicia uma excessiva modéstia, diríamos mesmo a penúria, do «programa comemorativo» do novo líder laranja.

Seja como for, a celebração do 25 de Abril não pode ignorar a demagogia e o eleitoralismo do PSD, tem que proceder ao seu enérgico desmascaramento, apelar a intensificação da luta, em todas as frentes, contra a

política de direita, levantar alto a bandeira da solidariedade com todos aqueles que são mais duramente atingidos por essa política, como os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão, da Renault, de outras empresas em luta e com todos os desempregados.

**N**este 21º aniversário da revolução portuguesa, comemorar o 25 de Abril com os olhos postos no futuro significa lutar por uma nova política, que corresponda a uma verdadeira mudança e traduza uma viragem à esquerda na vida do país.

Caracterizando esta política, numa recente intervenção no Barreiro, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, salientava os seguintes aspectos:

«Uma política que incentive a actividade produtiva e o investimento criador de emprego, uma política que rompa com os critérios da direita e que melhore o nível de vida e o poder de compra da população, alargando o nosso mercado interno, uma política que defenda intransigentemente os interesses nacionais.»

E acrescentava ainda a rematar: «E não há malabarismos que disfarcem esta necessidade.»

Com efeito, toda a nossa realidade e a evolução nacional dos últimos anos, mostra, como foi vivamente documentado ao longo do «Debate com o país» promovido pelo PCP, que não há saída para a angustiada situação presente se não conseguirmos alcançar três condições básicas:

- Um estatuto específico no quadro da integração europeia que permita ao nosso país conceber e executar o seu projecto próprio de desenvolvimento, com respeito pelas especificidades que decorrem tanto do nosso atraso como das nossas aptidões;

- Um aumento considerável da produção nacional na indústria, na agricultura, nas pescas e noutras áreas para que estemos especialmente vocacionados, assegurando a satisfação de necessidades básicas do país e o efectivo combate ao desemprego;

- Uma considerável melhoria das condições de vida do nosso povo no plano salarial, das reformas e pensões, dos benefícios da segurança social e da justiça fiscal, o que implica uma nova repartição do rendimento nacional, sem a qual não haverá projecto de desenvolvimento possível.

Que melhor forma de comemorar a revolução de Abril do que lutar para que se realizem estas condições básicas que entroncam no seu legado mais genuíno?!

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes  
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,  
1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira.  
Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhd — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lx 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 407\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## O rastilho da exclusividade

A possibilidade de o regime de exclusividade que vigora para o Presidente da República, os membros do Governo, o Provedor de Justiça e outros cargos políticos vir a ser, também, aplicado aos deputados parece estar a provocar grande alvoroço em várias bancadas parlamentares.

Não se trata, claro, de todas as bancadas parlamentares, como alguma imprensa tem dado a entender, pois o princípio não representa nada de novo no que toca ao PCP, que foi precisamente quem o propôs em projecto de lei com data de 23 de Fevereiro.

O alarme generalizou-se a partir do momento em que Fernando Nogueira, com evidentes objectivos eleitoralistas, deu, em 5 de Abril, a grande cambalhota da «transparência» e passou a admitir aquele princípio como «regra tendencial».

Há «ilustres barões», adversários de Nogueira, que se declaram visados, outros não têm dúvidas de que é apenas uma tentativa para encostar certas oposições à parede.

Seja como for, o rastilho da exclusividade pôs de novo o PSD em ebulição e está a fazer, mais uma vez, a demonstração da teia de interesses que se desenvolve em torno deste par-

tido e o torna incapaz de empreender qualquer reforma de moralização, por mínima que seja.

Em 15 de Junho, veremos o que sobra desta parada demagógica.

A questão da exclusividade põe, contudo, em evidência a existência de uma «elite dourada» de deputados na Assembleia da República (não apenas de cor laranja), que acumulam o cargo e o vencimento parlamentares com outras profissões, por vezes altamente remuneradas, caso dos gestores de grandes empresas, e que desempenham, independentemente do mérito pessoal, o mandato para que foram eleitos num «part-time» mais ou menos reduzido.

É claro que esta «elite dourada» só pode funcionar neste modelo porque existem deputados em regime de exclusividade (a maior parte), abonados com mais dez por cento do vencimento, que asseguram o trabalho corrente da Assembleia, as comissões, os quoruns, as votações, uma espécie de «obreiras» numa colmeia onde há demasiadas «mestras».

O mais curioso são os argumentos com que esta situação está a ser defendida.

O argumento de que o deputado precisa da acumulação para conhecer o «mundo real», mesmo dando de barato que a exclusividade o

impede, parte do princípio de que depois de eleito a primeira vez, o deputado tira uma espécie de passe para continuar a sê-lo pela vida fora. Por que não defender o salutar princípio da renovação, que é a melhor forma de impedir a «profissionalização» e a «funcionarização»?

É também risível o argumento de que a acumulação assegura a liberdade de consciência do deputado. Olhe-se para a bancada do PSD nestes últimos dez anos, sob a batuta de Cavaco Silva, e lembre-se que até suportou o ultrajante regime das multas imposto pelo chefe.

Assinale-se, finalmente, que o deputado «part-time» não pode assegurar a desejada aproximação com os eleitores e é um dos veículos da promiscuidade da política com os negócios.

Dir-se-á que a acumulação pode ter conteúdos muito diferentes, como no caso da função docente. E é verdade.

Mas não é com esta que a «elite dourada» está preocupada. O que a preocupa é preservar uma condição de deputado que é sempre a base para voos mais altos no público e no privado...

■ Carlos Brito

## Mais transparências

Cavaco Silva e Fernando Nogueira, cada um no seu estilo, já demonstraram exuberantemente que «sabemos o que queremos e para onde vamos». Se não o afirmaram assim, textualmente, há-de ter sido por receio de alguém aparecer a denunciar-lhes o incómodo plágio e de, em consequência disso, algum herdeiro natural do ditador de Santa Comba lhes vir cobrar os merecidos direitos de autor.

António Guterres, que em nada quer ficar atrás de Cavaco e de Nogueira, também já nos garantiu, aliás em ecrã panorâmico, «que sabe o que quer para o País». Para o demonstrar na prática, isto é, para saber para onde vai, precisa apenas de uma oportunidade, precisa apenas da tal «nova maioria» que constitui o seu sonho maior. Daí os esforços que tem desenvolvido nesse sentido e que o levaram, mesmo, a convocar uns Estados Gerais que, pela composição familiar, em consequência disso, algum herdeiro natural do ditador de Santa Comba lhes vir cobrar os merecidos direitos de autor.

Daí a minha estupefacção quando, um dia destes, vinha eu cogitando em tais matérias, de súbito me salta da berma da estrada o rosto ampliado do secretário-geral do PS gritando em altas letras: «A nova maioria é sua.» Minha? — perguntei-me incrédulo. E para comprovar que não se tratava de sonho fiz marcha atrás: lá estava, sem margem para qualquer dúvida, o meio sorridente engenheiro Guterres repetindo-me a oferta e fazendo-o com tamanha insistência que mais parecia tratar-se de uma imposição. Aceitei. E, mantendo a «nova maioria» no bolso do casaco que não levava, prossegui viagem.

Eis senão quando me salta ao caminho um homem com ar de reformado satisfeito (um ser de excepção, portanto) que me grita: «A nova maioria é nossa.» E, para cúmulo, do outro lado da estrada surge-me

uma talqualmente satisfeita jovem (com o ar de quem nunca ouviu falar em *numerus clausus*, nem em propinas e que mal acabou o curso há-de ter tido um emprego à espera, à porta da Universidade) que fez suas as palavras do reformado.

Confesso que fiquei momentaneamente baralhado. E frustrado, na medida em que já pensara mil e uma formas de utilizar a preceito «a nova maioria». Depois percebi o jogo: tudo era transparente, como não podia deixar de ser.

Ao fim e ao cabo, o secretário-geral do PS estava só a brincar: com a «nova maioria» que os Estados Gerais lhe deram bem guardada na mão fechada, fingia que a oferecia a cada um e a todos os transeuntes. Assim como quem espalha falsas ilusões. Assim como quem oferece com uma mão e tira com a outra. Ou então, assim como quem oferece uma prenda envenenada. Que é a prenda pior que nos pode calhar. Não por ser envenenada. Mas por ser prenda.

Desta estória ressalta, no entanto, uma conclusão mais «material», digamos assim, o de enormíssima importância, que é a seguinte: estes painéis gigantes com que o PS inunda o país não-de ser baratíssimos. Com efeito, olhe-se para os gastos publicamente declarados pelo PS em relação a campanhas eleitorais anteriores; divida-se a parte desses gastos reservada aos painéis gigantes pelo número dos ditos afixados; e concluir-se-á que cada um dos ditos painéis não ficará em mais de vinte e cinco tostões (tudo incluído). Com publicidade tão barata, até dá vontade de fazer todos os dias campanhas eleitorais. Bonitas. Eficazes. Transparentes.

■ José Casanova

## Sinais dos tempos

Entrevista de D. Manuel Martins, bispo de Setúbal, ao *Parabens* do último fim-de-semana, constituiu sem dúvida um momento marcante no quadro da desenxabida programação que o Canal 1 proporciona habitualmente aos seus telespectadores.

Questões de religião à parte, D. Manuel Martins representa uma voz singular entre a hierarquia da Igreja em Portugal. A veemência com que assume a defesa dos desprotegidos e daqueles a quem são negados direitos e a sensibilidade perante os problemas concretos do povo, grangearam-lhe notoriedade e respeito. E o tom propo-

sitadamente controverso com que, dentro de óbvios limites, tem polemizado com interesses instalados e com o modo de estar da própria Igreja-instituição - ao ponto de ter reconhecido que «na Igreja é verdade que às vezes nos encostamos demasiado aos ricos e vamos pregando a compaixão pelos pobres» (!) - construiu-lhe uma imagem de autenticidade.

Não faltará quem observe que esta postura crítica de D. Manuel Martins interessa estrategicamente à Igreja-instituição - o que à luz de uma história bimilenar e das suas adaptações - é evidentemente óbvio.

A questão que interessa é porém outra. O caminho para a emancipação social e política dos trabalhadores e dos povos, para a construção de uma sociedade mais justa e livre - que exige sem dúvida o trilhar de percursos complexos e difíceis - não pode ser concebido como exterior ao movimento real das situações e à influência e à interinfluência das várias posições e ideias.

Por isso quando D. Manuel Martins desfiou humildemente pecados que lhe pesam, esperamos ouvi-lo reconhecer o papel dos sindicatos, a quem certamente por preconceito e injusta-

mente um dia acusou de «não estarem ao serviço dos trabalhadores» (!). E esperamos, igualmente, ouvi-lo reconhecer o seu engano quando afirmou que a primeira maioria absoluta do PSD «foi uma oportunidade experimentada de uma grande esperança» (!).

Será que esperamos de D. Manuel Martins por sinais de tempos que ainda não chegaram?

■ Edgar Correia

(!) Entrevista à «Sábado» de 24.08.90.  
(!) Entrevista à revista do «Público» de 11.04.93  
(!) Entrevista ao «Actual» de 25/06/92

# NEPAL

## A bandeira vermelha no Everest

Em Maio de 1993, durante o Seminário Internacional de Calcutá sobre a «Situação Contemporânea e a Validade do Marxismo», tivemos um longo encontro com o Secretário-Geral do Partido Comunista do Nepal (Unificado Marxista-Leninista), camarada Madan Bhandari. Foi o primeiro encontro entre dirigentes do PCP e do PCN (UML). Os nossos partidos eram praticamente desconhecidos entre si, embora soubessem que tanto o PCP como o PCN (UML) eram forças com um grande património de luta ao serviço dos interesses dos trabalhadores e dos povos respectivos. Estabeleceram-se relações de compreensão e respeito mútuo e decidiu-se o seu aprofundamento. A minha visita ao Nepal, na sequência da participação no Congresso do PCI (M), tem aqui a sua origem.

Mas porquê invocá-la? Por duas razões muito simples, mas carregadas de grande significado político.

A primeira porque nesta visita já não encontrei Madan Bhandari, personalidade popular eminente da luta libertadora nepalesa. Poucos dias depois do seu regresso da Índia ao Nepal pereceu num trágico acidente de viação que, tudo indica, foi provocado pelos serviços secretos do imperialismo. O seu funeral, que reuniu mais de 500.000 pessoas, foi provavelmente a maior demonstração de massas, de luto e luta, jamais verificada no país das montanhas mais altas do mundo.

A segunda, para constatar que a promessa feita pelo camarada Bhandari na sua intervenção no Seminário de que «a bandeira internacional dos trabalhadores será hasteada no mais alto pico do Monte Everest» se tornou entretanto realidade. A perfídia anticomunista e a violência da repressão contra as forças progressistas nepalesas não logrou sufocar o poderoso movimento democrático e popular que desde 1989 se vem desenvolvendo no Nepal nem impedir a vitória eleitoral dos comunistas nas eleições de Novembro último. Hoje, o Nepal tem um governo comunista que, embora minoritário, conta com indiscutível prestígio e apoio popular e procura arrancar o país das grilhetas de tipo semifeudal e semicolonial que o tornaram num dos mais pobres e atrasados do mundo.

Quem poderá assegurar qual será o resultado da original e exaltante experiência protagonizada pelos camaradas do PCN (UML)? Conseguirão consolidar a unidade de um partido finalmente reunificado após a dramática pulverização dos anos 60? Conseguirão combinar a acção do Governo e a intervenção criativa das massas nas instituições e nas organizações do movimento popular? Conseguirão quebrar as estruturas do poder autocrático que apesar da nova Constituição democrática continuam de pé? Conseguirão enfrentar com êxito as inevitáveis pressões e ingerências do imperialismo, nada interessado em que nessa região estratégica (o Nepal é um país encravado entre a China e a Índia) possa vingar uma experiência de soberania e de progresso social?

A vida dirá. O que é certo é que neste país de 20 milhões de habitantes, de tradição e religião maioritariamente hindu, pleno de contrastes étnicos e religiosos e marcado por profundas injustiças e desigualdades sociais - reina entre as largas massas uma grande esperança e uma grande vontade de libertação. Podemos comprová-lo nos encontros realizados durante a visita, nomeadamente com a organização da juventude e com os sindicatos, que desenvolvem uma notável actividade em defesa dos interesses vitais e das reivindicações mais sentidas da população.

Sejam quais forem as vicissitudes ulteriores do processo democrático nepalês, uma coisa fica desde já confirmada: a «nova ordem mundial» imperialista não é uma fatalidade perante a qual a luta revolucionária tenha perdido significado e o movimento comunista não só não está em «declínio irreversível» como tem diante de si perspectivas de recuperação e fortalecimento. Em definitivo são as massas que escrevem a História. E são os comunistas os portadores dos valores e ideais que dão sentido às suas aspirações seculares de igualdade, justiça e progresso social e humano. Se os comunistas estão hoje no governo do Nepal não é - como escarnecerão alguns - porque se trate de um país atrasado, mas porque souberam ganhar a confiança das massas e intervir com soluções criativas para a superação das agudas contradições engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo internacional.

É por isso que o que hoje se passa no Nepal tem um significado universal e encerra lições que vão muito para além das fronteiras deste belíssimo país.

■ Albano Nunes



## Vitória — Espaço cultural

Terminou com êxito, na passada quinta-feira, o 1º Salão de Literatura Portuguesa, organizado no Vitória — Espaço Cultural, e cuja agenda viemos divulgando. Inaugurado a 27 de Março com uma sessão de Poesia e Música, o Salão promoveu a venda de livros, em condições excepcionalmente acessíveis, e contou com a participação de 36 editoras e de edições de autor. Em pouco mais de duas semanas, milhares de pessoas visitaram o Salão nas instalações do CT Vitória, em Lisboa.

Já referimos em notícia, na semana passada, as várias iniciativas ali realizadas, nomeadamente o Encontro de escritores, de 30 de Março, o Encontro com Jovens Escritores, em 4 de Abril, com recital e leitura de textos, a sessão de Poesia e Música do passado dia 6, e o vivo debate sobre «Os problemas do livro e da edição» que reuniu alguns editores e escritores jovens. Duas exposições — uma sobre a vida e a obra de Virgílio Martinho, que teve a colaboração da Companhia de Teatro de Almada, e outra de Poesia e Texto de Jovens Autores Portugueses — animaram este espaço.

Na quarta-feira da passada semana, realizou-se novo Encontro com escritores, que a camarada Helena Medina, do CC e da DORL, apresentou, sessão em que participaram, entre outros, José Cardoso Pires, Mário Castrim, Carlos Porto, Urbano Tavares Rodrigues, Ondina Braga, Vultos Sequeira, Jorge Galveias e Glória Marreiros.

Foi um animado colóquio, moderado por Urbano Tavares Rodrigues, e que se prolongou em convívio entre os escritores e a meia centena de participantes até perto da meia-noite.



## Concelhia de Loures defende Abolição definitiva das portagens em Alverca

Manifestando satisfação pela vitória conseguida pelos municípios e populações dos concelhos de Vila Franca de Xira e de Loures, o PCP considera «indispensável» a remoção definitiva das portagens no troço Sacavém/Alverca na auto-estrada nº1.

Um comunicado da concelhia de Loures do PCP, comentado as recentes afirmações sobre esta matéria por parte de responsáveis da Brisa, chama a atenção para a utilização urbana que é dada àquela via e recorda a antiga luta contra as portagens que «desde a primeira hora» conta com a «solidariedade activa do PCP».

A nota refere ainda o anúncio feito pelo Minis-

tro das Obras Públicas quanto à extensão do Metro até Odivelas, afirmando que representa «o reconhecimento da justeza das posições do PCP e do Município de Loures que desde há muito exigiam a construção de uma meio de transporte de ferrocarril como solução para os graves problemas de escoamento de trânsito desta zona».

Por último, a Comissão Concelhia do PCP lamenta que «estas decisões só agora, em período pré-eleitoral, sejam anunciadas, quando há muito se justificavam e eram possíveis, retardando soluções determinantes para a melhoria das condições de vida da população trabalhadora do concelho».

# Um pacote eleitoralista

Comentando o pacote de medidas na área educativa, recentemente anunciado pelo Governo, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou o seguinte comunicado:

1. O anúncio feito pelo Governo de um conjunto de medidas na área educativa, com incidência nos sectores do pré-escolar e dos ensinos especial e secundário, a poucos meses das legislativas, constitui uma iniciativa que comporta óbvios propósitos eleitoralistas, para os quais importa chamar vivamente a atenção da opinião pública.

Mas observadas essas medidas segundo o ângulo do que o Governo considera indispensável fazer, e que não foi portanto até hoje realizado, elas não podem deixar de ser consideradas como o reconhecimento do fracasso de uma política, por parte de um partido, o PSD, que ocupa o poder sozinho há dez anos e que há década e meia tem tido a responsabilidade directa pela pasta da Educação.

2. No que respeita à educação pré-escolar, não pode passar sem reparo a mentirosa referên-

cia do Primeiro-Ministro de que em Portugal «uma em cada duas crianças não tem acesso a este nível de ensino» (sic), quando a realidade é bem mais grave, como se pode observar pelas mais recentes estatísticas do Ministério da Educação, que mostram que a taxa de escolarização não excede os 30% e que a capacidade de cobertura da rede pública dos jardins de infância apenas atinge os 24%.

Mas o que é particularmente grave e enganador nos propósitos do Ministério da Educação é o facto do Governo, com uma medida de falsa generosidade, pretender de facto transferir para outras entidades as suas incontornáveis responsabilidades constitucionais (artº 74º) no que respeita à criação de um sistema público de educação pré-escolar.

3. Em sentido contrário à manobra de desresponsabilização do Governo, o PCP sustenta

vivamente que, para mais nas condições concretas do nosso País, o acesso da generalidade das crianças à educação pré-escolar depende da existência de uma rede pública, do seu carácter gratuito e, consequentemente, da plena assunção pelo Governo das responsabilidades determinadas pela Constituição.

O PCP sustenta, na linha do Projecto de Lei nº 314/VI que apresentou na Assembleia da República, medidas no sentido do alargamento a todo o território nacional de uma rede pública, de carácter gratuito, que satisfaça as necessidades da população, por forma a garantir no mais curto espaço de tempo a educação pré-escolar a todas as crianças de 5 anos e depois às de 3 e 4 anos.

E sustenta ainda e entre outras medidas, a publicação imediata pelo Ministério da Educação das portarias necessárias para a criação e preenchimento de lugares de educadores em jardins de infância das autarquias e a colocação do correspondente pessoal auxiliar; e o estabelecimento

de medidas que adequem os horários dos jardins de infância às necessidades dos familiares, nomeadamente através de actividades complementares das actividades educativas.

4. No que respeita ao plano de construção de cinco mil novas salas de aulas em 360 escolas, para corresponder às necessidades dos alunos do 12º ano que a partir de Setembro vão ser abrangidos pela reforma curricular (que provoca um significativo aumento do número de disciplinas e da carga horária escolar), o que surpreende não é a dimensão dessas necessidades, que são há vários anos conhecidas.

O que é surpreendente e motivador de viva denúncia é o facto do Governo só vir anunciar tal plano a escassos cinco meses do momento em que todas as instalações deverão estar operacionais. O que constitui um inquietante prenúncio para os estudantes e para o normal funcionamento das aulas na abertura do próximo ano lectivo.

## Prodouro Uma mão cheia de nada

Não negando a necessidade de um Programa Específico para a Região do Douro, abrangendo as suas áreas de intervenção nomeadamente económica, social, cultural, e infra-estruturas, as Direcções Regionais de Bragança e Vila Real denunciam o carácter escandalosamente eleitoralista, demagógico e de autopromoção do Primeiro-Ministro na apresentação do «dito» e «denominado» Prodouro.

O PCP denuncia as claras insuficiências, a falta de objectivos estratégicos deste programa, elaborado à margem das organizações económicas, sociais e das autarquias da região, não reflectindo as suas profundas aspirações.

O Prodouro apresenta-se como um amontoado de propostas avulsas, dos diferentes ministérios, na maior parte já por várias vezes prometidas, de obras já iniciadas e de outras promessas de décadas.

As medidas apresentadas «com pompa e circunstância» enquadram-se na política deste governo, de apoio às grandes firmas produtoras-exportadoras, das multinacionais, contra os interesses dos pequenos e médios vitivinicultores do Douro, que são a imensa maioria da população da região.

As propostas que se referem concretamente à agricultura abrangem escassas centenas de agricultores, num universo de mais de 33 mil.

Tal como no tempo da AD: o PDRITM, a Navegabilidade do Douro, a abertura da IP4 ou o PROZED também o Prodouro não vai retirar o Douro das regiões menos desenvolvidas e mais deprimidas de Portugal e da Europa, como o próprio governo tardiamente vem reconhecer.

O PCP reafirma, uma vez mais, como medida essencial o apoio aos pequenos e médios vitivinicultores, a manutenção dos poderes da Casa do Douro, o apoio às Adegas Cooperativas, a defesa e valorização dos vinhos produzidos na região.

Porém, concretização de tais medidas passam pelo afastamento do PSD, nas próximas eleições, e por uma alternativa política, que não aprobe a submissão da

maioria dos produtores do Douro aos interesses dos grandes grupos económicos comunitários como se verificou, recentemente, na proposta da Organização Comunitária do Mercado de Vinhos (OCM dos vinhos), que teve os votos favoráveis do PSD, PS e Rosado Fernandes, contra as recentes promessas aquando das eleições para o Parlamento Europeu.

Espera-se que o PS e o CDS/PP do Sr. Manuel Monteiro não venham, hipocritamente, representar mais uma vez, o papel de quem se indigna e quem protesta em Portugal, enquanto os seus representantes no Parlamento Europeu votam favoravelmente medidas ruins para o País.

## Regional da Guarda convoca assembleia

A Direcção da Organização Regional da Guarda, reunida no dia 12 de Abril, decidiu convocar a II Assembleia da Organização Regional da Guarda para o dia 13 de Maio. Esta importante realização tem como lema: «Com o PCP, Pela Regionalização, Pelo Desenvolvimento, Vencer a Interioridade» e na cidade de Seia, estando prevista a participação do camarada Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP.

A II Assembleia Regional realiza-se num momento de grandes dificuldades para os trabalhadores do Distrito, particularmente para os que laboram no sector têxtil onde a crise e os comportamentos abusivos do patronato levam a que várias centenas de trabalhadores estejam há meses com salários em atraso e onde tudo serve a estratégia da diminuição do número de trabalhadores, como por exemplo, na TLC, na FISEL, TEXTILANA, BELINOS & BELINOS e outras. As paralisações recentes na

Fisel e TLC atestam a gravidade da situação e a disposição dos trabalhadores para fazer respeitar os seus legítimos direitos.

A situação de insegurança chega também a outras empresas, como é o caso da ROBERT BOSCH, que embora tenha facturado no ano passado mais de 2 milhões de contos e um resultado líquido de 130 mil contos, acaba de ser vendida, estando os trabalhadores a viver na angústia da indefinição do seu futuro.

A crise atinge também os trabalhadores da Cooperativa de Cesteiros de Gonçalo que já têm 4 meses de salários em atraso, lutando a empresa com falta de apoios e créditos bonificados que deveriam caber ao sector cooperativo e contra a feroz concorrência dos países asiáticos cujas importações sem regras causam a falência da indústria de artesanato, situação ainda agravada pelo rigor da Segurança Social, que para uns são filhos e para outros enteados.

# Comemorações do 25 de Abril Sempre!

Dezenas de iniciativas estão a ser anunciadas em todo o País para assinalar a passagem do 25 de Abril - Dia da Liberdade, que este ano comemora o seu 21º aniversário. Em Lisboa, as comemorações da Revolução dos Cravos terá o seu ponto alto no tradicional desfile, que sai do Marquês de Pombal e termina na Praça dos Restauradores, onde usará da palavra o Brigadeiro Pizarat Correia.

A Comissão Promotora, constituída por um grande número de personalidades da vida política e cultural do País, divulgou uma apelo à participação no desfile (ver caixa), estando ainda a ser distribuída uma tarjeta com os seguintes locais de concentração:

Avenida da Liberdade - Cabeça do desfile, crianças, antifascistas, juventude;

Rua Braancamp - Sindicatos

Rua Joaquim A. Aguiar - concelhos de Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra;

Avenida Duque de Loulé - concelhos de Almada, Barreiro, Seixal e Moita;

Avenida Fontes Pereira de Melo - Concelhos do Oeste e Norte do Distrito de Lisboa e Loures.

No Porto, terá também lugar um desfile no 25 de Abril, organizado pela União dos Sindicatos, colectividades, Câmara Municipal e outras entidades, estando previsto um vasto programa de iniciativas que referimos na Agenda Política. Entretanto, nos próximos dias, o 25 de Abril é evocado em muitos outros pontos do País, com almoços, jantares e sessões, promovidas por estruturas unitárias, bem como pelas Organizações do PCP, em que se destaca a participação de capitães de Abril e de vários dirigentes comunistas (ver informação detalhada na secção Agenda Política).



## Apelo à participação

Comemorar em 1995 o 25 de Abril, como tem vindo a suceder ao longo dos anos, com continuado apoio popular, não pode ser equiparado a qualquer devoção pelo passado ou mero cumprimento mecânico de um ritual. As celebrações, para além da alegria que adquiriram, assumem o significado de um compromisso público com o sistema democrático e o carácter de um voto, que periodicamente se renova, de fidelidade aos valores universais da libertação do homem. Constituem, ainda, um aviso solene aos que manipulam e agravam as crises económicas e sociais para, explorando os estados de desencanto e dúvida por elas gerados, imporem, em benefício próprio ou dos sófregos interesses de que são mandatários, formas mais restritivas e impeditivas da vontade e dos direitos dos cidadãos.

Reconhece-se presentemente que o País se começa a dar conta que a prática do poder constituído, naqueles órgãos de soberania em que é maioritário, conduziu à grave desestabilização dos mecanismos institucionais criados para lhes assegurar autonomia de competências. Vem-se a assistir, de facto, a uma progressiva apropriação da esfera da acção do poder deliberativo pela do executivo, com a consequente perda de credibilidade da função parlamentar, cuja capacidade para fiscalizar os actos do governo se acha quase anulada e cuja iniciativa legislativa foi despossada de grande parte do espaço próprio. O funcionamento da democracia, por natureza aberto, torna-a especialmente vulnerável perante os inimigos que recorram aos seus próprios mecanismos para a atacarem. E assim o reaparecimento das correntes totalitárias a que se assiste, o desencadeamento de populismos seráficos e despudorados, o cerceamento da liberdade de imprensa, a vigilância e violência policial contra sindicalistas e outros cidadãos, quando a defender os seus direitos, o regresso da influência religiosa ao Estado, a defesa do capitalismo selvagem sob a capa devota da intocável individualismo, da livre iniciativa e do endeusamento do mercado com a deterioração consequente dos níveis de vida, a precariedade laboral, o cerceamento dos direitos dos trabalhadores, o aumento da criminalidade, a insegurança das populações e a progressiva exclusão das minorias e dos desempregados — tudo servido por um ambiente de carácter direitista, portanto mais inclinado a privilegiar os interesses de proveniência financeira em particular, que os interesses do povo em geral — constituem o contexto agregado onde as ameaças à democracia se acham latentes. Esta circunstância, por si só, chegará para emprestar ao desfile do 25 de Abril em Lisboa, o cunho de uma manifestação que repudia uma linha de orientação desadequada para o País e afirma a necessidade de uma mudança que restitua aos portugueses a confiança no futuro.

Construir um Portugal novo assenta na rejeição do Portugal velho da ditadura fascista. Significa, para os que conheceram e padeceram as humilhações e as violências do regime que o 25 de Abril derrubou, reafirmar quanto ainda prezam os momentos exaltantes da libertação e quanto os orgulha serem acompanhados por tantos jovens. A estes está a chegar a hora de receberem o testemunho, também eles cientes do que neste ano se joga e por isso decididos a assumirem a sua quota-parte na tarefa de erigir esse Portugal novo, que é a aspiração comum de todas as gerações.

É em nome desta aspiração que encarecidamente se apela aos democratas conscientes para que estejam presentes no desfile que no dia 25, pelas 15 e 30, descerá a Avenida da Liberdade, em Lisboa.

## Comissão Promotora

Integram este ano a Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril numerosas personalidades da vida política e cultural do País, cujos nomes são os seguintes:

Adalcina Casimiro • Adelaide Pereira • Adélia Pinhão • Agostinho Roseta • Albano Nunes • Alberto Arons de Carvalho • Alberto Martins • Alberto Matos • Alexandre Cabral • Alfredo Esteves Belo • Alfredo Frade • Alfredo Martins Correia • Alice Vieira • Almerinda Bento • Álvaro Rana • Álvaro Saraiva • Amanda Stuart Vasconcelos • Amaro Espírito Santo • Amável Alves • Amélia Pardal • Américo Nunes • Ana Maria Bettencourt • Anabela Botelho • André Martins • Aníbal Ramos • Aniceto Afonso • Anselmo Aníbal • Antero Ribeiro da Silva • António Abreu • António Andrez • António Arnaut • António Azevedo Mota • António Bogalho • António Borges Coelho • António Campos • António Costa • António Dias Lourenço • António Feu • António Galhordas • António Gonçalves • António Graça • António Lopes Cardoso • António Marques Júnior • António Reis • António Teodoro • António Veríssimo Ferro • António Victorino d'Almeida • Aquilino Ribeiro Machado • Arménio Carlos • Arménio Figueiredo • Armindo Dias • Artur Baptista • Artur Cunha Leal • Aurélio Santos • Bacelar Begonha • Baltazar Lourenço • Barão da Cunha • Barata Olivença • Barbosa de Oliveira • Baptista Alves • Beja Santos • Bento Correia • Billstein Sequeira • Blasco Hugo Fernandes • Bouza Serrano • Caio Roque • Caldeira Rodrigues • Cândida Fernandes • Carlos Aboim Inglês • Carlos Beja • Carlos Brito • Carlos Candal • Carlos Carvalhas • Carlos Carvalho • Carlos Crujeira • Carlos Fábão • Carlos Grilo • Carlos Mamede • Carlos Marques • Carlos Reis • Carlos Santos • Carlos Trindade • Celorico Moreira • Céu Fazenda • Cipriano Pisco • Ciro Martins • Cristina Serra • Cristóvão Moreira • Cruz Oliveira • Daniel Branco • Daniel Rodrigues • Delgado da Fonseca • Delmiro Carreira • Demétrio Alves • Dilma Baudouin Madeira Lopes • Diniz de Almeida • Domingos Abrantes • Dórdio Guimarães • Dourada Mendes • Duarte Vidal • Dulce Rebelo • Duran Clemente • Edmundo Pedro • Eduarda Gonçalves • Eduardo Abreu • Eduardo Pires • Elisa Damião • Elvira Nereu • Emídio Martins • Eufrazio Filipe • Ezequiel Lino • Ezequiel Vicente • Falcão de Campos • Fausto Lucas Martins • Feliciano David • Fernanda Figueira de Lima • Fernanda Lapa • Fernanda Lopes Cardoso • Fernanda Mateus • Fernando Casimiro • Fernando Loureiro • Fernando Marques da Costa • Fernando Pesinho • Fernando Silveira Ramos • Fernando Vale • Fisher Lopes Pires • Flora Pereira da Silva • Florival Lança • Francisco da Costa Gomes • Francisco Louça • Francisco Marcelo Curto • Francisco Pinto Ferreira • Francisco Tomás • Garcia dos Santos • Geraldo da Silva Lourenço • Germano Ferreira da Costa • Gilberto Lindim Ramos • Gonçalo Castilho • Gualter Basílio • Guida Vieira • Gusmão Nogueira • Hélder Costa • Hélder Madeira • Helena Andrade Silva • Helena Bastos • Helena Cidade Moura • Helena Lopes da Silva • Helena Medina • Helena Neves • Heloísa Apolónia • Henrique Barros • Henrique Coelho • Henrique Lopes de Mendonça • Herberto Goulart • Hernâni Mourão • Isabel Castro • Jerónimo Rodrigues • Jerónimo de Sousa • João Abel Freitas • João Amaral • João Carlos Aires Maldonado • João Corregedor da Fonseca • João Cravinho • João Cunha Serra • João da Silva • João José Ferreira • João Lázaro • João Luís Andrade e Silva • João Proença • João Silva • João Soares • João Torrado • João Torrinhã Paulo • João Vasconcelos Costa • Joaquim Benite • Joaquim Labaredas • Joaquim Martins • Joaquim Piló • Joaquim Pina Moura • Jorge Ribeiro • Jorge

Cordeiro • Jorge Duarte • Jorge Reis • José Barata Moura • José Bernardino • José Brás • José Casanova • José Casimiro • José Emílio da Silva • José Ernesto Cartaxo • José Leitão • José Luís Alves dos Reis • José Luís Judas • José Luís Pereira • José Luís Teixeira • José Manuel Carinhas • José Manuel Maia • José Manuel Pereira • José Manuel Tengarrinha • José Manuel Torres Couto • José Salvado Sampaio • José Saramago • José Simões • José Tavares • Júlio Fernandes • Landeiro Lopes • Lemos Pinheiro • Leonor Botelho • Levy Baptista • Lídia Nunes • Liliána Póvoas • Linda Silva • Lino Paulo • Lobato Possante • Louro Coelho • Luís Carvalho de Oliveira • Luís Catarino • Luís de Almeida Henriques • Luís de Azevedo • Luís Fazenda • Luís Fernandes • Luís Filipe Costa • Luís Moita • Luís Monteiro Baptista • Luís Nascimento • Luís Sá • Luís Zuzarte • Luísa Irene Dias Amado • Lurdes Franca • Luzia Maria Martins • Madeira Lopes • Manuel Alegre • Manuel Canelas • Manuel Carvalho da Silva • Manuel Correia • Manuel da Silva • Manuel Fernandes • Manuel Gusmão • Manuel Lopes • Manuel Machado Sá Marques • Manuel Maneira • Manuel Pina Cabral • Manuel Ricardo Gomes • Manuel Rodrigues • Manuel Sobral • Manuel Tito de Morais • Manuel Vargas Loureiro • Manuel Cunha • Manuela Oliveira • Manuela Tavares • Margarida Nunes • Maria Alfreda Cruz • Maria Ângela Miguel Grácio • Maria Antonieta Cordeiro Sucena • Maria Augusta de Sousa • Maria Branco • Maria Carolina Tito de Morais • Maria Clementina Amália • Maria da Graça Portela Fernandes • Maria do Carmo Tavares • Maria do Céu Guerra • Maria Elvira Gonçalves • Maria Emília Campos e Matos • Maria Emília Sousa • Maria Emília Tito de Morais • Maria José Gomes • Maria Leticia Clemente da Silva • Maria Luísa Areosa Feio • Maria Vilar Diógenes • Mariana Aiveca • Marília Villa-Verde Cabral • Mário Brandão • Mário Casquilho • Mário Casttrim • Mário de Aguiar • Mário Durval • Mário Jorge • Mário Lino • Mário Neves • Mário Ruivo • Mário Sottomayor Cardia • Mário Tomé • Melo Antunes • Modesto Navarro • Morais e Castro • Moreira de Azevedo • Nápoles Guerra • Noémia Nunes • Nuno Cabeçadas • Nuno Caleia • Nuno Teotónio Pereira • Octávio Pato • Octávio Teixeira • Odete Brás • Odete Santos • Oliveira e Silva • Orlando Bandeira Almeida • Orlando Chão • Orlando de Almeida • Osvaldo Castro • Otelo Saraiva de Carvalho • Palmira Tito de Morais • Paula Coelho • Paulo Rodrigues • Paulo Sousa • Paulo Sucena • Paulo Trindade • Pedraz de Sousa • Pedro Arsénio Nunes • Pedro Canário • Pedro Coelho • Pedro Ramos de Almeida • Pizarat Correia • Pita Alves • Rafael Botelho • Raimundo Narciso • Ramón de La Féria • Rangel de Lima • Raul de Castro • Raul Rego • Regina Marques • Rego Mendes • Ribas de Lira • Riça da Silva • Rodrigues dos Santos • Rogério Fernandes • Rosa Coutinho • Rosa Rabiais • Rosália Ferreira • Ruben de Carvalho • Rui Castelhana • Rui Cunha • Rui Godinho • Rui Mendes • Rui Oliveira e Costa • Rui Paixão • Salvador Pereira Amália • Sanches Osório • Sérgio Carvalhão Duarte • Sérgio Pinheiro • Sérgio Sousa Pinto • Silva Barata • Silvano Ribeiro • Sílvia Pereira Coelho Amália • Sousa e Castro • Stella Piteira Santos • Teresa Benito • Teresa Dias • Teresa Villaverde Cabral • Tomás Ferreira • Tomás Leiria Pinto • Travanca de Carvalho • Ulisses Garrido • Ulpiano Nascimento • Urbano Tavares Rodrigues • Vasco Gonçalves • Vasco Granja • Vasco Lourenço • Vera Lourenço • Vicente da Silva • Vicente Merendas • Victor Alves • Viriato Camilo • Vítor Bastos • Vítor Costa • Vítor Dias • Vítor Faria e Silva • Vítor Hugo Sequeira • Vítor Ranita • Zaluar Nunes Basílio.

# Acção nacional de propaganda da CDU

## Cinco ideias que marcam a diferença

Está em curso, desde o passado dia 14 de Abril, uma acção nacional de propaganda, que inclui a distribuição de um folheto a cores e a colocação de um pendão.

Sob o lema «Quem trabalha merece o melhor!», esta iniciativa visa cobrir todo o território nacional e chama a atenção para as propostas da CDU, que se afirma como «A esquerda que conta para uma mudança verdadeira».

A brochura editada sublinha que o agravamento da situação social e económica do País é

resultado «da política de direita conduzida pelo PSD, há dez anos sozinho no Governo», salientando a necessidade de construir uma alternativa.

Para a mudança, o PCP avança com «Cinco ideias que marcam a diferença» e que se baseiam num «verdadeiro projecto de desenvolvimento e modernização», rompendo claramente com «a atitude de abdicação e subserviência em relação às instâncias dominantes da União Europeia e às políticas de Maastricht»; na «melhoria dos rendi-

mentos e condições de vida dos mais desfavorecidos» como um «importante factor de dinamização da economia»; na «correção das desigualdades (...) combate à concentração da riqueza em poucas mãos e medidas enérgicas de penalização das actividades parasitárias e especulativas»; no «respeito pelos direitos e conquistas históricas do mundo do trabalho (...) e na assunção pelo Estado das suas responsabilidades na garantia do acesso à educação, à saúde, à segurança social e à habitação»; no «revigoramento do regime democrático e no combate (...) aos projectos de alteração antidemocrática das leis eleitorais».

O planfeto apela ainda à contribuição para a Campanha Nacional de Fundos do PCP dos 150 mil contos.



Os portugueses sabem que o País vai mal.

Que a chamada "reloma" é só para alguns, mas a crise é para (quase) todos. Que a responsabilidade maior desta situação é da política de direita conduzida pelo PSD, há dez anos sozinho no Governo.

Portugal não está condenado ao atraso e à dependência. O desemprego e a precariedade, as desigualdades sociais, a corrupção, a insegurança, a droga, a criminalidade crescentes, não são uma fatalidade.

É preciso e é possível dar uma volta a isto.

É possível interromper esta política e construir uma alternativa. Existem forças e condições para uma viragem democrática, para uma mudança verdadeira. Porque há descontentamento, indignação, luta e resistência dos trabalhadores: em greve, de luta, marcho de cidadãos que ganham consciência: que isto não pode continuar assim. Porque as próximas eleições

legislativas são uma oportunidade decisiva para dar corpo, pelo voto dos portugueses, às aspirações justas de mudança.

É preciso mudar a sério. É preciso mudar de política. É pela esquerda que é possível e necessário dar a volta a isto. Não aderindo demagogicamente a promessas sobre tudo e para todos. Mas assumindo responsabilidades que uma nova política é para privilegiar o Portugal que trabalha, resiste e constrói. É para lutar por uma modernização e desenvolvimento do País, assente na mobilização das vontades, através a recursos nacionais, no recombinação do valor e dignidade do trabalho como factor essencial de progresso.

O PCP e a CDU são a esquerda que conta para uma mudança verdadeira.

Os trabalhadores, a juventude, os portugueses sabem que podem contar sempre com o PCP e com a CDU.

Que o voto que nos confiam não é desperdiçado, vale a pena e não é traído.

No momento em que celebramos Abril e Maio, é hora de dar corpo a uma vasta corrente popular de apoio à CDU.

Porque é tempo de mudar. Pela esquerda. Com a CDU.

## Algarve Saúde tem remendos de Verão

Reagindo às medidas recentemente tomadas pela Administração da Região de Saúde do Algarve (ARS) para disfarçar as graves carências dos centros de saúde, num momento em que se aproxima a época turística, a DORAL do PCP contrapõe que «os algarvios têm direito a cuidados de saúde todo o ano», sendo para tal necessário tomar medidas de fundo e não «pôr um penso rápido em cima da ferida».

Para os comunistas, «não se acaba com a falta de médicos, proibindo estes profissionais de gozar férias no Verão», nem «obrigando os enfermeiros a trabalhar em regime de horário acrescido nos próximos seis meses». Estas decisões levantam inclusive a questão da «qualidade dos serviços prestados», com risco acrescido para os utentes.

Por outro lado, o comunicado recorda que continuam por preencher 198 vagas no quadro de enfermeiros da ARS e os centros de saúde funcionam actualmente com cerca de 45 por cento dos profissionais necessários. E se houve a preocupação de construir novas instalações continuam a faltar quadros técnicos e equipamentos para assegurar o seu bom funcionamento.

A DORAL sublinha que a necessidade de outra política que não faça da saúde um negócio, anunciando a sua intenção de, através do grupo parlamentar do PCP, questionar o Governo sobre as opções da ARS que «despreza os utentes, não respeita os direitos dos trabalhadores do sector e se limita a organizar programas de emergência para durante o Verão esconder as graves carências existentes».

## Marinha Grande Judiciária investiga sindicalistas

A Comissão Concelhia do PCP da Marinha Grande alerta que a Polícia Judiciária está a convocar os membros da Direcção do Sindicato Vidreiro e trabalhadores da Pereira Roldão para a esquadra da PSP local «para inquirir sobre a sua luta de Dezembro passado, com nítidos propósitos de apurar responsabilidades pessoais de dirigentes e trabalhadores em factos alegadamente ocorridos».

O PCP manifesta o seu protesto e nota que esta iniciativa decorre «três meses após a luta da MP Roldão e no preciso momento em que se agudizou de

forma dramática a situação da empresa, que está na iminência de encerrar por novos e escandalosos desvios de capitais por parte dos seus proprietários».

Recordando as denúncias de graves irregularidades da administração da empresa, o comunicado da concelhia considera lamentável que «até hoje não se conheça qualquer iniciativa para apurar as responsabilidades da gestão de Carlos Antero e dos seus novos e ilegais desvios e sejam mais uma vez os trabalhadores e as suas organizações o objecto de inquirição policial».

## Campanha Nacional de Fundos em momento decisivo

Neste período que nos separa do Verão, altura de férias que antecedem outro período de campanha eleitoral, este é o momento decisivo para fazer avançar em termos práticos a Campanha Nacional de Fundos que o PCP lançou com o objectivo de angariar 150 mil contos que o ajudem a fazer face às despesas das batalhas políticas que se avizinham.

A experiência até agora tida mostra que existem boas condições para fazer evoluir, rápida e positivamente, a campanha, mas será necessário que em todas as iniciativas do Partido, envolvendo todos os camaradas, não esquecendo a abertura para o exterior, se concretizem na prática as boas indicações recebidas até agora.

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido cartaz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições

que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

### Actualizar quotas

Para além da vertente contributiva pontual esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são, pois, uma área da Campanha que devem ser encaradas de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).



# Cupões de Apoio



# CDU critica duramente gestão PS da cidade do Porto

«Está a acentuar-se o fosso entre as declarações dos responsáveis do PS na Câmara Municipal do Porto e as políticas e acções efectivamente desenvolvidas», acusou a CDU do Porto em conferência de Imprensa realizada recentemente. E pormenoriza:

«Os exemplos são muitos e variados, incluindo a fome das crianças nas escolas, a súbita descoberta dos problemas da Sé, a exclusão social em Campanhã, os problemas da habitação e do saneamento básico. Periodicamente arejam estudos prévios e projectos sobre a zona ribeirinha, a escarpa dos Guindais e Corticeira, o desenvolvimento do vale de Campanhã, o metro e os túneis, tentando criar a ilusão de que tudo está a ser resolvido e as obras são apenas uma questão de dias.»

Esta conferência de Imprensa da CDU contou com a presença de **Ilda Figueiredo**, vereadora comunista na CM do Porto, **Jorge Sarabando**, eleito na Assembleia Municipal, e **Rui Dias**, eleito na Assembleia de Freguesia de Paranhos.

Pormenorizando as acusações à gestão PS na Câmara Municipal do Porto, a CDU apontou alguns exemplos que considera significativos.

— Há cerca de 45 mil idosos no Porto com mais de 65 anos. Mas os equipamentos de apoio (incluindo lares, centros de dia, assistência ao domicílio e centros de convívio) «cobrem apenas 10 por cento da população idosa. E as verbas do orçamento da Câmara Municipal não prevêem alteração desta situação, limitando-se a apoiar a acção de instituições, incluindo uma ou outra ampliação de equipamentos».

— Há cerca de 60 escolas do 1º ciclo do ensino básico na cidade, envolvendo mais de 25 mil crianças. A Vereadora do Pelouro da Educação «reconhece que mais de 5 mil têm carências nutritivas. Mas a Câmara Municipal apenas garante o funcionamento de 8 cantinas, embora haja mais 4 em condições de entrar em funcionamento, e estejam mais 3 previstas no Plano. Só que o Pelouro diz não dispor das verbas suficientes para que isto aconteça, porque para a maioria PS esta questão não é prioritária, como se provou quando votaram contra o reforço de verbas que a CDU propôs em sede de debate do orçamento municipal».

Quanto à habitação e reabilitação urbana, os processos de construção de habitação social «estão demasiado lentos». No «santo» ano eleitoral de 1993, a Câmara prometeu alojamentos, no 1º semestre do ano seguinte, aos moradores das «ilhas» municipais e de barracas, e comprometeu-se a recuperar bairros degradados. Estamos no fim do 1º trimestre de 1995 e, «praticamente, apenas se fizeram os realojamentos necessários às obras da VCI, porque a Câmara se mostra incapaz de obrigar os empreiteiros a cumprir minimamente os prazos de entrega das casas em construção», acusa a CDU, acrescentando:

«O PER (plano de erradicação de barracas) ainda nem começou, embora tenha sido uma prioridade da campanha eleitoral, e esteja assinado o protocolo com o Governo há longos meses. O complexo habitacional das Antas ficou novamente sem dinheiro com uma das alterações orçamentais de 1995 que, mais uma vez, privilegia o complexo desportivo do Monte Aventino. Quanto aos bairros sociais, lá continuam, com os seus problemas e a sua degradação e a degradação, para o que muito contribui a falta de sensibilidade da Câmara e de uma política integrada para os bairros».

## Muitos projectos e pouca obra

Quanto a projectos e planos de urbanização, as críticas da

CDU à gestão PS da Câmara Municipal do Porto são igualmente severas.

«Nesta área — denuncia a CDU —, periodicamente, multiplicam-se os estudos e projectos de comunicação social como projecto de obras o que não passa de plano de intenções. Com o tempo, os cidadãos começam a perceber que, por exemplo, o tão badalado. «Estudo da frente urbana ribeirinha entre as pontes D. Luís e S. João» só agora é que vai ser adjudicado, prevendo-se que demore 2 anos a ser realizado como consta do documento aprovado na reunião do executivo de 21/3/95. Ou seja, o que foi dito à comunicação social quanto ao início de obras de intervenção naquela zona, nos termos deste projecto, referia-se, afinal, apenas ao papel, pois, ou as obras se faziam sem o estudo, e então o município ia gastar 55 mil contos inutilmente, ou aguarda pelo estudo, e só teremos obras no próximo mandato».

Algo de semelhante podia ser dito para o Vale de Campanhã e a zona ribeirinha de Massarelos, Lordelo e Foz, a Av. da Ponte, para já não falar do metropolitano, agora apontado para entrar em funcionamento em 2005, as novas pontes e túneis, refere a CDU do Porto, que acrescenta:

«O problema é que, com base nestas ideias e projectos, desenvolvem-se pretextos para não resolver as dificuldades do dia-a-dia, para adiar ou arquivar

projectos mais modestos, como a recuperação e arranjo das zonas envolventes dos bairros, a construção de equipamentos sociais, de pequenos polidesportivos, o arranjo dos mercados degradados e construção de outros prometidos na campanha eleitoral, a disponibilização de instalações para associações e colectividades, prometidas há mais de dois anos, com assinatura de protocolo, com pompa e circunstância.»

Em relação ao saneamento básico, a CDU recorda que «cerca de metade da população da cidade do Porto continua sem acesso directo à rede de colectores de águas residuais domésticas, pois, como provam os serviços competentes dos SMAS, embora a rede esteja instalada numa extensão de cerca de 73% dos arruamentos existentes, cerca de 20% dos prédios não lhe estão ligados, o que significa que apenas 53% dos moradores do Porto têm acesso à rede municipal de esgotos. No entanto, sistematicamente, os responsáveis do PS eludem esta questão, misturam rede de águas pluviais com rede de águas residuais, e falam de 80%. Com esta operação visam iludir a urgência prioritária que este problema devia merecer numa cidade como o Porto, incluindo, naturalmente o devido tratamento dos esgotos, para despoluir o Douro e as ribeiras da cidade», acrescenta ainda a CDU.

## Assinado Protocolo de Metropolitano na Margem Sul

Realizou-se na passada terça-feira, dia 18, nas instalações dos Transportes Colectivos do Barreiro a assinatura do Protocolo para o Desenvolvimento do Metropolitano Ligeiro na Margem Sul do Tejo.

Este protocolo visa estabelecer as condições de colaboração entre as Câmaras Municipais de Almada, Barreiro, Moita e Seixal e o Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, tendo como objectivo a elaboração de um anteprojecto de metropolitano ligeiro para a margem sul do Tejo e a definição institucional e empresarial a adoptar para a concretização do mesmo.

A proposta para a criação de uma rede de metropolitano ligeiro na margem sul surgiu por iniciativa das Câmaras Municipais de Almada, Barreiro, Moita e Seixal e pretende explorar em regime de exclusividade este modo de transporte nos referidos concelhos. Esta rede tem também como objectivo potenciar a utilização dos caminhos-de-ferro, nomeadamente através da futura travessia na Ponte 25 de Abril e o reforço do papel dos transportes colectivos nas deslocações entre as duas margens do Tejo, além de proporem a utilização de troços do domínio público ferroviário.

Entretanto, a Câmara Municipal do Barreiro aprovou, por unanimidade, um ofício protestando contra a recusa da CP em resolver os problemas do terminal rodo-ferro-fluvial, ofício que foi enviado ao Governo e à administração da CP.

E diz o seguinte:

«Considerando a recusa da CP em resolver os problemas dos acessos ao Terminal, não respeitando o projecto aprovado, e sugerindo acessos provisórios sustentados na actual rede viária.

«Considerando que esta solução provisória surge à revelia de tudo o que tem sido acordado, quer no âmbito do anterior Grupo de Trabalho, quer por ela própria conforme a acta da reunião de 23 de Agosto de 1994.

«Considerando que estes acessos sempre integraram a obra do Terminal.

«É com evidente preocupação que o Município do Barreiro vê surgir a possibilidade de uma obra de claro interesse regional vir a ser truncado num dos aspectos essenciais ao seu correcto funcionamento e que são os respectivos acessos.

«Deste modo, esta pretensão da CP não foi e nem poderá ser aceite pela Câmara Municipal do Barreiro.»

## Associação de Municípios de Setúbal estabelece diálogo com PLURICOOP

O Presidente da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, Miguel Boeiro, visitou a PLURICOOP deslocando-se às Lojas do Pinhal Novo, bem como aos Armazéns Centrais da COOPLISBOA, na Salgueirinha, concelho de Palmela, sendo recebido por elementos das Direcções das duas estruturas Cooperativas.

No âmbito da visita, Miguel Boeiro tomou conhecimento da realidade económica e associativa da PLURICOOP, importante associação de consumidores, sua dimensão e influência no Distrito de Setúbal.

No final da visita, efectuou-se uma reunião de trabalho com o objectivo de se analisarem um conjunto de ideias, que «contribuam para dinamizar o diálogo entre o movimento cooperativo de consumo do distrito e as autarquias».

Neste contexto, efectuou-se uma abordagem de questões reconhecidas como essenciais

para a implementação de um futuro Protocolo de cooperação entre a AMDS e a PLURICOOP, no fundamental em matérias relacionadas com o desenvolvimento do papel associativo desta estrutura cooperativa, nomeadamente no que se refere à participação

dos seus associados no desenvolvimento da vida local, assim como a intervenção no âmbito — cultural, desportivo, recreativo e matérias relacionadas com a defesa do consumidor.

A visita realizada pela AMDS proporcionou um

conhecimento da realidade económica da PLURICOOP, implantada com 19 Lojas COOP, prestando um serviço a 28 mil famílias associadas, ocupando o 16º lugar no contexto das 100 maiores empresas empregadoras no Distrito.

Tendo em vista dar continuidade ao diálogo iniciado com esta visita, ficou agendada a discussão do «Protocolo» na Assembleia Intermunicipal, além de uma visita dos Presidentes de Câmara do Distrito à PLURICOOP e COOPLISBOA.

## JCP de Matosinhos perspectiva o futuro

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) realizou uma reunião de activistas e simpatizantes de Matosinhos, com o objectivo de «analisar o trabalho desenvolvido e perspectivar as actividades para os próximos tempos».

Manifestando grande preocupação «pelo aumento, também em Matosinhos, da taxa de desemprego, que atinge sobretudo os jovens à procura do primeiro emprego, e, sem deixar de considerar que a culpa é da responsabilidade da política de direito do governo do PSD», a JCP chama a atenção da Câmara para a necessidade de «implementar medidas de combate à desindustrialização e de promover incentivos para atrair ao Concelho a instalação de empresas não poluentes que conduzam à criação de novos postos de trabalho».

A JCP-Matosinhos lamenta a falta de salas de cinema na cidade e entende «ser de considerar a responsabilidade do executivo municipal no encerramento do Cinema York», como

igualmente lamenta «o atraso nas obras que estão a ser efectuadas na «Casa da Juventude» e, em virtude desse atraso, decide reclamar da Câmara Municipal a criação de um espaço provisório para a Juventude até conclusão das obras do Palacete Costa Braga».

Relativamente ao modo como tem vindo a funcionar o «Conselho Consultivo da Juventude» e o respectivo pelouro, que foi criado pela Câmara Municipal há cerca de um ano após insistentes propostas e reclamações da CDU, a JCP entende «ser oportuno chamar a atenção para o facto de ser inegável que a Comissão Executiva tem tido uma acção importante na definição da política e das actividades para a Juventude, sendo, no entanto, igualmente importante sublinhar que o Conselho Geral tem tido um papel passivo (não por culpa própria), quando deveria ser este órgão a decidir e aprovar as mais importantes iniciativas para os jovens de Matosinhos».

## CONFERÊNCIA DA REGIÃO OESTE

Começa amanhã em Torres Vedras a Conferência Sindical da Região Oeste onde se discutem propostas sindicais para o desenvolvimento da região. A iniciativa é promovida pela União Sindical de Torres Vedras e pela USL e procura também promover a revitalização da organização sindical, divulgando-se aquele que será o primeiro grande estudo sindical sobre a Região Oeste.

## NOTÁRIOS EM GREVE

Os trabalhadores dos Registos e Notariado estiveram em greve de segunda-feira até ontem. Os trabalhadores "lutam pela não privatização do Notariado e pela estabilidade de emprego", objectivos encarados como justos pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que "entende que esta política de privatização (ou liberalização) do Notariado não contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações".

## UNITÁRIA GANHA NA PETROGAL

Na eleição da Comissão de Trabalhadores da Petrogal a lista unitária reforçou-se ganhando 10 dos 11 mandatos em disputa. O apoio exprimiou-se em 1453 votos contra 214 da lista claramente identificada, na sua sigla, com o PS. A lista unitária venceu em todas as 27 mesas espalhadas pelo país, tanto para a CT como para as subCTs.

## FENPROF NO MINISTÉRIO

Uma delegação da Fenprof foi recebida terça-feira pela ministra da Educação que falou aos sindicalistas das novas medidas de expansão da rede pré-escolar e regulamentações do Estatuto da Carreira Docente. A Fenprof falou à ministra de alguns dos problemas pendentes na Educação, um vasto leque que vai desde as carreiras, ensino especial, pagamentos em atraso no ensino recorrente, avaliação dos alunos no secundário, professores aposentados e rede pré-escolar, cujas medidas foram já classificadas por dirigentes da Fenprof de «demagógicas».

## MARCHA DE DESEMPREGADOS

Desempregados de Baleizão, Pias, Vale de Vargo e Vila Nova de São Bento participam hoje numa marcha a pé com partida de Baleizão às nove da manhã e com chegada prevista junto ao Governo Civil de Beja pelas 15 horas onde irão entregar um documento com as reivindicações decididas em plenários realizados naquelas freguesias.

## GREVE NOS MUSEUS

Realizou-se, a 13 e 15 deste mês, convocada pela Federação dos Sindicatos da Função Pública, uma greve dos trabalhadores que exercem funções na Secretaria de Estado da Cultura em Museus e Palácios. Estes trabalhadores tentam desde 1994 ser recebidos pelo responsável do Governo no sector para discutir a prometida revisão das carreiras, abono para falhas, regulamento de horários e formação profissional. As tréguas dadas pelos trabalhadores durante a Lisboa 94 terminaram iniciando-se agora um novo processo de luta.

## INSEGURANÇA NA CP

A Comissão de Trabalhadores da CP denunciou um grave acidente ocorrido no passado dia seis na nova estação da Amadora, onde ainda decorrem obras após a inauguração há mais de um ano. Uma manobra indevida do empreiteiro adjudicatário pôs 25 mil volts de corrente eléctrica em contacto com toda a estrutura da estação. A sorte fez que na hora do acidente (cinco e dez da manhã) ainda não estarem passageiros para embarcar, pois qualquer um poderia ser vítima de uma brutal descarga caso tocasse na estrutura metálica da estação. Equipamento de custo elevado ficou inutilizado (foi o caso da sinalização automática). A CT da CP diz que estes acidentes (há tempos ocorreu um semelhante no Rossio) acontecem pela descoordenação do actual funcionamento da CP, havendo várias entidades a tomar decisões, por vezes contraditórias.

«Mas o Governo e os sucessivos Conselhos de Gerência da CP têm-se preocupado especialmente com a liquidação de postos de trabalho», diz a nota da Comissão de Trabalhadores.

# Manuel Pereira Roldão Semana de gestão operária em busca da viabilização da empresa

Uma comissão de gestão eleita pelos trabalhadores assegura funcionamento após abandono da administração.

Os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão (MPR) elegeram segunda-feira, durante um plenário realizado na fábrica, uma "comissão de gestão", para decidir o futuro da empresa. A comissão é formada por três operários, um dos quais assumirá funções de director-geral, outro de director-financeiro e o terceiro apoiará os dois primeiros na missão de assegurar o funcionamento da empresa até ao próximo sábado, data em que termina o período de gestão controlada da MPR.

A criação da comissão foi decidida pelos trabalhadores na sequência do "abandono da empresa por parte da administração e da proibição do administrador Carlos Antero de serem vendidos os produtos em armazém para conseguir dinheiro para combustível".

Entretanto, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (STIV) está a envidar esforços no sentido de conseguir que os credores da empresa se aliem, com vista à possível mudança de titularidade da MPR.

Os dirigentes sindicais estão também a recolher assinaturas dos principais interessados em comprar produção em armazém para apresentar um documento em Tribunal, com vista a procurar a legalização das transacções comerciais sem autorização da administração.

O objectivo do STIV é, logo após o final da gestão controlada, requerer junto do Tribunal da Marinha Grande um novo período, com a nomeação de um gestor judicial e a transferência da titularidade da empresa para, provavelmente, uma cooperativa de trabalhadores, caso não apareça nenhum empresário interessado na compra da MPR.

## Campanha de solidariedade

Por outro lado, para manter os fornos em laboração, o STIV está a lançar uma campanha de solidariedade, materializada na abertura de uma conta bancária numa instituição de crédito da Marinha Grande, que visa, essencialmente, o "movimento sindical a nível nacional".

Com os telefones - à excepção de um - cortados por falta de pagamento e com dificuldades crescentes para abastecer os fornos com combustível, os trabalhadores não desistem e vão trabalhando para acabar as encomendas existentes em "carteira".

Na forja está, entretanto, o lançamento de uma peça exclusiva, para colecionadores, através da produção da qual os trabalhadores da MPR pretendem vir a obter fundos para a manutenção da empresa.

## Sérgio Ribeiro visita MPR

Segunda de manhã, a MPR recebeu a visita do eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, que foi ao concelho da Marinha Grande para se inteirar da situação da indústria cristaleira.

À saída da empresa, onde dialogou com os operários e as suas estruturas representativas, Sérgio Ribeiro defendeu a "mudança de titularidade" da MPR, adiantando que "não se justifica que os titula-

res abandonem a empresa e boicotem depois o seu funcionamento".

O eurodeputado do PCP considerou ainda necessária a "aplicação de medidas de auxílio" à empresa por parte do Estado.

Defendendo que a Marinha Grande necessita de um "estudo sério" quanto à situação do seu tecido industrial, Sérgio Ribeiro prometeu que, no Parlamento Europeu, irá "chamar a atenção para o facto de não terem sido tomadas as medidas consideradas necessárias para evitar situações com a da Manuel Pereira Roldão".



Os operários da Pereira Roldão vivem uma situação dramática, porém não desistem da luta

Na quarta-feira da semana passada, os operários decidiram não proceder a operação de "sangria" dos fornos da MPR, de forma a poderem voltar à laboração no dia seguinte, satisfazendo encomendas pagas em dinheiro aos trabalhadores, com o objectivo de ser utilizado na aquisição de combustível que permita o funcionamento dos fornos.

O combustível foi garantido graças à venda da produção existente a um empresário que entretanto surgiu a manifestar esse interesse.

Os operários ocuparam à tarde o Centro de Emprego da Marinha Grande, como forma de pressionar o Governo a intervir no sentido de garantir a viabilização da empresa.

Os trabalhadores exigiam a garantia de que as suas "preocupações" iriam ser transmitidas às secretarias de Estado do Emprego e da Indústria e desocuparam as instalações quando tal conseguiram.

Com o salário de Março por receber, começam a aparecer já algumas situações dramáticas entre os trabalhadores da cristaleira.

Durante a ocupação do Centro de Emprego da Marinha Grande, Joaquim de Sousa Pêssego, 53 anos (muitos deles ao serviço da empresa), de lágrimas nos olhos, queixava-se aos jornalistas de que, na segunda-feira, a casa onde vive com a companheira e cinco filhos menores, tinha ficado "às escuras".

"Cortaram-me a luz, porque não tenho dinheiro para pagar a conta e são oito contos", disse o operário, acrescentando que, "o pior, é que também já não tenho dinheiro para comprar comer para as crianças".

## Sucesso na greve das embaixadas

Diversas embaixadas e consulados-gerais portugueses no estrangeiro aderiram a 100 por cento à greve de 24 horas decretada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Consulados e Missões Diplomáticas (STCDE) na segunda e terça-feira.

Fonte sindical disse à agência Lusa que em Nova Iorque "o Consulado-Geral esteve totalmente paralisado".

"A embaixada portuguesa em Washington também esteve a 100 por cento, tal como a de

Luanda e o consulado-geral de Luanda", disse Humberto Costa, do STCDE.

Também com adesão a 100 por cento, de acordo com o sindicalista, esteve o consulado de Newark (EUA).

Segundo Humberto Costa, "tudo o resto está em greve a mais de 70 por cento".

Também as embaixadas de Londres e Madrid (onde segunda-feira foi feriado) fizeram greves na terça-feira com adesões na ordem dos 100 por cento.

Almeida Fernandes, director do Gabinete de Informação e Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, disse à Lusa na segunda-feira ter tido conhecimento de que em Washington, Brasil e Luanda a greve era a 100 por cento, mas adiantou não possuir dados sobre outros locais.

A greve foi convocada por o Ministério dos Negócios Estrangeiros manter bloqueados os quadros de pessoal, impossibilitando a progressão nas carreiras,

apesar de um compromisso assinado com o STDCE no sentido de solucionar o problema.

Por outro lado, em países como os Estados Unidos os trabalhadores não estão abrangidos por qualquer regime de segurança social, enquanto em matéria de actualização salarial as propostas existentes não contemplam a perda do poder de compra em vários países e não estão politicamente garantidas. O STCDE protesta também contra a protelação da aplicação do estatuto profissional.

## Trabalhadores de Setúbal em plenário permanente

# A luta contra a Renaultocracia

**A Renault aposta numa estratégia de esvaziamento da actividade em Portugal. Trabalhadores para o desemprego e aparente impotência do Governo relembram o que já se sabe: as multinacionais só respeitam os seus próprios interesses.**

Várias dezenas de trabalhadores da fábrica da Renault em Setúbal concentraram-se na segunda-feira, diante da sede da empresa, em Lisboa, e seriam recebidos mais tarde pelo ministro Faria de Oliveira que confirmou a recepção da carta do presidente da Renault francesa, Louis Schweitzer, a anunciar a intenção da empresa em renunciar ao contrato da associação com o Estado português no final do ano.

O semanário "Expresso" noticiara sábado que a administração da empresa em Paris enviara tal carta ao ministro português e que Faria de Oliveira, citado pelo mesmo jornal, classificava a decisão da empresa francesa como "um gesto hostil e gravíssimo", que irá merecer da parte do Governo português "uma resposta

duríssima, que conduzirá a uma acção de grande envergadura".

Recorde-se que este tipo de afirmações do ministro foram produzidas logo que se soube da intenção francesa de despedir trabalhadores da fábrica de Setúbal, chegando a ameaçar com os tribunais internacionais, sem, no entanto, ter ainda concretizado a ameaça. Aos trabalhadores o governante terá apenas frisado que «o Estado assinou um contrato com a Renault».

Mas à comunicação social Faria de Oliveira adiantou que o Governo está disposto a apoiar a "ampliação, modernização ou reconversão" da fábrica de Setúbal, até com vista à produção de "outra viatura especial" que a empresa escolha.

**Cacia também em perigo**

Na manifestação de segunda-feira, frente à sede da Renault, estavam também alguns trabalhadores de Lisboa e da fábrica de Cacia, todos em greve. Segundo os trabalhadores, também os empregos na fábrica de Cacia estão em perigo, dado que ali se produzem motores que não respeitam as normas antipoluição que entram em vigor no próximo ano em toda a União Europeia. Caso não haja reconversão, o destino da fábrica poderá ser o fecho.

Os manifestantes aprovaram uma moção, junto à sede da empresa, em que reivindicam a anulação do despedimento colectivo em Setúbal, a continuação da laboração normal da fábrica, o reconhecimento da antiguidade aos trabalhadores contratados e a não penalização económica dos trabalhadores que têm estado em luta.

Os manifestantes empunhavam cartazes com as seguintes

frases: "Governo é responsável pela destruição da Renault", "Renault quer mais 150 despedimentos" e "Trabalhadores da fábrica de Cacia contra o desmantelamento da Renault".

Entretanto, a Renault desmentiu terça-feira em Paris uma outra notícia, negando qualquer contacto entre o grupo em França e sul-coreanos da "holding" KIA que,

ção e exigiram que a Renault SA e o Governo português se comprometam a encetar negociações sérias.

**"Carne para canhão"**

O elemento da CT considerou que os trabalhadores de

sado pelos trabalhadores, que coloca 144 funcionários perante o seguinte dilema: ou são despedidos ou são transferidos para as instalações da empresa em Cacia, Lisboa e Porto.

Os empregados da Renault argumentam que as indemnizações que lhes são propostas "não passam de migalhas" e não aceitam a transferência para fora de Setúbal, seu local



A Renault prova que de "portuguesa" tem muito pouco...

segundo o "Jornal de Notícias", estariam interessados na fábrica de Setúbal.

Um porta-voz autorizado da Renault disse à agência Lusa em Paris que a informação sobre contactos com os sul-coreanos remonta a há um ano atrás e não teve qualquer consequência prática.

A Comissão de Trabalhadores (CT) da Renault de Setúbal reuniu também com a administração da empresa, em Lisboa,

Os representantes da administração da Renault informaram as organizações representativas dos trabalhadores que se mantém o despedimento colectivo dos 144 trabalhadores de Setúbal, havendo apenas a possibilidade do seu adiamento por mais 15 dias.

Segundo Martinez da Silva, da Comissão de Trabalhadores, que falou no final do encontro, tratou-se "apenas de uma reunião para cumprir calendário".

Martinez da Silva referiu que os representantes dos trabalhadores entregaram a moção aprovada na concentra-

Setúbal têm sido "carne para canhão" entre a Renault e o Estado português, adiantando que os trabalhadores vão continuar com plenários permanentes porque não têm condições para voltar a laborar se não houver esperanças de manutenção dos seus postos de trabalho.

Os trabalhadores foram ainda informados de que, até ao momento, não há negociações entre o Governo e a Renault, mas exigem que o Governo encare o assunto pela via negocial e do diálogo.

Este processo de luta dos trabalhadores da Renault de Setúbal teve antecedentes nas semanas anteriores. Na quinta-feira, preenchida com manifestações na cidade, os trabalhadores cortaram a linha férrea para o Algarve junto à estação do Quebedo.

A acção, que deixou um comboio parado na linha, foi encabeçada por alguns filhos e mulheres dos trabalhadores da fábrica da Renault de Setúbal.

Nessa altura estava proposto um plano, liminarmente recu-

de residência, até porque a garantia de trabalho não ultrapassa os cinco anos.

Dizem também que a pretendida redução dos postos de trabalho não passa de uma manobra para começar o desmantelamento da fábrica.

A fábrica de automóveis Setúbal começou a laborar em 1980 graças a um acordo com o Governo português - que detém 30 por cento do capital e concedeu quase 50 milhões de contos em incentivos fiscais e financeiros - e corre o risco de ser encerrada em 1997 quando terminar a produção do modelo Clio, o único actualmente ali fabricado.

A fábrica já chegou a ter mil e 500 funcionários e a produzir 350 veículos por dia, mas actualmente apenas emprega 765 trabalhadores e coloca no mercado 110 automóveis/dia.

A Comissão de Trabalhadores (CT) foi recebida no dia seguinte pelo governador civil, Almeida Lima, naquele que foi o primeiro dia de greve, após a realização de plenários permanentes, desde há duas semanas.

## SINTEL denuncia campanha caluniosa

# Todo Bom quer minar luta da Telecom

«Campanha organizada» contra o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações (SINTEL) é a classificação dada pelos Corpos Gerentes do Sindicato que acusam a administração da Portugal Telecom e o seu presidente, Luís Todo Bom, de «não se conformarem com a grande e firme intervenção do SINTEL» em todo o processo de luta que se tem desenvolvido na empresa, «pelo que trataram de organizar uma vasta campanha contra este sindicato, e para tal deitaram mão a tudo o que puderam, jogando na mentira, na divulgação de insinuações, tentando inclusivamente minar o sindicato por dentro e se possível destruí-lo».

A posição surge depois de terem chegado ao Jornal "Expresso" um conjunto de dados, que «não passam de insinuações com o objectivo claro de denegrir o bom nome do SINTEL, na base dos quais este jornal publicou um artigo, cujas cópias com carimbo de Directores da P. Telecom, foram distribuídas e afixadas na empresa».

Para os sindicalistas o facto não é alheio à proximidade da data das eleições para o SINTEL «e como tal, é certo que Todo Bom e os que como ele gostavam de poder destruir o SINTEL, vão continuar na sua caminhada suja de ataque a esta organização, não olhando a meios para atingir os seus fins», lê-se na nota distribuída à imprensa.

Num esclarecimento divulgado a propósito destas questões, a direcção do SINTEL refere que este «é um sindicato prestigiado, cuja imagem lhe advém do seu funcionamento democrático a todos os níveis, inclusive da gestão económica».

«A gestão financeira do SINTEL é transparente para todos, não existindo nela quaisquer dúvidas para os seus dirigentes», diz-se.

Quanto à formação profissional foi uma «opção estratégica do SINTEL» e que irá continuar, «dada a sua importância para os trabalhadores».

Sobre a Formação Profissional que o SINTEL realizou no âmbito do I Quadro Comunitário de Apoio, o sindicato refere diversas acções de formação, realizadas continuamente entre 1990 e 1993 para as quais recebeu o valor de 282 mil 674 contos 558 escudos, que se destinaram a subsidiar os custos resultantes das mesmas.

«Toda a contabilidade está devidamente elaborada, à disposição dos associados que na Sede a queiram consultar, bem assim como dos organismos oficiais competentes para tal», refere o comunicado a que fazemos referência.

Quanto a hipotéticas «divisões» no seio desta estrutura, o SINTEL refere o recente conselho nacional de delegados, que analisou toda a situação laboral existente, «dando provas de uma grande unidade interna, total confiança na Direcção Sindical e no seu sindicato, tendo aprovado o Relatório e Plano de Actividades por unanimidade e o Relatório de Contas e Orçamento com uma abstenção».

«Os que sonhavam com problemas internos ou com a decisão do SINTEL não souberam avaliar este sindicato, enganaram-se redondamente e ficaram certamente desiludidos, mas esse é um problema que não é nosso», lê-se nesta nota do SINTEL que diz que vai continuar a exigir a Luís Todo Bom «as contas que este tem que prestar» dada a sua «gestão ruínosa» e as suas ilegalidades.

## Sindicatos da Administração Pública em encontro com o PCP

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, tinha agendado para ontem um encontro na sede nacional dos comunistas com uma delegação dos Sindicatos da Administração Pública. No encontro, realizado a pedido das organizações sindicais, estariam por parte dos comunistas, além de Carvalhas, Domingos Abrantes e

Luís Sá, ambos da Comissão Política, enquanto por parte dos sindicatos estariam Carlos Mamede e Paulo Trindade (Federação da Função Pública), Paulo Sucena (secretário-geral da Fenprof), Mário Jorge (presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul) e Francisco Brás (presidente do STAL).

# As chocantes desigualdades

Mais de mil milhões de seres humanos (20 por cento da Humanidade) vivem com menos de um dólar por dia, sem água corrente, analfabetos, sem sistema de saúde; o desemprego mundial atinge cerca de 30 por cento da população activa; acentua-se o fosso entre países ricos e pobres (em 1960, 20 por cento da população mais rica detinha 70 por cento da riqueza mundial e em 1991 elevou-a para 85 por cento; os 20 países mais pobres, por sua vez, em 1960, tinham 2,3 por cento do rendimento mundial e em 1991 descenderam para 1,4 por cento).

Elucidativos, chocantemente elucidativos, da realidade actual, estes dados foram recentemente levados à tribuna do hemiciclo pelo deputado comunista João Amaral. Estava-se no debate sobre a Cimeira Mundial de Copenhaga (desenvolvimento social), e sobre a "Agenda para a Paz", temáticas no fundo indissociáveis e que ocuparam a agenda da última reunião plenária antes da Páscoa.

Ora a verdade é que a força dos números revelados por João Amaral constitui porventura o melhor testemunho de um Mundo onde, apesar do sentido de progresso operado

neste século - onde relevam, por si lembrados, a liquidação do colonialismo, a construção do Estado Providência, a derrota do nazi-fascismo, a afirmação dos liberdades e direitos cívicos e o notável progresso científico e técnico - persiste, como ele próprio caracterizou, "tanta coisa mal à nossa volta, tanta coisa por fazer, tanta fragilidade em tudo o que chamamos conquistas da Humanidade, tantos projectos falhados e adiados".

Foi, pois, neste contexto e à face desta realidade que João Amaral analisou os resultados da Cimeira Mundial para o

Desenvolvimento Social, que, em sua opinião, se é certo que cumpriu os objectivos, não é menos verdade que, simultaneamente, "ficou aquém das expectativas".

Referia-se o parlamentar comunista não a "expectativas" de que a Cimeira fosse o palco para um impulso determinante no "lançamento de um processo de desenvolvimento social e de erradicação da miséria" - porque essas seriam ilusórias e, como tal, perigosas -, mas à ideia de que para resolver os problemas é absolutamente necessário ir ao fundo das suas causas, isto é, "não há solução para esses problemas que não passe pelo combate às suas causas".

"É possível o desenvolvimento dos países mais atrasados no quadro da liberalização selvagem do comércio mundial, que tem permitido a degradação sucessiva dos preços das matérias-primas e produtos desses países", inquiriu João Amaral, prosseguindo: "É possível o desen-



Milhões de seres humanos vivem à margem do processo de desenvolvimento

volvimento desses países com o garrote da dívida externa? É possível o desenvolvimento desses países quando não há transferência de tecnologia?"

Ora se a Cimeira de Copenhaga cumpriu plenamente a função de exhibir a chaga perante o Mundo - e este é o ponto de vista defendido por João Amaral -, já o mesmo não se pode dizer no que se

refere ao ter sido capaz de enumerar - e é nesta medida que ficou aquém das expectativas - "alguns remédios, mesmo que sem atingirem as causas", capazes de darem "contribuições concretas para a solução dos problemas".

Sugerida por João Amaral - depois de ter criticado o facto de não ter havido no nosso país um amplo trabalho pré-

vio à realização da Cimeira, capaz inclusive de suscitar um movimento de opinião pública-, foi a organização pela Assembleia da República de um seminário sobre os problemas da Paz e do Desenvolvimento, "os grandes temas do nosso tempo", como lhes chamou, e que por essa razão exigem que "acertemos o nosso Modo com o nosso Tempo".

## Em projecto de lei PCP quer alterar estatuto da GNR e consagrar o direito de associação

Subscrito por parlamentares do PCP, foi recentemente entregue na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que altera a natureza da GNR e consagra um novo regime de direitos para os seus profissionais, incluindo o princípio do horário de trabalho.

Nos seus objectivos - agora reiterados depois de uma tentativa de consagração igualmente da iniciativa do PCP aquando da ratificação pela AR da Lei Orgânica e do Estatuto dos Militares

da GNR que viria a ser chumbada pelo PSD -, o diploma da formação comunista visa estabelecer a definição da GNR como uma força de segurança, armada, uniformizada e de estrutura

hierarquizada, recusando a aplicação aos seus profissionais de um estatuto militar, ao mesmo tempo que prevê a adopção gradual de medidas para que o pessoal ao seu serviço venha a ser constituído exclusivamente por gente do respectivo quadro permanente.

Igual importância atribuem ainda os deputados comunistas no articulado do seu projecto à consagração de um horário de trabalho semanal de 36 horas, bem como a consagração de um regime de direitos e deveres análogo ao que se encontra previsto para os profissionais da PSP na Lei nº 6/90, de 20 de Fevereiro.

O direito de associação, na perspectiva do Grupo comunista, é um direito fundamental "que não pode ser negado aos profissionais da GNR", lembrando a este respeito que a experiência de outros países mostra bem as virtualidades do exercício desse direito na promoção pessoal, cívica e profissional dos agentes das forças de segurança.

A experiência no nosso país no que se refere aos profissionais da PSP, ainda segundo os parlamentares do PCP, revela bem que depois da promulgação da Lei (em que se reconhece o direito de associação, embora com limitações) existe uma

"completa compatibilidade entre o exercício do direito de associação e a eficácia da respectiva força de segurança".

Ao avançarem com esta iniciativa legislativa, os deputados do PCP pretendem, em suma, alterar o sentido atribuído à GNR quer pela sua Lei Orgânica quer pelo Estatuto dos seus Militares, em que esta força é qualificada como tendo um estatuto militar.

Este estatuto da GNR é "de todo incompatível com a sua natureza de força de segurança", assinala a propósito o PCP na nota preambular do seu projecto, onde faz notar que a Constituição

quis "estabelecer uma clara linha de separação entre as forças militares, a quem reservou a componente militar de defesa nacional, e as forças de segurança, a quem são atribuídas as missões de segurança interna".

Daí que, na perspectiva dos parlamentares comunistas, que sublinham a necessidade de se fazer esta distinção, a qualificação do estatuto de corpo militar atribuído à GNR seja não só inconstitucional, como indesejável e inadequada à filosofia que "deve presidir ao funcionamento das forças de segurança e ao seu relacionamento com a sociedade".

### Visita a Borba

Em recente visita ao concelho de Borba, onde se deslocou acompanhado de Joaquim Serra e de Raimundo Cabral, o deputado Lino de Carvalho afirmou que "em vésperas de eleições, todos prometem cumprir", mas "uma coisa é prometer e outra é cumprir". Foi num plenário de reformados - uma das várias iniciativas que preencheram o seu programa de visita -, com o deputado do PCP a sublinhar a diferença entre os partidos, fazendo notar que "nós, comunistas, o que afirmamos é para cumprir" enquanto que "da parte do PSD, e infelizmente muitas vezes com os votos do PS, os reformados conhecem bem as decisões tomadas".

Do programa da visita constaram também encontros na Escola de Ensino Básico e com a Cooperativa de Olivicultores; bem como com representantes da Câmara Municipal de Borba, onde os visitantes tiveram ensejo de conhecer, ainda que em traços gerais, o importante trabalho desenvolvido pela autarquia nos mais variados domínios.

## Queima de resíduos perigosos em Bragança

Continuam por esclarecer os factos relacionados com a importação e queima de lixos presumivelmente perigosos para a saúde pública detectados em Bragança numa fábrica conhecida por "do alemão", na zona da Candeira.

Este assunto, recorde-se, veio a público na sequência de

notícias da imprensa local dando conta da emanação de fumos escuros e poluentes na área onde se situa a referida fábrica, vindo posteriormente a confirmar-se que se tratava da queima de resíduos importados da Suíça, Holanda e Alemanha.

Preocupado com esta questão está também o Grupo comunis-

ta que, em requerimento dirigido ao Governo, indaga sobre a natureza dos resíduos e consequentes riscos para a saúde pública, bem como sobre os países de origem e sobre a entidade que concedeu a autorização para a sua importação.

Assinado por Alexandrino Saldanha, o requerimento faz

ainda menção ao facto de a fábrica em questão ter eventualmente recebido "apoios e benesses ilegítimas e ilegais" por parte da Câmara Municipal "para a sua instalação", o que, a confirmar-se, introduz novos elementos que exigem cabal esclarecimento e apuramento de responsabilidades.

## Amanhã, em plenário Diploma contra autarquias chamado à ratificação

Sobe amanhã a plenário o Decreto-Lei que restringe a acção das autarquias no capítulo das obras por administração directa, impondo mesmo a sua proibição sempre que estas tenham um valor superior a 20 mil contos. Chamado à ratificação por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, este diploma constitui um verdadeiro atropelo ao princípio constitucional da descentralização e do respeito pela autonomia do Poder Local, indissociável do propósito governamental de

privatizar as obras públicas e de impor os seus próprios modelos de gestão mesmo que à revelia da vontade das populações e dos seus eleitos locais.

Sobre os enormes prejuízos que resultam da aplicação do diploma, para os quais o "Avante!" oportunamente chamou a atenção, importa realçar, pela sua gravidade, a questão das obras que os municípios mesmo dispondo dos recursos técnicos e humanos para efectuar essas obras -, de um momento para o outro, se vêem

obrigados a entregar em concurso público a empresas privadas, por imposição do Governo.

Com reflexos profundamente negativos no plano do despedimento de muitos trabalhadores da administração local, esta medida não deixará de se repercutir igualmente no domínio da capacidade de investimento dos autarquias, uma vez que, com a sua adjudicação a privados, os custos das obras serão necessariamente mais elevados.

Com esta iniciativa legislativa, que transpõe para a ordem jurídica interna directivas comunitárias (muito embora o Governo tenha abusivamente introduzido medidas que as directivas não impõem), previsível é também um novo golpe no desenvolvimento de algumas regiões, sobretudo as mais deprimidas, onde o recurso a obras por administração directa constituía uma necessidade não apenas por opções de gestão autárquica mas também pelo próprio desinteresse das empresas privadas se apresentarem aos concursos de empreitadas de obras públicas.



Ao impor às autarquias limites ao recurso a obras por administração directa, o Governo está a desferir um duro golpe no desenvolvimento de algumas regiões

## Danos sofridos em serviços públicos Garantir o direito à indemnização

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei que cria uma Providência Cautelar que tem por objectivo efectivar o direito à indemnização por danos provocados pela actividade do Estado. Com esta iniciativa, elaborada a pensar sobretudo nos serviços hospitalares, a formação comunista dá resposta às legítimas e justas expectativas de quantos foram vítimas de negligência ou de incorrecto funcionamento dos serviços públicos.

Em causa está, concretamente, como é referido na nota preambular do diploma, a consagração de um mecanismo, de natureza processual, por forma a efectivar, de modo expedito e célere, a responsabilidade do Estado, nomeadamente por actos praticados pelos serviços hospitalares que venham a produzir danos aos seus utentes.

Mais exactamente, pretende-se que as vítimas por actos ou actividades perigosas da responsabilidade do Estado possam requerer nos tribunais

comuns um procedimento cautelar por forma a obter provisoriamente uma pensão, por conta da indemnização a fixar posteriormente, que permita fazer face aos encargos resultantes dos danos sofridos.

No que se refere à matéria da prova, de acordo com o articulado do diploma, prevê-se a inversão do ónus da prova, bastando aos requerentes fazerem prova sumária de que foram submetidos a actividades de serviços hospitalares. Significa isto que compete ao Estado

provar o contrário, nomeadamente provar a inexistência de uma relação causa efeito entre as actividades exercidas e praticadas pelos serviços hospitalares e os danos provocados aos requerentes.

Com estas medidas, caso o diploma venha a ser aprovado, mais difícil será no futuro que se repitam casos como aqueles que nos últimos tempos têm com frequência envolvido cidadãos (os hemofílicos que contraíram o vírus HIV e os hemodializados de Évora são disso exemplo) vítimas de danos provocados pelos serviços hospitalares, sem que o Estado assuma as suas responsabilidades, designadamente no plano das indemnizações devidas.

## Projecto de lei do PCP propõe: Elevação de Serzedelo a vila

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a elevação à categoria de vila a povoação de Serzedelo, no concelho de Guimarães. Esta iniciativa, consubstanciada em projecto de lei recentemente entregue na Mesa da Assembleia da República, parte da consideração de que Serzedelo, pelas suas características históricas, culturais, económicas, geográficas e demográficas, assume um papel de destaque no contexto do concelho, constituindo simultaneamente uma justa e antiga aspiração da sua população.

Entre os elementos de ordem geográfica, histórica e cultural que a relevam para

um lugar cimeiro, importa sublinhar a Igreja Românica (antigo Mosteiro), hoje utilizada para exposições, e a Ponte Soeiro (romana) situada na antiga estrada real, bem como, noutra plano, as três festas anualmente realizadas na localidade, originariamente de carácter religioso, mas que hoje, pela sua dimensão, constituem uma atracção de toda a população local.

No início do século XX, como salienta a exposição de motivos do projecto de lei, a freguesia conheceu um surto de progresso, graças ao empenhamento das suas gentes, tendo entre 1925 e 1930 dado início à electrificação e

exploração que se manteria até 1990 (ano em que passa para a EDP).

A Casa do Povo, por sua vez, é constituída em 1945 com um posto médico para agricultores, posto este que é integrado em 1960 nos Serviços Médico Sociais, passando a servir as freguesias vizinhas. O Grupo Desportivo de Serzedelo, que hoje se encontra na 1ª Divisão Regional, é constituído em 1967.

De acordo com o censo de 1991, a freguesia de Serzedelo conta com 4094 cidadãos residentes, sendo o seu número de eleitores de 3191, segundo o recenseamento de 1994.

## Nova ponte sobre o Tejo Falta informação sobre os impactes

A falta de informação quanto aos impactes resultantes da construção da futura ponte sobre o Tejo suscitou uma diligência do deputado José Manuel Maia junto dos ministérios do Planeamento e das

Obras Públicas no sentido de saber pormenores sobre eventuais planos, projectos e meios financeiros susceptíveis de minimizar tais efeitos sobre o território, promovendo simultaneamente um desenvolvimento sustentado nos domínios económico, social e ambiental, designadamente na área dos concelhos de Alcochete e Montijo.

A questão, como faz notar o deputado comunista no requerimento por si dirigido ao Executivo, afigura-se da maior impor-

tância, como aliás é reconhecido pela própria Lusoponte, empresa concessionária que nos seus estudos de impacte ambiental já efectuados lembra a necessidade de efectuar pormenorizados planos para a sub-região Sul.

Para além da sua articulação com os Planos Directores Municipais, os referidos planos e projectos deverão avaliar a capacidade das infra-estruturas existentes e a construir, como observa José Manuel Maia, bem como prever as ligações das estradas nacionais, regionais e municipais, em ordem a evitar ao máximo a ocorrência de desequilíbrios económicos, sociais e ambientais ou dessintonias graves no conjunto do território.



## Transparência na vida política

Os Grupos Parlamentares do PS e do PCP já escolheram os deputados que vão integrar a Comissão Eventual para a "transparência" na vida política, que deverá vir a ser presidida por um deputado da oposição.

Recentemente aprovada por unanimidade na Assembleia da República, a Comissão, de acordo com o calendário definido, terá de concluir os seus trabalhos até dia 30 de Maio, após o que

os diplomas subirão a plenário para análise e votação, previsivelmente em 15 de Junho.

Na Comissão Eventual, os deputados vão debater todas as matérias relativas à "transparência" na vida política, incluindo os diplomas sobre o controlo de rendimentos e património dos titulares de cargos públicos, as incompatibilidades, reformas e subvenções dos deputados, entre outros.

## Entre-Douro e Minho

## Produtores de leite «azedam» protestos e ameaçam marchar sobre Lisboa

Cerca de 600 produtores de leite de Entre-Douro e Minho reuniram-se no passado dia 13 em Barcelos em protesto contra a baixa de rendimentos do sector leiteiro. Numa carta endereçada ao Governo, estes produtores ameaçam invadir Lisboa no próximo dia 15 de Maio em manifestação reivindicativa se, até lá, não for dada resposta aos seus problemas.

Começando por expor a situação, os 600 produtores de leite de Entre-Douro e Minho explicam, na carta enviada a diversas autoridades governamentais, que «desde há vários anos a esta parte que o preço do leite na produção não acompanha os altos custos de produção, assistindo-se, consequentemente, a uma baixa permanente do rendimento dos produtores. Num momento em que, de novo, se anunciam grandes pressões para a baixa do preço do leite na produção, recusamos categoricamente tais intenções. Não podemos

mais ser prejudicados com a inundação de produtos lácteos importados», frisam os agricultores, que acrescentam:

«Ultimamente tem-se notado um aumento da influência no mercado por parte dos hipermercados que insistem nas importações de qualidade duvidosa em detrimento do bom leite português. É o caso das chamadas "marcas brancas" de que estes hipermercados usam e abusam.»

Continuando o seu ataque à actuação dos hipermercados no mercado leiteiro, o documento explica:

«Testemunho de má qualidade de muitas dessas importações foi a recente apreensão de milhares de litros de leite pela Inspeção-Geral de Actividades Económicas em alguns importantes hipermercados da região. A opção pelas "marcas brancas" constitui hoje um dos grandes meios de pressão para a baixa do preço do leite na produção», acrescenta-se.

Como se não bastassem «estes ataques à produção nacional de leite, agora é o próprio Governo que acaba de entregar a uma empresa espanhola o fornecimento de leite escolar na zona de Lisboa», denunciam ainda os agricultores, afirmando que «esta situação de desprezo pelos agricultores portugueses não pode continuar. Há oito anos atrás, quando da nossa entrada na CEE, prometeram-nos o paraíso mas afinal meteram-nos no inferno».

## Uma lista de exigências

Os produtores de leite de Entre-Douro e Minho apresentam, de seguida, na carta enviada ao Governo, um conjunto concreto de reivindicações, que reproduzimos:

- Aumento do rendimento da actividade leiteira na base de 4\$50/litro para 1995, na forma do aumento do preço directo do leite ou a diminuição proporcional dos factores de produção, como a redução da taxa do IVA sobre os produtos lácteos;

- Manutenção da actual ajuda compensatória da Comunidade sem a descida prevista de 1\$00/litro no próximo mês de Junho;

- Criação, por parte do Governo, de um subsídio à recolha para as zonas mais isoladas e

para evitar o encerramento dos postos de recolha e salas de ordenha colectiva;

- Reclamamos do INGA a extensão do subsídio ao consumo de energia eléctrica, aos postos de recepção e ordenhas colectivas, assim como a atribuição de um subsídio para a manutenção das salas dos mesmos;

- A criação por parte do Governo, de uma linha de crédito altamente bonificada, de fácil acesso às pequenas e médias empresas de lacticínios e ao Movimento Cooperativo, para que estes possam competir com os preços dos produtos importados pelos grandes hipermercados;

- Exigir uma actuação eficaz por parte da Fiscalização Económica, com base nos mecanismos previstos pelo DL 170/92 no que concerne aos produtos agro-alimentares importados e expostos para venda, aplicando

as respectivas sanções legais a todos os infractores que, nos seus estabelecimentos de venda, não tenham a origem da proveniência, bem como o respectivo certificado de sanidade;

- Que o Governo retome urgentemente o seguro que vigorou até 1994 (extinto pelo IROMA quando da criação das PEC's) que indemnizava os agricultores pelos animais rejeitados no acto do abate;

- Implementação, com urgência, do laboratório de análises que permita aos agricultores a contra-análise em caso de dúvidas;

- Apelo às direcções das Cooperativas para que, em vez da passividade e alguma resignação que têm demonstrado em relação à crise do sector, se coloquem ao lado dos agricultores para a defesa dos interesses que nos são comuns.

## Debate promovido pela JCP O Pensamento Marxista e o Neomarxismo

Realiza-se no próximo sábado, dia 22 de Abril, na sede nacional da JCP (Rua Sousa Martins, n.º 8 — Lisboa), um debate subordinado ao tema «O Pensamento Marxista e o Neomarxismo», promovido por esta estrutura da juventude.

A iniciativa, que contará com a presença de Aurélio Santos, membro da Comissão Central de Controlo do CC do PCP e também membro do Conselho de Redacção da Revista «Vértice», enquadra-se num programa de debates a realizar entre 22 de Abril e 27 de Maio próximos.

Desta vez, o programa dos debates prevê cinco temas em discussão, depois de amanhã, sábado, na sede da JCP e a partir das 17 horas:

1 — Marxismo: fontes e componentes essenciais da formação e desenvolvimento do pensamento marxista • A contribuição de Lênine e o Marxismo-Leninismo • Outras contribuições;

2 — Os «destinos históricos» do marxismo: movimentos sociais e políticos tendo como referência o marxismo-leninismo • As Internacionais • O Movimento Comunista • As experiências históricas da construção do Socialismo;

3 — As confrontações ideológicas em torno do marxismo • As campanhas ideológicas reaccionárias contra o marxismo • As propostas de revisão de Marx • O Neomarxismo e o Dogmatismo • Trotskismo • Maoísmo • Estalinismo;

4 — O PCP e o Marxismo-Leninismo;

5 — Problemas actuais do pensamento marxista • As novas condições e as novas temáticas • Reflexão teórica e acção prática: a luta política • O universal e o particular • As pressões ideológicas e a essência da herança teórica marxista • A renovação do interesse pelo pensamento marxista.

## Concelho de Loures Pontinha não quer encerramento da esquadra da PSP

Conclui-se, amanhã, dia 21 de Abril, um conjunto de acções levadas a cabo pela Junta de Freguesia da Pontinha, no Concelho de Loures, contra o encerramento da esquadra da PSP naquela localidade.

Um abaixo-assinado, com cerca de 6500 assinaturas, foi entregue anteontem ao Secretário de Estado da Administração Interna, Carlos Encarnação, tendo então lugar uma audiência com a presidente da Junta e o presidente da Assembleia da Freguesia.

O mesmo documento foi entregue no dia seguinte

(ontem), na Comissão de Petições da Assembleia da República (AR), seguindo-se audiências com os partidos com assento na AR e entrega da cópia ao Primeiro-Ministro na residência oficial.

Amanhã, a partir das 21.30, terá lugar uma vigília na praça Luís de Camões, na Pontinha.

No abaixo-assinado os signatários exigem a «manutenção da Esquadra da Pontinha, com o consequente aumento do número de Agentes e meios que possibilitem uma eficaz operacionalidade à PSP em toda a área da (...) Freguesia,

que conta hoje com cerca de 40 000 habitantes, sendo a segunda maior Freguesia do Concelho de Loures».

## O vinho em causa

O Parlamento Europeu «acaba de aprovar propostas ruinosas para a viticultura nacional», acusa a CNA, aprovando um relatório onde se consagram coisas como imposição de quotas de produção de vinhas ao nosso país, generalização da adição de sacarose nos vinhos «fracos» e fortes estímulos e prémios ao arranque de vinhedos.

Neste contexto, a CNA «chama à responsabilidade vários dos eurodeputados portugueses, os quais, fazendo tábua rasa das suas promessas eleitorais que ainda temos nos ouvidos, votaram agora a favor deste relatório que põe em causa o interesse nacional. Em particular, denunciámos o dr. Rosado Fernandes, presidente da CAP e eleito pelo partido do dr. Manuel Monteiro, que não hesitou em dar mais uma facada nas costas dos agricultores», tal como António Campos, do PS, e Arlindo Cunha, do PSD, que votaram favoravelmente tal proposta.

Entrada - SEXTA      Entrada - SÁBADO      Entrada - DOM

Festa Avante!

EP

Já à venda

## Por causa do vulcão, na Ilha do Fogo Frente Anti-Racista solidária com Cabo Verde

Na sequência de um contacto estabelecido com a presidente da Câmara Municipal de São Filipe, na Ilha do Fogo — Cabo Verde, a Frente Anti-Racista decidiu promover uma campanha de solidariedade com os alunos daquele concelho, que é afectado pelos prejuízos decorrentes da erupção vulcânica em curso naquela ilha.

Esta iniciativa insere-se na «Campanha Sementes de Amizade», que consiste no estreitamento de laços de amizade com os jovens dos países

africanos de expressão portuguesa.

A Frente Anti-Racista apela às escolas, entidades oficiais e privadas e cidadãos, para que se proceda a uma ampla recolha de materiais escolares (cadernos, lápis, canetas, borrachas, etc.) e brinquedos, de forma a serem canalizados para aquela ilha.

Contactos para mais informações: sede nacional da Frente Anti-Racista, sita na R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2º, em Lisboa, telef. 386 33 75, fax 386 32 21 ou pager 0943 115 137.

## Açores Compensação, mas pouca, graças aos socialistas

Os Grupos Socialista e Partido Popular Europeu, incluindo eurodeputados portugueses, inviabilizaram no Parlamento Europeu uma tomada de posição que se poderia traduzir num significativo apoio à comercialização de produtos de pesca dos Açores e da Madeira, com o argumento de que a mesma era "irrealista". Em debate estava, caso curioso, um relatório da Comissão de Pescas do PE, aprovado por maioria.

Uma emenda imposta pelos socialistas e populares europeus ao relatório Costa Neves (deputado do PSD) sobre a proposta de regulamento do Conselho que institui um regime de compensação dos custos suplementares gerados pela ultraperiferidade, relativamente ao escoamento de determinados produtos da pesca dos Açores, Madeira, Ilhas Canárias e Guiana francesa, recente votada no Parlamento Europeu, pôs em causa a possibilidade deste órgão defender uma decisão que interessasse, globalmente, às pescas açorianas. A acusação é do Gabinete do PCP/Açores, em comunicado divulgado a semana passada.

Fazendo o historial da situação, o documento recorda que está em preparação um regulamento do Conselho de Ministros da União Europeia sobre a matéria em epígrafe, o qual só prevê, no caso dos Açores, a ajuda à comercialização de produtos derivados da pesca do atum entregue à indústria. Tendo a proposta do Conselho de receber parecer do PE, o que é feito sobre a forma de relatório, coube a elaboração deste ao deputado do PSD, Costa Neves. Segundo os trâmites normais, o relatório, uma vez elaborado, é discutido e aprovado na Comissão de Pescas do PE, após o que é submetido e votado em plená-

rio. Acontece, como faz notar o comunicado, que o relatório Costa Neves em nada alterava, inicialmente, a proposta respeitante aos Açores, pelo que, nos debates em Comissão, o eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, apresentou uma proposta de alteração que, mantendo a ajuda ao atum, "criava também uma ajuda significativa à comercialização de pelágios e demersais (até 6.000 toneladas/ano)". Ainda em Comissão, o eurodeputado do PS, José Apolinário, apresentou uma outra proposta, esta reduzindo o apoio ao atum (de 10.000 para 8.000 toneladas/ano, e atribuindo apoio a uma pequena quantidade de pelágios e demersais (2.000 toneladas/ano).

A Comissão de Pescas, por maioria, aprovou a proposta de emenda do PCP, que, note-se, recebeu também o apoio do autor do relatório.

No debate em plenário, o Grupo Socialista, em vez de apoiar a proposta já votada na Comissão de Pescas, renovou e



Os interesses dos pescadores açorianos foram prejudicados, no PE, pelos deputados socialistas

fez aprovar com os seus votos e os votos do PPE a proposta de José Apolinário, que, de acordo com o comunicado do PCP/Açores, "consubstancia uma visão tão distorcida do problema como aquela que consta da proposta inicial do Conselho".

A propósito, o comunicado recorda que, apesar da sua natureza consultiva, os relatórios do PE "adquirem força política quando são votados maioritariamente na base de uma posição estabelecida na Comissão respectiva", pelo que seria de esperar que "todos os grupos políticos e todos os deputados portugueses estivessem dispostos a contribuir para a solução mais adequada".

Não foi o que se verificou. A emenda aprovada pelos socialistas diminui, para todos os sectores envolvidos, as compensações aprovadas na Comissão de Pescas.

Com esta atitude, refere o comunicado, não só "o relatório da Comissão de Pescas ficou com menos força, sendo provável que a posição final do PE não tenha peso para que seja alterada para melhor a proposta inicial do Conselho", como os socialistas portugueses "não só não contribuíram para o reconhecimento da necessidade urgente da comercialização de pequenos pelágios e demersais dos Açores

ser apoiada, como contribuíram antes para ser criada a falsa ideia de que esse é um problema menor, pois apenas 2.000 toneladas dessas espécies careceriam de apoio".

O comunicado sublinha ainda que não tem "qualquer cabimento a alusão de que a proposta do PCP, aprovada pela Comissão de Pescas, era 'irrealista', pois se assim fosse certamente não teria tido o apoio bem realista" da própria Comissão. Por tudo isto, conclui-se, "inadequado e contrário aos interesses objectivos da pesca açoriana foi sim a posição dos deputados socialistas e do seu Grupo".

## Destacamento de trabalhadores

# Directiva rejeitada com apoio do Governo

A proposta de directiva de destacamento de trabalhadores, foi uma vez mais recusada em recente Conselho de ministros dos Assuntos Sociais da União Europeia. O representante do Governo português, em clara oposição às exigências da CGTP-IN e da UGT, não se poupou a esforços para que a directiva fosse rejeitada.

A directiva de destacamento de trabalhadores, a aguardar aprovação desde 1991, é o instrumento legal que, uma vez aprovado e transposto para o direito de cada Estado-membro dos quinze, poderá contribuir para a resolução da complexa situação em que se encontram, entre outros,

milhares de trabalhadores portugueses, especialmente os que trabalham no sector da construção civil, na Alemanha.

Como recorda um comunicado da CGTP-IN divulgado a propósito do novo adiamento da directiva, o vazio legal actualmente existente permite um "autêntico regabofe de engaja-

dores de mão-de-obra", com "salários abaixo dos mínimos contratuais e horários de trabalho superiores aos máximos legais; deficientes condições de saúde, higiene e segurança no local de trabalho (particularmente no respeitante aos alojamentos nos estaleiros); inexistência de cobertura pela segurança social do país de acolhimento e, muitas vezes, culminando com salários em atraso".

Para a central sindical não restam dúvidas de que, com a manutenção deste estado de

coisas, "ganham os empregadores e o Governo que tenta 'exportar' o descontentamento social" fruto do aumento do desemprego e da degradação das condições de vida, e "perdem os trabalhadores portugueses que vão trabalhar para fora de Portugal em condições sub-humanas e os trabalhadores alemães que vêm chegar ao seu país trabalhadores que, auferindo vencimentos inferiores, não beneficiam de direitos sociais por si conquistados ao longo de décadas" e que desta forma são postos em causa.

A denúncia desta política de dumping social foi recentemente denunciada, de resto, pelas centrais sindicais portuguesas e alemã, que exigiram aos chefes de Governo de Portugal e da Alemanha o seu envolvimento pessoal na aprovação da directiva. Não foi isso que se verificou, antes pelo contrário, o governo português empenhou-se, sim, para que a directiva não fosse aprovada.

Denunciando publicamente esta actuação do executivo de Cavaco Silva, a CGTP-IN

acusou o Governo de prejudicar seriamente os interesses dos trabalhadores portugueses, ao optar por manter em total impunidade os empregadores.

No seu comunicado, a CGTP reafirma a sua disposição de continuar a lutar pela aprovação da directiva de destacamento de trabalhadores, propondo-se para isso utilizar "toda a sua influência sindical em todos os espaços e instituições nacionais e europeias para contribuir para a resolução desta grave situação social e laboral".

## Da palmeta ao bacalhau...

O escandaloso acordo de pescas entre a União Europeia e o Canadá mereceu do Governo português um voto contra que não serve para nada e vagas promessas a pescadores cada vez mais de mãos vazias.

O acordo não serve os interesses nacionais, mas o executivo de Cavaco Silva, em vez do veto que bloquearia o acordo, prefere ir por aí a navegar à procura de alternativas, com a consolação moral de que os portugueses têm razão. E assim nós vamos tendo razão e eles vão tendo o peixe.

O ministro do Mar, Duarte Silva, prometeu esta semana

tentar obter, a curto prazo, alternativas para a drástica descida da quota de pesca verificada com o acordo assinado pela União Europeia para a pesca da palmeta no Canadá.

"Vamos tentar encontrar alternativas de oportunidade de pesca de modo a viabilizar a frota nacional, mas necessitamos de tempo" para analisar com os outros Estados-membros as alternativas de pesca existentes, aproveitando quotas que não são utilizadas, disse Duarte Silva. O ministro, que reconhece a necessidade de defender "uma indústria que desperta o interesse de

muitos agentes económicos", não avançou "alternativas" para os pescadores que de imediato vão sofrer as consequências deste acordo leonino conquistado pelo Canadá.

Um acordo que os armadores nacionais não conseguem entender, já que "tudo o que o Canadá queria foi aceite", incluindo a divisão do pesqueiro de palmeta em duas áreas, uma das quais será explorada pelo Canadá e a outra pela NAFO, o que "não se justifica".

A situação, consideram, é tanto mais grave quanto parecem não restar dúvidas de que

o objectivo do Canadá é, nos próximos anos, vir a dominar também a quota atribuída à NAFO. Este acordo, sublinham, é um "atentado" cuja consequência poderá ser o fim da pesca longínqua portuguesa. Os armadores acusam o Canadá de pretender destruir a frota portuguesa com o intuito de vir a controlar o mercado nacional, que consome, anualmente, 100 milhões de contos de bacalhau.

O acordo reconhece ainda direitos preferenciais ao Canadá no alto mar, o que viola o direito internacional (ver mais informação na página 19).

## Toledo Águas ibéricas em debate

Rios ibéricos, recursos hídricos e plano hidrológico são os grandes temas em debate, amanhã e sábado, na cidade de Toledo, em Espanha. A iniciativa é dos eurodeputados do PCP e da Izquierda Unida, e realiza-se no âmbito do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia do Parlamento Europeu.

Da parte portuguesa, para além dos eurodeputados comunistas Sérgio Ribeiro e Honório Novo, participam ainda, como convidados, os engenheiros João Bau, João Oliveira e Francisco Teixeira, todos especialistas em questões relacionadas com os recursos hídricos.

# 15º Congresso do PCI (M)

## Delegação do PCP visita a Índia e o Nepal

A convite do Partido Comunista da Índia (Marxista), Albano Nunes, membro do Secretariado do CC e responsável da Secção Internacional, representou o PCP no 15º Congresso do PCI (M), que se realizou de 3 a 8 de Abril, em Chandigarh, capital do Punjab-Haryane.

No seu regresso da Índia, Albano Nunes deu ao "Avante!" o depoimento que aqui divulgamos.

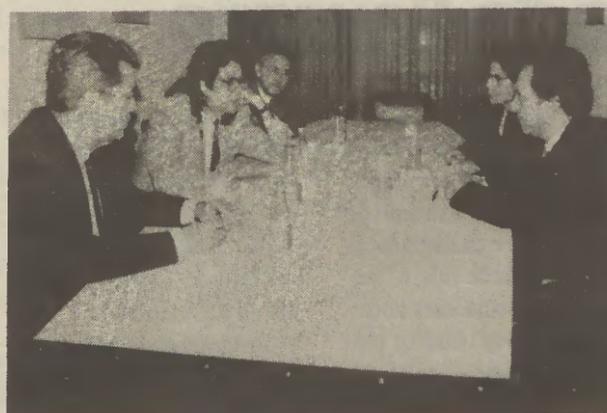
O Congresso realizou-se num momento particularmente delicado na vida deste grande e multifacetado país. Em consequência da política económica neoliberal seguida pelo governo de Narasimha Rao e das imposições do FMI/BM, verifica-se uma deterioração acelerada da situação social, cresce o desemprego, agravam-se ainda mais as condições de vida

Estados Hindus, dos mais povoados do país, onde a influência dos comunistas é ainda muito reduzida e onde são maiores os perigos de involução reaccionária. Um tal reforço mesmo numa perspectiva meramente nacional é tanto mais necessário, quanto, perante a falência e o descrédito do Partido do Congresso (que desempenhou um papel histórico na construção

damente crítico e autocrítico, em que atrasos e problemas foram encarados com grande determinação em os vencer, com grande sentido do colectivo, com grande confiança nos valores e ideais comunistas. Encerrou com um comício que contou com cerca de 200 mil pessoas, o maior desde há muitos anos realizado na cidade de Chandigarh.



Albano Nunes na tribuna do 15º Congresso do PCI (M), na Índia, e com o secretário-geral do PCN (UML), Madhav Kumar Nepal, no Nepal



## Dirigente cubano em visita a Portugal

Abel Prieto, deputado da Assembleia Nacional Cubana, membro do Conselho de Estado da República de Cuba e da Comissão Política do Partido Comunista de Cuba, presidente da União dos Escritores e Artistas, encontra-se estes dias entre nós, entre 17 e 25 de Abril, no quadro de uma visita que se desdobra em iniciativas de ordem política e cultural.

Licenciado em 1973, na Escola de Letras e Artes da Universidade de Havana, em Língua e Literaturas Hispânicas, foi professor no centro universitário da Ilha da Juventude, chefe de Redacção da "Teoria e Crítica" da Editorial Letras Cubanas e director dessa mesma Editora. Foi ainda director da Editorial Arte e Literatura, do Centro Cultural Juan Marinello e vice-ministro da Cultura. É autor de diversos livros de contos e ensaios, tendo obtido, por duas vezes, prémios literários.

Do programa de Prieto em Portugal constam encontros políticos, nomeadamente com a direcção do PCP, com o grupo parlamentar de amizade com Cuba, com intelectuais comunistas. Estão previstas iniciativas de esclarecimento contra o bloqueio norte-americano a Cuba, em Lisboa no Palácio Galveias, e em Setúbal. Deverão decorrer ainda debates de âmbito político-cultural, com temas diversos como os intelectuais na revolução, em Lisboa, a história e ideologia, em Coimbra, e literatura cubana e latino-americana, no Porto.

das grandes massas da população. O grande descontentamento popular tem-se traduzido em lutas de massas de grande envergadura. As jornadas de desobediência cívica e greves gerais, conduzidas pelos comunistas e forças de esquerda de Agosto/Setembro de 1994, foram as maiores jamais verificadas após a Independência da Índia em 1948. O governo do Partido do Congresso sofreu importantes derrotas nas eleições realizadas nos últimos meses em vários Estados da União Indiana. Mas simultaneamente cresce a ameaça das forças reaccionárias, comunistas e separatistas, lideradas pelo Bharatiya Janata Party (BJP) e seus aliados obscurantistas. A sua vitória nas eleições de Fevereiro nos Estados de Maharashtra (Bombaim) e Gujarat, os mais industriais do país, é particularmente inquietante.

O Congresso do PCI (M) (655 delegados e 57 observadores) abordou amplamente estas questões, apontando como objectivo fundamental na presente situação a construção de uma alternativa política, tanto ao Partido do Congresso como o BJP e seus aliados reaccionários. A palavra de ordem é o "fortalecimento da unidade das forças de esquerda, democráticas e seculares" que, por sua vez, passa necessariamente pelo fortalecimento da Frente de Esquerda que envolve nomeadamente o PCI (M) e o PCI e que governa os Estados de Bengala Ocidental e Tripura e reconquistará, muito provavelmente, o de Kerala, estados que no seu conjunto envolvem mais de 100 milhões de habitantes. Passa também, naturalmente, pelo reforço do PCI (M) designadamente nos

da Índia independente e não alinhada), os comunistas são hoje a única grande força de âmbito nacional que consequentemente se bate contra o comunalismo, o sectarismo étnico e religioso e o separatismo. Na sua contribuição reside a grande esperança de impedir que este imenso mosaico de contrastes que é a Índia seja incendiado e pulverizado por lutas fratricidas instigadas pelo imperialismo e a reacção.

Uma preocupação esteve sempre presente nos debates do Congresso: a intensificação da luta popular e o fortalecimento das organizações de massas como via fundamental para alcançar uma alternativa democrática e progressista. Essa é também a via que se considera indispensável para o reforço da organização partidária que, com os seus 630.000 membros, se considera estar muito aquém do real prestígio e influência que o PCI (M) tem na sociedade e na vida política do país. Prestígio e influência bem visível no próprio tratamento dado pela generalidade da comunicação social ao Congresso, com fotos e notícia de primeira página, ao longo dos seus seis dias de trabalhos. Uma importante linha de orientação diz respeito à acção do Partido nos campos, junto das camadas mais pobres e oprimidas da população, mobilizando-as para a defesa dos seus interesses e direitos fundamentais, por cima das barreiras de casta e de todas as diferenças étnicas, religiosas e linguísticas.

O 15º Congresso do PCI (M) - em que participaram 20 delegações estrangeiras - revelou grande capacidade de organização e foi um Congresso exigente, profun-

O representante do PCP usou da palavra na Tribuna do Congresso para ler a saudação do Comité Central e encontrou-se com os camaradas Harkisham Sing Surjeet, Secretário-Geral, e Sitaram Yechury, membro do Bureau Político, para além de outros contactos com dirigentes do PCI (M).

## Nepal

Após o Congresso do PCI (M), o camarada Albano Nunes efectuou uma visita de 2 dias ao Nepal, país onde o Partido Comunista do Nepal (Unificado Marxista-Leninista) obteve uma maioria relativa nas eleições de 15 de Novembro de 1994, e governa actualmente este país de 20 milhões de habitantes.

Albano Nunes encontrou-se com os camaradas Madhav Kumar Nepal, Secretário-Geral do PCN (UML), Bam Dev Gautanam, Secretário-Geral-Adjunto, e Arun Nepal, membro do Secretariado e do Departamento de Relações Exteriores. Visitou também a sede da Federação da Juventude Democrática Nacional, onde se encontrou com o seu Secretário-Geral, Yuba Raj Gnyawali, e outros dirigentes, e a sede da Federação Geral dos Sindicatos do Nepal tendo tido um prolongado encontro com o seu Secretário-Geral, camarada Bishnu Rineal.

Esta primeira visita de um dirigente do PCP ao Nepal, apesar de curta, foi muito frutuosa, tendo permitido um melhor conhecimento e compreensão recíproca e contribuído fortemente para o ulterior desenvolvimento das relações de amizade entre o PCP e o PCN (UML).

## CPPC

Promovido pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), realizou-se no passado dia 10, na Casa da Paz, um Encontro de dinamização e coordenação das iniciativas comemorativas do 50.º aniversário do fim da II Guerra Mundial e da derrota do nazi-fascismo. Os participantes no Encontro debateram acções concretas no sentido de uma sensibilização para perigos que hoje enfrentamos, desde o aumento de conflitos locais e regionais ao alargamento de fenómenos racistas, degradação do ambiente e agravamento de problemas sociais.

## Líbia

Por ocasião do 9.º aniversário do bombardeamento de cidades libanesas pelas forças armadas norte-americanas e do 3.º aniversário do bloqueio aéreo imposto à Líbia, em 15 de Abril, a Direcção Nacional do CPPC lançou um Apelo para que "as sanções ilegalmente e injustamente impostas pelas Nações Unidas à Líbia sejam levantadas", destacando que "as sanções são uma humilhação para o povo líbio e provocam enormes sofrimentos e prejuízos materiais". O documento do CPPC sublinha que a "Líbia tornou-se um alvo dos EUA, do Reino Unido e da França, com base nos pretextos infundados de cidadãos líbios estarem implicados nas tragédias de Berlim e de Lockerbie" (respectivamente, um atentado numa discoteca e uma catástrofe aérea). E lembra que as sanções já "foram responsáveis por milhares de vítimas devido a restrições no fornecimento de medicamentos, peças e acessórios para meios de transporte".

## FAO

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) celebra o 50.º aniversário a 16 de Outubro, no Quebec, Canadá. Para assinalar a data, decorrerá no Quebec uma reunião ministerial que visa preparar a Cimeira Mundial de Alimentação, no início de 1996, e que aprovará a Declaração de Quebec ou Declaração sobre Alimentação e Agricultura. Segundo o relatório, "em 1995 haverá que preparar antecipadamente a participação da Delegação Portuguesa na Conferência da FAO e, a partir desta, a presença previsível de Portugal como membro do conselho da FAO". O ano de 1994 correspondeu, segundo o relatório, a um período de viragem na Organização no que respeita à sua estrutura e prioridades, metodologia de intervenção e postura face aos novos desafios da Agricultura e da Alimentação no plano mundial. Dois novos programas foram lançados - o Programa Especial de Apoio à Segurança Alimentar nos países de mais fracos recursos e sujeitos a carências alimentares e o Sistema de Prevenção e Resposta Rápida contra as Pragas e

## Encontro PCP / MPLA

Uma delegação do MPLA, composta por Jorge Inocêncio Dombolo, membro do Comité Central e Director do Departamento de organização e quadros, Virgílio Ferreira Fontes Pereira, Director do Gabinete Jurídico, e João de Almeida Martins, Director do Departamento de análises e estudos políticos, encontrou-se no dia 10 na sede central do PCP com uma delegação do PCP composta por Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Luís Sá, da Comissão Política, Henrique de Sousa, do Secretariado, e Carlos Aboim Inglês, da Comissão Central de Controlo. No encontro trocaram-se informações de interesse mútuo, no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre os dois Partidos.

## Rede de solidariedade com a África Austral

O Grupo de Ligação dos Movimentos Anti-Apartheid da União Europeia realizou a sua última reunião, em Bruxelas, a 1 e 2 de Abril, dando lugar a uma nova estrutura, a Rede Europeia para a Informação e Acção sobre a África Austral, que tem como objectivo promover a solidariedade com esta região do continente africano.

Esta transformação dos movimentos anti-apartheid em rede de cooperação, resulta naturalmente das profundas mudanças políticas entretanto operadas na República Sul-Africana, e corresponde, na prática, a um alargamento da solidariedade a uma mais vasta zona do continente, que abarca nomeadamente Angola, hoje no centro das preocupações do novo movimento.

No comunicado à imprensa sobre a criação da nova Rede Europeia, destaca-se o facto de se estar a viver um "período crítico nas relações entre a União Europeia, por um lado, e a nova África do Sul e o conjunto da África Austral, por outro".

A reunião debateu, em particular "as possíveis consequências para a África Austral de uma redução em termos reais do Fundo Europeu para o Desenvolvimento, o principal instrumento de ajuda da UE aos países da África Austral".

No comunicado sublinha-se a necessidade de um "processo mais rápido no estabelecimento de uma nova parceria entre a UE e a Comunidade da África Austral para o Desenvolvimento (SADC)".

Foi aprovado um programa com vista à divulgação dos objectivos da Rede.

## Armas nucleares em debate em Nova Iorque

O Tratado de Não-Proliferação das armas nucleares está nestes dias em debate em Nova Iorque. Um reunião que conta com a participação dos 172 Estados signatários (de entre os 185 membros das Nações Unidas) e que deverá prolongar-se por três semanas, até 12 de Maio.

Em causa a renovação de um tratado que provou a sua eficácia no que respeita à redução da "proliferação horizontal", mas que entretanto envolve forte polémica.

Pelas suas insuficiências, nomeadamente a ineficácia no plano da "proliferação vertical", ou seja o aperfeiçoamento e criação de novas armas nucleares.

E porque a posse de armas nucleares, e os imensos estoques acumulados pelas potências nucleares, constituem objectivamente instrumentos de poder a nível mundial.

Para as populações, a opção lógica seria sem dúvida o desarmamento, a redução dos estoques, a limitação crescente desses poderes. Para a maioria dos governos representados na ONU, o que está em causa é antes a preservação desse poder, ou a conquista de poderes idênticos. Ambições de domínio de que não é difícil descortinar os perigos, aliás presentes no quotidiano, nas múltiplas guerras locais que fazem parte da realidade política de hoje.

Uma realidade que se reflecte nos tópicos dos debates a decorrer em Nova Iorque: desarmamento; cooperação; garantias de segurança aos Estados que não possuem armas nucleares; os problemas regionais, nomeadamente no Médio Oriente.

O Tratado de Não-Proliferação Nuclear foi assinado em 1968 pelas três potências nucleares - Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido - e entrou em vigor em 1970. O documento então assinado compromete as potências nucleares a "prosseguir de boa-fé negociações sobre medidas eficazes relativas à cessação da corrida aos armamentos nucleares em data próxima e ao desarmamento nuclear".

O documento veio a ser posteriormente ratificado por um total de 172 países, mas está-se bem longe ainda dos objectivos inicialmente propostos.

Múltiplos são os obstáculos neste caminho. Antes do mais o ritmo de redução do estoque

de armas nucleares. É verdade que, como resultado de negociações soviético-americanas, nos anos 80 inicia-se um processo de redução que deveria restringir o número de ogivas de 60.000 para menos de 10.000 no limiar do novo século. Calcula-se entretanto que, mesmo no termo das reduções hoje previstas, o número de cabeças nucleares será ainda superior ao de 1970.

Durante as negociações realizadas nos anos 60 quando das sucessivas Conferências sobre desarmamento em Genebra, foram consideradas algumas importantes medidas: um tratado para a total interdição das experiências nucleares; a proibição de produção de material fissil com fins militares; a garantia de não utilização de armas nucleares contra Estados não-nucleares e o compromisso de não ser o primeiro a recorrer a esta arma.

Vinte e cinco anos volvidos, nenhum destes objectivos foi alcançado.

As negociações para proibição dos ensaios nucleares, iniciadas em 1944 em Genebra, esbarram com a resistência da França e da China quanto à possibilidade da sua conclusão

em 1995.

A doutrina militar da NATO continua a considerar a utilização da arma nuclear como resposta possível a um ataque convencional, químico ou bacteriológico.

Ao longo dos anos, a Assembleia Geral das Nações Unidas votou regularmente - apesar da recusa dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Índia - um texto sobre a proibição de produção e armazenamento de material fissil para uso militar. A resolução acabou por ser adoptada em 1993, mas sem qualquer referência aos estoques. Entretanto o impasse permanece. Pelos receios existentes de assim se poder legitimar a existência dos estoques das grandes potências nucleares. A que soma uma ambiguidade de fundo: o carácter duplo das tecnologias, aplicáveis tanto no domínio civil como no plano militar.

É neste contexto que hoje se debate em Nova Iorque o destino do Tratado de Não-Proliferação. Prolongamento indefinido ou alargamento por um período limitado? E que podem significar na prática as diferentes perspectivas? Um maior número de potências nucleares? A ratificação da posse permanente de armas nucleares pelos membros do Conselho de Segurança?

O que está em causa é a recusa - ou a aceitação - de medidas de desarmamento de facto, nomeadamente a assinatura de um tratado de interdição total dos ensaios nucleares, a redução dos estoques de materiais fisséis, garantias de segurança aos países não nucleares. Passe a redundância - o único caminho para o desarmamento é o desarmamento.

**Doenças Transfronteiriças de Animais e Plantas.** Após a realização das duas grandes Conferências Internacionais de 1992 (a Conferência Internacional de Nutrição e a das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento), as grandes linhas de orientação do trabalho da FAO assentam em duas vertentes essenciais: a Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural Sustentável.

### Irlanda

Os comandantes do Exército Republicano Irlandês (IRA) comprometeram-se a "enfrentar todos os desafios e tarefas necessárias", mas sublinharam que compete aos britânicos a primeira responsabilidade para fazer avançar o processo de paz. "O nosso desejo de liberdade sobreviveu a todas as administrações britânicas na Irlanda e fez cair por terra todos os poderosos argumentos utilizados contra nós", afirma o Conselho armado do Ira, na sua tradicional mensagem da Páscoa.

### Cuba

Cuba denunciou a continuação da "política agressiva" norte-americana, reagindo ao anúncio de expulsão iminente dos Estados Unidos de dois diplomatas cubanos implicados em incidentes em Nova Iorque.

A decisão "ridícula" das autoridades norte-americanas constitui uma ilustração da "política agressiva, hostil e de guerra fria que o governo norte-americano persiste em manter contra Cuba", declarou o ministro dos Negócios Estrangeiros cubano, num comunicado divulgado pelo jornal Granma.

Segundo o comunicado, esta política, contrária à opinião pública internacional, é inspirada por "pressões de pequenos grupos fascistas e elementos ultraconservadores da sociedade norte-americana".

O anúncio da expulsão dos dois diplomatas surge "de forma suspeita, oito meses após os factos (30 de Agosto) e apenas a alguns dias de uma nova série de conversações sobre questões migratórias", sublinha o Ministério.

### Vietnam

O governo de Hanoi considerou que as confissões do antigo secretário norte-americano da Defesa Robert McNamara, que afirmou pela primeira vez que a guerra do Vietname foi um "erro trágico", estão "de acordo com a realidade".

McNamara escreveu nas suas memórias "In Retrospect" que os Estados Unidos "enganaram-se terrivelmente" no Vietname.

Até hoje, MacNamara foi o mais alto responsável norte-americano a exprimir-se deste modo, desde o final da guerra em Abril de 1975. O Vietname celebrará o 20.º aniversário da queda do regime pró-americano de Saigão e do fim da guerra a 30 de Abril.

### Itália

## Acordo põe em causa reformas

O actual governo italiano, de Lamberto Dini, assinou há dias, com o patronato e sindicatos, um acordo que encoraja a constituição de fundos privados de reforma, o que na prática pode vir a representar um primeiro passo para o desmantelamento do sistema obrigatório de reformas.

Uma questão entretanto muito sensível para a população italiana que, em Outubro de 1994, conseguiu opor-se, em manifestações de rua que reuniram por todo o país milhões de pessoas, a um projecto de privatização do sistema de reformas então avançado pelo governo de Silvio Berlusconi.

O acordo agora assinado, sobre reformas complementares, encoraja a constituição de fundos de reforma privados, alimentados por cotizações voluntárias ou numa base contractual. Estas cotizações serão geridas por companhias de

seguros, bancos ou outras instituições de carácter financeiro. Estas medidas são implementadas em nome de Maastrich. Um dos cinco "critérios de convergência" considerados no Tratado estipula que os défices públicos não devem exceder 3% das riquezas criadas (produto interno bruto, PIB). Ora, entre esses défices públicos, são considerados não apenas os respeitantes ao orçamento de Estado, mas também os das colectividades ou de organizações sociais. Não é difícil discernir quais serão as consequências sociais da aplicação de tais "critérios de convergência".

O governo de Lamberto Dini prepara-se também para avançar com a revisão da idade da reforma e das formas de contribuição. Medidas que entretanto não deverão ser tomadas antes das eleições regionais de 23 de Abril próximo.

Fazer o inventário fotográfico nacional de obras de arte é tarefa de vulto a que José Pessoa meteu os seus largos ombros, num trabalho de equipa que não se cansa de louvar. Não é todos os dias que se encontra alguém que se afirma privilegiado por fazer o que gosta, como gosta, e que parte para o trabalho como quem embarca numa aventura. Para viajar no tempo através de uma obra de arte, conta José Pessoa com a câmara escura e o olhar claro de quem entendeu que a difícil tarefa de ser tradutor, intérprete e examinador de obras de arte é trabalho pluridisciplinar que, criando novas memórias, preserva e divulga a riqueza do património nacional.

A primeira edição facsimilada do Canceiro da Ajuda, recentemente editada no âmbito de Lisboa 94, é uma das tuas muitas aventuras fotográficas. Como foi que embarcaste nessa viagem?

Na altura de Europália foi necessário fazer uma fotografia do Cancioneiro, para catálogo; não era admissível que o livro saísse do país sem que houvesse dele um facsimile fotográfico. O tempo, no entanto, era escasso e o investimento que tal implicaria bastante volumoso... afinal, tratava-se de fazer quatrocentas e tal chapas! A verdade é que a responsabilidade dessa saída pesou sobre nós, e uma noite decidi perguntar aos meus colaboradores quem é que queria fazer uma noite para resolver o problema...

O trabalho foi feito numa noite?

Exactamente. E com película à conta, sem hipótese de repetir fotografias. Mediu-se a luz uma vez e foi-se por aí fora... quatrocentas e tal chapas. Acabámos às sete da manhã, doze horas depois de termos começado. Foram respeitadas todas as regras deste tipo de trabalho de acordo com as condições que a espécie permitia. Em boa hora o fizemos. Durante muito tempo, este facsimile foi fornecendo imagens para todas as matrizes, mas o nosso desejo era que ele fosse editado enquanto facsimile. Graças a Lisboa 94 isso tornou-se possível.

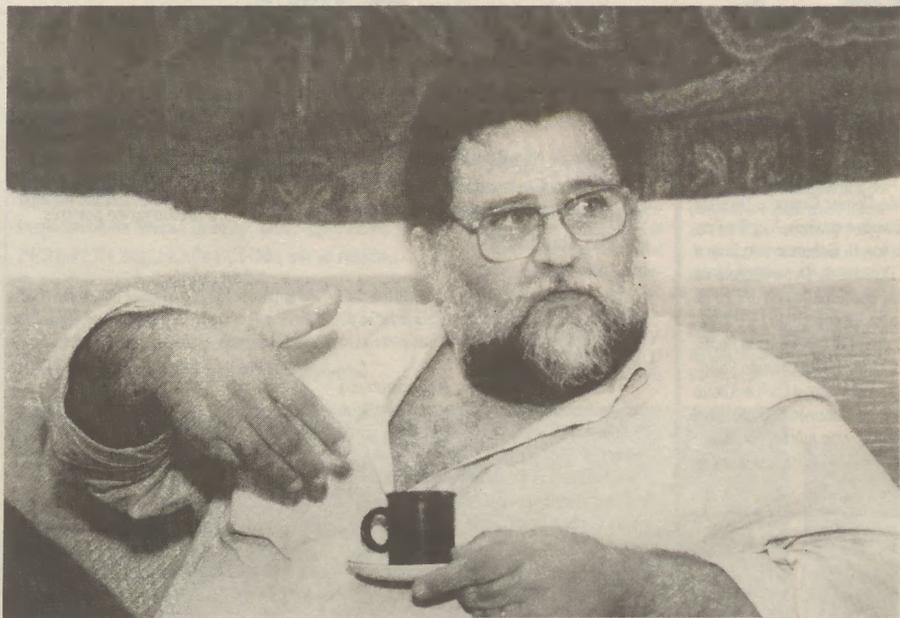
Foi uma forma de Lisboa 94 fechar com chave de ouro?

Acho que Lisboa 94 fechou com chave de ouro de duas maneiras, neste domínio, com a edição de dois livros que considero fundamentais para a cultura portuguesa: o Cancioneiro da Ajuda e o livro de Nuno Gonçalves/novos documentos, que teve a sua exposição no Museu de Arte Antiga, em que se mostrou - de uma forma exemplar - o trabalho de um grupo interdisciplinar, um trabalho de estudo da pintura portuguesa do século XV, que no fundo deu contos públicas do seu trabalho durante dois anos e meio e mostrou os novos documentos que dele surgiram. Este é um trabalho inédito entre nós, porque se trata de um trabalho sistemático, de análise de uma peça tão importante que se impunha fazer, tal como o facsimile do Cancioneiro da Ajuda.

As consequências deste trabalho só se farão sentir, em termos de investigação, de resposta de interpretação, daqui a alguns anos. Mas há efeitos imediatos de outro tipo. O resultado deste trabalho trouxe tanta novidade, uma tal quantidade de informação, que a História de Arte portuguesa não será a mesma depois disto. Penso que houve um ganhar de consciência por parte dos investigadores de que este tipo de trabalho é interdisciplinar e que o uso sistemático dos meios de análise das obras de arte - que estão disponíveis desde 1967 - pode e deve ser feito.

Tem havido pouco divulgação destas iniciativas, não tem?

É verdade. Os órgãos de comunicação social, de um modo geral, fizeram-se notícia - ligeira, na minha opinião, dada a importância de um acontecimento desta natureza - do seminário que se realizou durante três dias e que trouxe a Portugal especialistas internacionais desta matéria. Mas o número de pessoas que estão ganhas para a compreensão destes temas, para além do grupo dos 'furiosos', o grupo dos 'paineiros' como um órgão de informação lhe chamou, não é muito grande. Infelizmente, existe um divórcio histórico entre a população portuguesa e os museus, que é uma das consequências, terrível, provocada pelo regime fascista. Os museus atravessaram todo o século XX com a concepção de que eram locais onde só cer-



**Apaixonei-me completamente pela fotografia das obras de arte. Ao alcance da minha objectiva estavam os flamengos, os italianos, tudo, enfim, quanto de melhor o Homem fez, e que eu podia conhecer com uma intimidade única, fantástica.**

tas pessoas iam, onde o visitante não tinha um ambiente acolhedor à sua espera e onde as pessoas se sentiam marginalizadas. Ir a um museu era entrar num local onde só certos eruditos ou certas pessoas de determinado nível social tinham direito a entender-se e a dialogar com as obras de arte.

Isso hoje está a alterar-se...

É um facto, está a mudar, e a isso não é estranho o aparecimento do Instituto Português dos Museus; independentemente de muitas críticas que se lhe possa fazer, há que reconhecer que, nesta matéria, a situação está em vias de mudança.

A Europália e o impacto que teve no exterior é algo verdadeiramente importante. Creio que não existe ainda entre nós uma grande consciência disso: fez-se com que os europeus descobrissem o património português e a história portuguesa, o que também só se está a fazer sentir passados vários anos. A inclusão de aspectos do património português no programa de estudos ou de trabalhos de investigação é algo que, a nível científico, leva sempre algum tempo. Por seu lado, Lisboa 94, com as exposições que na sua maioria tiveram grande qualidade, deu também um contributo positivo para a divulgação da nossa cultura. Um dos males de que os nossos museus sofriram era a de uma terrível falta de publicações: as pessoas não tinham nada para levar para casa, nenhuma memória para trazer dos museus, nenhum objecto de estudo. Nos últimos anos essa realidade alterou-se; já vamos em cerca de trinta títulos de grande folgo, contamos com catálogos de exposições do maior interesse para quem estude História de Arte... É claro que muito continua a faltar, mas tem sido feito um grande esforço para colmatar essa ausência de publicações.

Devo dizer que não eram só os visitantes que sofriam deste mal dos museus; as pessoas que viveram nos museus, os técnicos, que não tinham culpa da falta de condições de trabalho, nem da falta de meios, foram também grandes vítimas dessa política. Vítimas, porque passavam a sua vida a fazer estudos para publicações que nunca existiam; vítimas, porque viam as obras de arte a sofrer falta de condições de conservação e de divulgação, o que muito os magoava. Considero de toda a justiça sublinhar que nos museus portugueses, nas instituições de conservação e restauro em Portugal, houve sempre gente de alta qualidade técnica e científica, e algumas delas sofreram a frustração de nunca verem o seu trabalho publicado ou de nunca terem tido condições para o desenvolver. Algumas dessas pessoas lutaram uma vida inteira pela conservação de peças em circunstâncias terríveis, sem ver uma luz ao fundo do túnel, numa perspectiva de resistência contra o tempo.

E num enorme isolamento, certamente...

Sem dúvida. Como os museus estavam afastados da população e vice-versa, a ideia que se fez, a nível social, era a de que quem trabalhava nos museus eram conservadores, velhos, ou novos-velhos, ratos de biblioteca, criando-se mesmo uma desvalorização social da própria profissão, quando no fundo quem conserva, conserva para o futuro da Humanidade. Só luta por isto quem acredita no futuro da Humanidade. Os trabalhadores dos museus, e os trabalhadores das instituições de conservação e restauro, são de facto verdadeiros embaixadores do futuro.

Ainda que a tendência seja vê-los como só estando virados para o passado, dissociados da própria realidade em que vivemos...

O que se passa é exactamente o contrário. Repara, nos museus, existem três actividades fundamentais: conservação das peças - nós não somos donos das peças, somos detentores temporários das mes-

# Olhar claro em câmara escura

## Entrevista com José Pessoa

Texto **Anabela Fino**  
Fotos **Jorge Caria**

mas e temos o dever de transmitir esse património às gerações vindouras, juntamente com o que a nossa própria geração criou; estudo das peças - nenhuma geração está dispensada da sua própria investigação, pois por mais que as peças tenham sido estudadas, a verdade é que cada geração traduz e transporta um novo olhar, um novo conhecimento, uma nova capacidade científica e tecnológica, a tal ponto que se pode dizer que cada vez que uma geração é impedida ou abdicada de fazer esse estudo se regista um empobrecimento nessa transmissão do conhecimento humano; e finalmente a divulgação, que não podendo pôr em causa nenhum dos outros factores (tal como nenhum dos outros pode pôr em causa a divulgação, pois são actividades que se relacionam dialecticamente), é fundamental, para que todos usufruam de um património que é seu.

Para aqueles de nós que temos o privilégio de trabalhar em actividades culturais e científicas, a divulgação é da maior importância. Se não houver divulgação, não é de estranhar que a base social de apoio esteja pouco interessada em criar meios, verbais e condições para esse tipo de trabalho.

É ainda muito comum ouvir as pessoas questionar tais gastos. Podemos dar um saltinho até Foz Côa, por exemplo, onde a alternativa barragem/pinturas rupestres está a dar tanto que falar... Não é difícil encontrar quem se interroge que importância é que têm uns desenhos feitos na pedra...

Pois não, e a culpa é nossa. Nossa, enquanto povo e enquanto cultura. Eu tive o privilégio de ter colaborado voluntariamente com uma equipa de alunos da Faculdade de Letras que, em 1972/73, fez o inventário das gravuras do Vale do Tejo. Particpei no levantamento fotográfico dessas gravuras, que estavam numas placas de xisto no fundo do rio; só se podia trabalhar de noite, dado que de dia o sol apagava completamente as imagens...

Deve ter sido uma aventura...

E foi mesmo uma grande aventura da arqueologia portuguesa. Foi tudo feito com um carácter profundamente amoroso, com grande amor pelas coisas. Durante o dia, equipas faziam moldagens, em latex, e a equipa de fotografia começava a funcionar à noite; os úni-



cos momentos em que nos encontrávamos era à hora de jantar, quando uns chegavam e outros se preparavam para partir. O nosso campo de trabalho constava de uns milhares de metros quadrados de inscrições, e para quem participou naquilo foi óbvio que era absolutamente necessário fazer a prospecção sistemática dos rios portugueses - uma tal manifestação cultural não podia ter acontecido só no Vale do Tejo. Isso não foi feito. Naquela altura era absolutamente impossível resistir à barragem, mas devia ter-se aprendido a lição, as instituições deviam ter tirado dali as ilações que eram mais do que evidentes.

Quanto a Foz Côa, a única coisa que sei, por aquilo que vi, é que só o inventário fotográfico, sistemático, sério e com critérios de documentação - que presumo terá de ser feito, pelo menos em grande parte, em trabalho nocturno -, levará vários anos, com uma equipa permanente a trabalhar no local. É uma tarefa de enorme dificuldade fotográfica.

Isso leva-nos à questão de quem é que faz este tipo de trabalho, em Portugal.

Como é que tu começas a trabalhar nesta área? Não deve faltar que fazer, num país com oito séculos de História...

Não tem oito séculos de História, tem muitos milhares de anos... Tens razão, essa é uma daquelas frases feitas que nos ficam...

É uma das mentiras do regime que se consagrou na cultura portuguesa. Mal de nós se só tivéssemos oito séculos de História...

Milhares de anos que nos dão um património riquíssimo...

A negação disso foi outra das mentiras que o regime nos inculcou, convencendo-nos de que éramos um país pobre, sem a riqueza patrimonial de outros países... E houve toda uma geração que acreditou nisso, a ponto de haver muita gente da classe média que mais facilmente ia ao Louvre do que ao Museu de Arte Antiga. Isto é falso.

Cada povo tem o seu património, que é insubstituível no conjunto do património da Humanidade. Portugal foi um encontro privilegiado entre o Norte e o Sul da Europa, entre o Oriente e o Ocidente. Este encontro prodigioso que se deu no território português, o facto de, devido à expansão portuguesa e aos encontros culturais que tivemos com os diversos povos do mundo, cá terem vindo parar muito tipo de objectos de toda a parte do planeta, não podia deixar de fazer com que o património do nosso país fosse muito rico a vários níveis. Muito mais rico do que se imagina, até porque há muitas colecções que nunca foram expostas.

A sua divulgação é fundamental, mesmo para marcar a nossa própria identidade e nos fazer respeitar no aréopago das nações.

Achas que há o perigo real de perdermos identidade nesta União Europeia em que estamos inseridos?

Claro, historicamente aconteceu que muitos povos foram destruídos assim, não seria caso único. É claro que ficariam vestígios da cultura portuguesa... Bom, é preciso dizer que há factores históricos

inevitáveis, o contacto das culturas provoca aculturamentos, pelo que é natural que aqui e além haja aspectos da nossa cultura que sejam transformados, mas eu acredito que a identidade da cultura portuguesa tem possibilidades de se autodefender, de conseguir sobreviver a este terrível teste da integração europeia. É evidente que não podemos ficar à espera que isto aconteça naturalmente; a nossa cultura sobreviverá se nós trabalharmos para isso, e se trabalharmos muito duramente, porque temos grandes atrasos também neste domínio.

Aquilo que outros povos foram fazendo nos anos quarenta e cinquenta, nós começámos a fazer depois do 25 de Abril, pelo que levamos muitos anos de atraso em relação às tarefas normais em relação ao património, tal como essa coisa básica e fundamental que é um inventário sistemático do património e a publicação desse mesmo património. Enquanto os outros andam já nas publicações específicas, nas monografias, nos trabalhos de divulgação de segunda linha, nós temos para divulgar basicamente tudo.

Mas voltando à tua aventura pessoal, como é que começou? Sozinho; comprei uns livrinhos, comecei a ler... Como já disse uma vez, nesse aspecto tenho tido uma vida profundamente privile-

giada. Comecei por me interessar pelo retrato, o retrato psicológico, depois fiz alguma fotografia de publicidade, mas senti necessidade de aprofundar os meus conhecimentos técnicos... Nessa altura convidaram-me a fazer um estágio no Instituto José de Figueiredo, em 1971, onde comecei a trabalhar desde o primeiro dia e me apaixonei completamente pela fotografia das obras de arte. Para mim, aquela era na altura uma forma nova de aproximação às obras de arte. Ao alcance da minha objectiva estavam os flamengos, os italianos, tudo, enfim, quanto de melhor o Homem fez, e que eu podia conhecer com uma intimidade única, fantástica.

Como diria alguém, foi a minha desgraça! Fiquei completamente apanhado por aquilo. Na altura ganhava relativamente bem, com a fotografia de publicidade, e depois passei logo ano e meio sem ganhar um tostão...

As paixões pagam-se...

Bem podes dizê-lo! Passei dezassete anos no Instituto José de Figueiredo, trabalhando em fotografia e exame de fotografia de obras de arte; exame através da fotografia dos processos fotográficos e da radiografia. Esses anos deram-me o privilégio de contactar com tudo aquilo que o Instituto ensina: o estudo das obras, os meios de intervenção nas mesmas, processos de conservação...

Dito dessa forma, parece um bocado árido...

Nem podes imaginar as surpresas que um trabalho deste tipo pode trazer! Por vezes pega-se numa escultura profundamente alterada pelo tempo, pelo gosto de diferentes épocas que a pintaram, serraram, modificaram, encaixaram outras coisas, eu sei lá, carregada de pó, com vernizes envelhecidos... Pomo-la sobre um ciclorama, iluminamo-la e, de repente, em frente dos teus olhos, ela mexe-se, e descobrimos que não é uma peça do século XVIII, que por baixo está uma do século XVI, porque é óbvio que está lá.

Esse óbvio talvez seja o olhar da experiência...

Talvez, mas o que é certo é que ela se mexe e nós temos o privilégio de assistir, como se o autor ali estivesse e nos mostrasse os caminhos da criação da própria peça.

Mas isso não é a câmara que dá, é o olhar que está por detrás da câmara...

Ela não passa de um instrumento.

Exactamente. Mas o que é a fotografia? Esta é uma pergunta a que a maior parte das pessoas não sabe responder. A fotografia é o processo de registar quimicamente a imagem que se forma numa câmara escura. Houve uma discussão enorme, que às vezes ainda continua de uma forma surda, sobre se a fotografia é ou não uma forma de arte. Eu penso que é uma forma de arte, tal e qual como a escrita. Escreve-se para fazer qualquer lista, para fazer matemática, filosofia, e também para criar obras de arte. Na fotografia, escrevem-se imagens com outro tipo de caneta; imagens que, por um lado, são espantosamente próximas do real e, por outro, são uma interpretação pessoal do real.

A fotografia foi uma importantíssima revolução na cultura da humanidade, porque foi a criação de uma memória em imagens. Até ao seu aparecimento, a memória das imagens que existia era feita através do desenho, da gravura, da pintura, logo muito limitada. Basta comparar o número de desenhos e gravuras que era possível fazer-se com o número de imagens que se produz através do processo fotográfico. A fotografia é realmente uma nova memória em imagens...

E que transforma a realidade.

É verdade, também é uma forma de influir na realidade. Como nós, marxistas-leninistas, acreditamos, a arte tem uma relação dialéctica com a sociedade: recebe as influências dessa sociedade, mas é também um meio de acção sobre ela.

A fotografia desempenhou um papel fundamental na vida social. Desde logo, levou-nos a viajar: basta comparar uma fotografia das pirâmides com os desenhos românticos que se faziam das pirâmides no século XIX. A fotografia foi e é uma denúncia tremenda da injustiça, da miséria, da guerra. As primeiras fotografias da guerra que apareceram causaram um choque terrível, porque a ideia que a retaguarda tinha da guerra era muito romântica; apesar do sofrimento que a guerra sempre provocou na população civil, a verdade é que se pensava que as pessoas morriam heroicamente no campo de batalha. O conhecimento do horror da guerra só se dá com a fotografia. Se o desenho está na base das três grandes formas de arte - a pintura, a escultura e a arquitectura -, a fotografia é a base de todas as artes da câmara escura - cinema, televisão, vídeo. A fotografia é a escola onde tudo isso se aprende.

O testemunho da imagem fixa é fundamental. Basta lembrar que mesmo no cinema, até quando se quer mostrar o movimento, se recorre amiúde ao 'paralítico', ou seja, à fotografia, à imagem fixa.

**Acredito que a identidade da cultura portuguesa tem possibilidades de se autodefender, de conseguir sobreviver a este terrível teste da integração europeia**



Os historiadores têm levado algum tempo a reconhecer esta importância da fotografia. Até há muito pouco tempo, e isto a nível mundial, os historiadores vinham à procura das imagens que serviam à sua tese, as que podiam ilustrar o seu pensamento; não olhavam a fotografia como fonte documental, da qual teriam de tirar novos ensinamentos ou mesmo rever as suas teses. Isso só muito recentemente começou a acontecer, e em Portugal está a verificar-se graças ao papel que o Arquivo Nacional de Fotografia está a desempenhar, colocando imagens ao dispor dos investigadores, de forma sistemática.

Arquivo esse a que tu estás profundamente ligado, não é verdade?

Acontece que, ao fim de 17 anos de Instituto José de Figueiredo, fui de certa forma provocado pela ideia do projecto que era o Arquivo Nacional de Fotografia. Tendo dado todos esses anos o meu melhor à fotografia e ao exame científico de obras de artes, foi quase inevitável ceder à paixão de dedicar tudo o que tinha aprendido ao serviço da fotografia ela própria. Assim, transitei para o Arquivo Nacional de Fotografia, onde fui, desde 1987, responsável pelos laboratórios fotográficos.

Esta minha ingénua ideia de me dedicar por inteiro à fotografia da fotografia acabou por ser confrontada com outra realidade. Porque no Arquivo se criaram, por força dos problemas de conservação fotográfica, condições únicas para a conservação de fotografia, quando surgiu em 1989 a ideia de fazer um inventário fotográfico de obras de arte, a nível nacional, o Arquivo teve de aceitar essa tarefa. Era a única entidade com os meios e o conhecimento para o fazer.

O projecto arrancou timidamente em 89, prosseguiu ainda mais timidamente em 90, mas em 91 sofreu um grande impulso com a Europália, que foi um testemunho da necessidade de um tal inventário. Quando se pensou em fazer no estrangeiro uma série de exposições do património português, verificou-se que praticamente tudo havia imagens publicadas. Foi preciso fotografar praticamente tudo e muitas coisas pela primeira vez. Os catálogos da Europália foram um impulso muito grande para o inventário fotográfico nacional, e uma grande aventura em que trabalhou uma equipa de dez fotógrafos. E foi, acima de tudo, uma grande aprendizagem.

Esta experiência, por outro lado, criou a estrutura que possibilitou que Lisboa 94, a este nível, fosse feita com uma certa facilidade. Os catálogos e livros que hoje são publicados pelo Instituto Português de Museus não têm nada que invejar a outras publicações estrangeiras.

Quando se fala de arquivos, pensa-se geralmente num local 'morto', onde se põem coisas que para lá ficam... Como é isso de trabalhar num arquivo?

Há arquivos mortos e arquivos vivos. Um arquivo vivo é aquele que estuda e divulga o seu conteúdo, que o enriquece e que é ao mesmo tempo escola de pessoas, de quadros. O Arquivo Nacional de Fotografia é um arquivo vivo, que produziu o ano passado cerca de cinquenta mil novos documentos fotográficos, e é graças aos seus quadros que tem sido possível contribuir para o estudo, divulgação e enriquecimento do nosso património, a nível nacional e a nível mundial.

# Nos bastidores de uma sondagem

Na passada segunda-feira, o «DN», reportando-se à «sondagem DN/TSF/Euroteste» ( mensalmente divulgada em primeira mão por Marcelo Rebelo de Sousa ), proclamava em manchete que «PSD ultrapassa PS», atribuía 41,2% ao PSD e 39,5% ao PS e enfatizava, numa curta síntese, que «pela primeira vez» naquele barómetro «o PSD surge à frente do PS». Como principal reacção a esta manchete e a este «resultado», apetece pura e simplesmente dizer que era fatal como o destino !

Não se interprete, entretanto, este desabafo como expressão seja de contentamento seja de tristeza, porque, como se calcula, a última coisa que, nesta e noutras matérias, se justificaria seria terçar armas pelo PSD ou pelo PS, uma vez que estão bem um para o outro, como se pode avaliar pela diligente notícia do «Público» de sábado passado que nos informava da muito isenta intenção do PS de divulgar dentro de dias uma sondagem por si encomendada à Euroexpansão que, entre outras magníficas superioridades, lhe daria 10 pontos percentuais de vantagem sobre o PSD.

Com efeito, quando dizemos que era fatal como o destino

das forças políticas em 1991 (...) voltam a votar nas mesmas forças políticas - e agora espanto dos espantos ! - «à excepção dos indecisos que tendo votado PSD se distribuem agora 50% pelo PSD, 40% pelo PS e 10% pelo CDS» !

E foi precisamente este «Cenário» III caracterizado por esta comovente mas completamente arbitrária distribuição de «indecisos» ( porquê 50, 40, 10? porque não 70, 25, 5 ? porque não outra coisa qualquer ? porque é que o PCP não tem direito a nada ? ), que o DN, a TSF e MRS resolveram escolher, apesar de ser óbvio que este critério era o que mais empolava os resultados do PS.

Não é ofensivo escrever que sabiam muito bem o que estavam a fazer e tinham diante dos olhos as cenas dos próximos capítulos. É que, adoptando o critério, ainda mais estuporado do que os outros, de dar administrativamente ao PS a importante fatia de 40% dos antigos eleitores do PSD que se declaravam

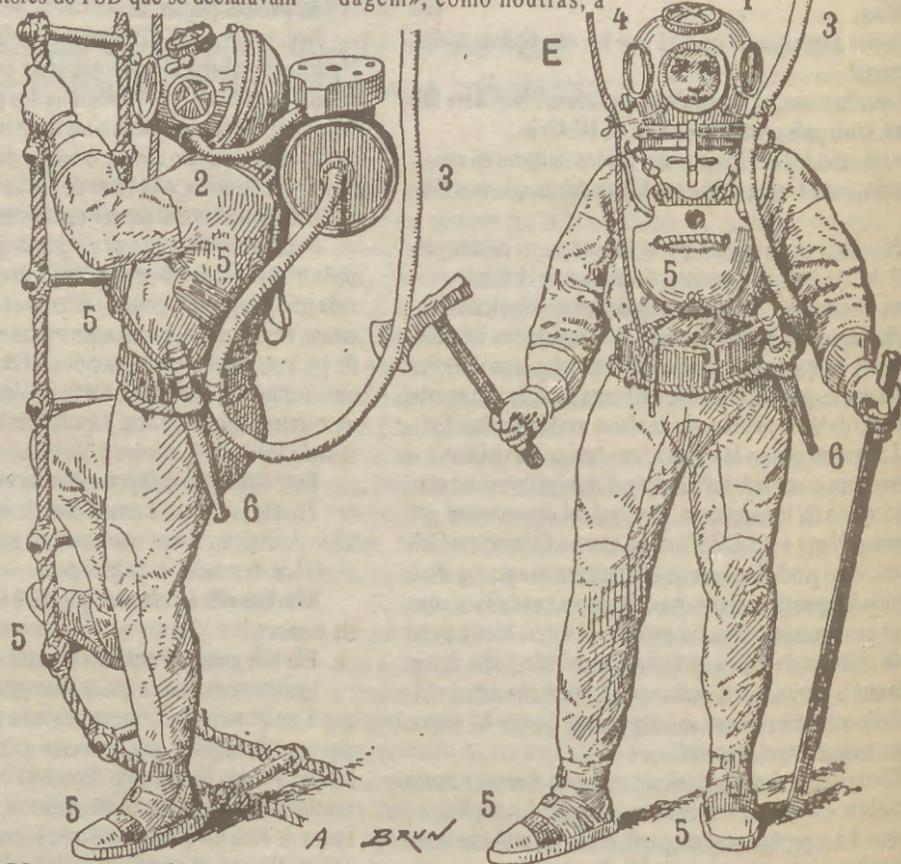
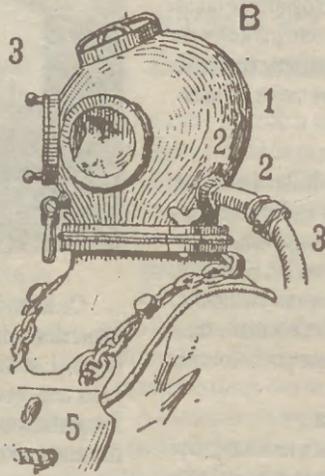
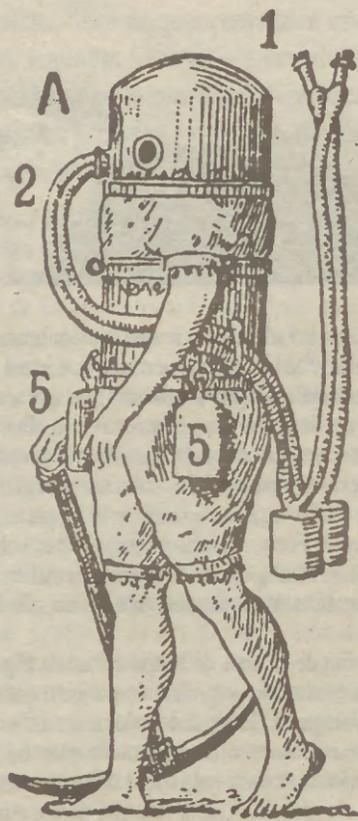
para o sistema de «painel» de 400 e tal inquiridos pelo telefone ( sempre os mesmos, com a consequência universalmente reconhecida de estes inquiridos se transformarem rapidamente em «fazedores de opinião» profissionais ), em Março voltou às 1500 eentrevistas directas e em Abril já tinha voltado outra vez ao sistema de «painel». Ora a verdade é que se a metodologia varia, então os resultados não podem ser objecto de comparações mensais contínuas, como têm feito os pagantes desta «sondagem».

Acresce que nesta «sondagem», como noutras, a



■ VÍTOR DIAS  
Membro  
da Comissão Política

Como se vê pela última peroração do Prof. das notas políticas, a «sondomania» conduz reconhecidamente à perda de contacto com a realidade e à psicose numérica



«indecisos», o DN, a TSF e sobretudo MRS não podiam deixar de saber que, à medida que o nível de «indecisão» no antigo eleitorado do PSD se fosse atenuando, o «resultado» inevitável - em termos desta «sondagem» entendamo-nos - seria um movimento de aproximação do PSD ao PS ou mesmo a ultrapassagem deste por aquele.

Mas é preciso que se saiba mais: é que esta manchete do «DN» - «PSD ultrapassa PS» - e todo o imenso palavrório de MRS sobre esta «ultrapassagem» nunca teriam existido se, por acaso, tivessem optado, ao longo dos últimos meses, por divulgarem os resultados dos «Cenários» I e II, em vez do III.

É que, de Dezembro até agora, nos resultados dos «Cenários» I e II, o PSD tem estado sempre, mas sempre, à frente do PS ( com vantagens que vão de ponto e meio a três pontos ).

O eventual interesse desta informação não está evidentemente em permitir ajuizar ou opinar sobre qual dos «cenários» é mais credível, pela simples razão de que a credibilidade desta «sondagem» ( e de outras ) está afectada por múltiplos outros factores de distorção que não podem ser esquecidos, mesmo que, como acontece desde há quatro meses, ela apresente o PCP a subir, paulatinamente é certo, mas sempre a subir.

A eventual utilidade do desvendar desta parte dos bastidores desta «sondagem» só pode estar em, através deste exemplo concreto, colocar ao alcance dos cidadãos a compreensão de como os dados e os resultados, tonitruantes ou não, com que são intensamente bombardeados resultam ou de truques ou de escolhas não inocentes que não conhecem porque lhes são deliberadamente escamoteadas.

Preenchida esta finalidade pontual mas essencial, importa sublinhar que em relação a esta «sondagem», como muitas outras altamente empenhadarem construir artificialmente uma imagem de «bipolarização» PSD-PS, não faltam outras razões de desconfiança.

Desde logo, as que resultam de variações de metodologia. Na verdade, esta sondagem começou por se basear em 1500 entrevistas pessoais e directas, depois passou em Dezembro

soma dos «indecisos» com a abstenção ( ela própria subavaliada pelo «efeito de painel» ) ronda os 40%, o que quer dizer que os resultados publicados e objecto de tão extensas e sofisticadas análises políticas se baseiam nas respostas de apenas 60% dos inquiridos, o que, num «painel» de 413 sondados, significa a espantosa multidão de 247 cidadãos !

Acresce ainda que a «sondomania» conduz reconhecidamente à perda de contacto com a realidade e à psicose numérica, como se atesta pela última peroração do Prof. das notas que não hesitou em atribuir um grande significado ao facto de a última sondagem dar ao PSD e ao CDS/PP, somados, uma percentagem superior à do PS e do PCP somados, quando a diferença resultante dos dados publicados era de 0,1% ( zero vírgula um ) numa sondagem com uma margem de erro de 2,5% e quando 0,1% de 413 inquiridos representa essa impressionante realidade política de meia pessoa

Mas mais importante que tudo é contar que daqui até Outubro vai continuar e intensificar-se este filme pretensamente dramático ( «PSD à frente do PS»; «PS volta a ultrapassar PSD»; «PSD e PS - ambos à beira da maioria absoluta» ) ao serviço da péssima causa da salvação da política de direita e da tentativa de desmoralizar e desanimar os que já confiam e os que podem vir a confiar no PCP e na CDU de cujo reforço eleitoral depende decisivamente uma verdadeira alternativa à esquerda.

Mais importante que tudo é saber e nunca esquecer, e ajudar muitos outros a saber e a nunca esquecer, que a dignidade de cada um, o interesse de todos e a força da democracia estão, não no espírito de «Maria vai com as outras» que as «sondagens» procuram fomentar, mas na inalienável soberania, individual e colectiva, de afirmar, pela opinião e pelo voto, os próprios interesses, aspirações e vontade.

que nesta sondagem ( e em outras ), o PSD acabasse por aparecer à frente do PS, isso tem que ver com os bastidores desta sondagem que algum dia teriam de ser visitados, no quadro de um esforço, política e civicamente importante, para que os cidadãos se possam defender melhor das operações de intoxicação e manipulação em que a maior parte das sondagens eleitorais estão transformadas.

Dizemos que era fatal como o destino porque, desde o início desta sondagem em Novembro de 1994, que havia nela um aparente mistério centrado à volta do facto de, apresentando a Euroteste ao DN, à TSF e a Marcelo Rebelo de Sousa três «cenários» ( o I, o II e o III ) de resultados, MRS, o DN e a TSF terem optado sempre por só divulgar exactamente aquele ( o III ) que era mais espectacularmente favorável ao PS!

Pedindo desculpa pela aridez do assunto, esclareça-se então que as diferenças entre os diversos «cenários» resultam de diferentes formas, critérios ou técnicas de repartir ou distribuir os «indecisos», ou seja da maneira de realizar essa premente tarefa democrática que é pôr a falar os que manifestamente não quiseram falar, assim fazendo entrar nos resultados atribuídos a cada partido tanto os que os escolheram expressamente como os que deliberadamente não escolheram nenhum.

Assim, no «Cenário» I, os «indecisos» que «votaram em cada uma das forças políticas em 1991 (...) voltam a votar nas mesmas forças políticas» e os que não revelam o sentido do seu voto em 1991 «permanecem na categoria de 'indecisos'».

No «Cenário» II, é o mesmo do I, só que os indecisos que não revelaram como votaram em 1991 «são considerados na faixa dos abstencionistas» ( ou seja, os «indecisos» desaparecem dos resultados globais ).

No «Cenário» III «os indecisos que votaram em cada uma

# A guerra das pescas

■ Carlos Luís Figueira (\*)

O recente conflito que opôs a União Europeia ao Canadá em torno do exercício de pesca por portugueses e espanhóis na zona Noroeste do Atlântico Norte, disputa que teve como centro o montante de quotas de pesca da Palmeta a atribuir a cada país membro da NAFO e medidas de fiscalização mais rigorosas para determinar os montantes de capturas efectuadas por cada embarcação bem como o tamanho das espécies capturadas, trouxe para a actualidade a multiplicidade de conflitos e problemas que a actividade pesqueira hoje enfrenta.

Não sendo possível fazer de todos eles uma abordagem exaustiva e procurando fixar-nos sobre alguns dos que mais directamente afectam a actividade pesqueira nacional sublinharia, como ponto de partida, que a chamada «guerra da Palmeta» evidenciou a importância acrescida que cada país hoje dá à defesa e gestão de recursos próprios que dispõe, ou que lhes estão próximos e por outro lado se as políticas comunitárias comuns, tal como têm sido concebidas pela UE e fielmente executadas por este governo, se conformam com a natureza dos nossos interesses nacionais.

Em 1986, data da adesão de Portugal à então CEE, as capturas exercidas pela nossa frota longínqua representava 46% do volume total das nossas pescarias. Perdendo a posição de interlocutor directo que detínhamos nas negociações com outros países, deixando exclusivamente à UE esse papel, a partir de então temos vindo a perder consecutivas posições de pesca que exercíamos na Costa de África e na zona da NAFO palco recente dos últimos conflitos, em benefício de outros países, em boa parte ocupados pela poderosa frota espanhola.

A forma como a nossa adesão foi negociada, a falta de firmeza evidenciada por este Governo na defesa das especificidades e características da nossa actividade produtiva conduziram, nas pescas, a que Portugal não salvaguardasse como deveria direitos históricos que poderiam e deveriam ter sido invocados e defendidos para garantir o exercício de um segmento da nossa frota que desde então tem vindo a ser sucessivamente aniquilada, passando de um efectivo de 60 para 16 embarcações.

O comportamento assumido pelo Governo no recente conflito com o Canadá é paradigmático dessa actitude. Não se conhece ainda, na altura em que escrevo estas notas, o montante das quotas que foram distribuídas à frota nacional. Entretanto, um elemento da Associação de Armadores afirma já que o acordo constitui «uma verdadeira vergonha para a Comunidade e um crime cometido contra a frota portuguesa». Da parte dos espanhóis, a quem Portugal acabou por entregar todo o protagonismo no conflito, as reacções são de uma contida satisfação pelos resultados obtidos. O Canadá, independentemente de posições assumidas, con-

testáveis à luz do direito internacional obtém, nestas negociações, não só uma importante quota de pesca como factores adicionais que lhe garantem maior controlo nas pescarias de um recurso que em última instância desejam ver gerido por inteiro visto que a sua pretensão em alargar a sua ZEE das 200 para as 300 milhas continua a ser um objectivo de que não abdicaram por completo.

O Governo diz que vai votar contra o acordo, mas não utiliza o direito de veto porque entende não estarem em causa problemas transcendentais do país. O voto contra é, assim, não mais, que um tiro de pólvora seca. Neste quadro, não é difícil adivinhar qual vai ser o destino próximo deste importante segmento da nossa frota, com as consequências imediatas que daqui resultam: diminuição da actividade produtiva e nova escalada nas importações de peixe com o agravamento do já debilitado défice alimentar do país, agravamento dos problemas sociais com o aumento do desemprego num sector onde já se perderam milhares de postos de trabalho nos últimos anos.

Decorrem entretanto negociações entre a UE e Marrocos para erguer novo acordo de pesca em águas daquele país. Em causa estão 46 embarcações portuguesas e cerca de 1600 postos de trabalho. Marrocos coloca novas exigências procurando tirar vantagens máximas na venda dum recurso que é seu. Com a prática habitual nestas, como noutras circunstâncias, o Governo do PSD

mada «guerra da Palmeta» não se prevêem bons ventos para a continuidade do exercício de pesca pelas 46 embarcações portuguesas em águas marroquinas.

Por outro lado decorrem negociações na UE visando a integração de Portugal e Espanha na Política de Pesca Comum a partir de Janeiro de 1996. Pouco se sabe sob o verdadeiro andamento deste processo negocial de grande importância para o sector pesqueiro nacional. O relatório preliminar foi votado favoravelmente por todos os partidos à excepção dos eleitos pelo PCP. Em causa está a defesa da especificidade das pescarias nacionais e sobretudo a salvaguarda de que as nossas 12 milhas (mar territorial) serão, para agora e para sempre, reservadas ao exercício de pesca pela frota nacional. É aqui que o nosso país dispõe hoje dos seus principais recursos pesqueiros como o demonstra já o facto de ser da zona das 12 milhas que obtemos 80% das nossas capturas e se empregam 90% dos trabalhadores em exercício no sector

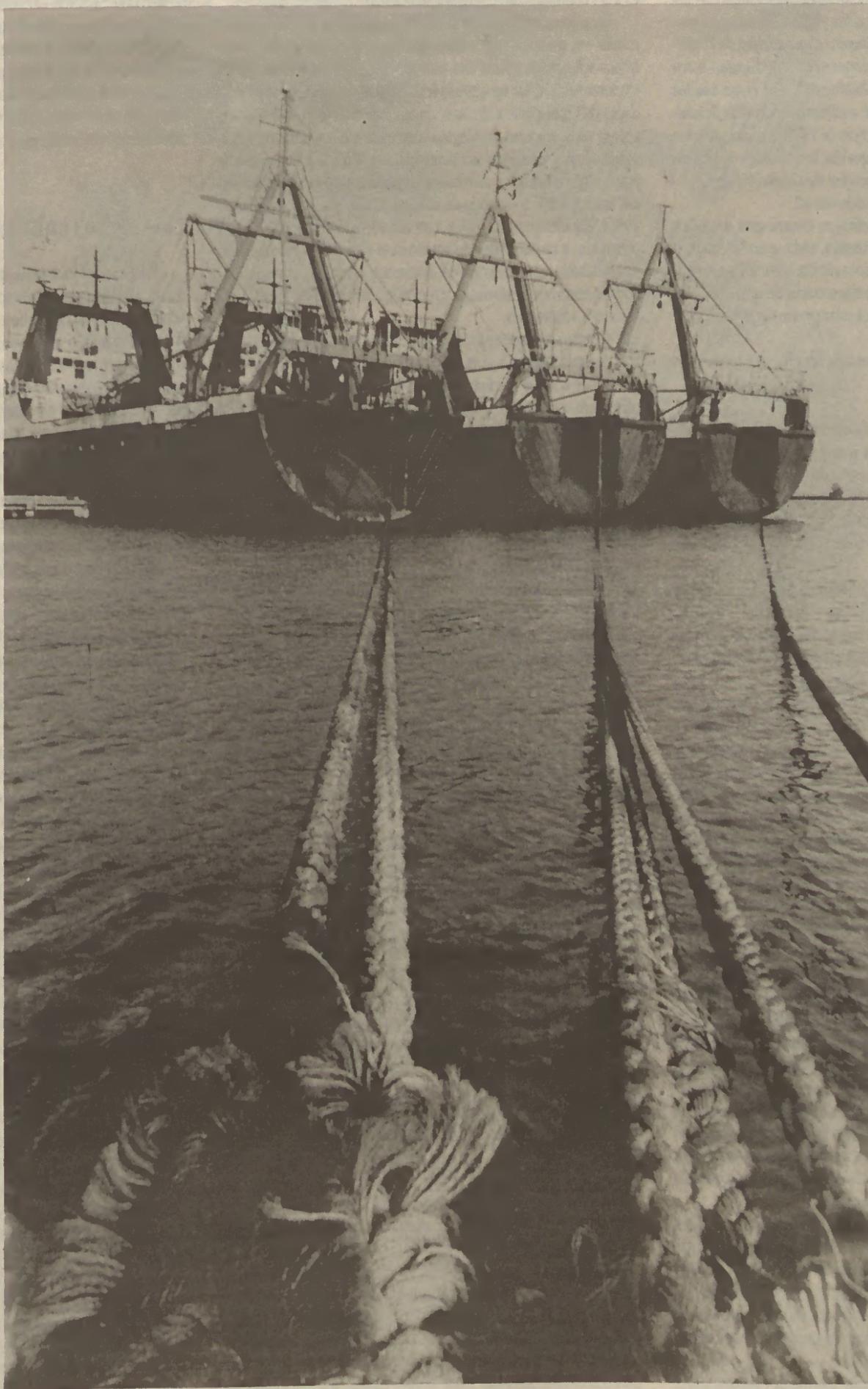
através de uma actividade pequeira assente na pesca artesanal sector cada vez mais estratégico no futuro das pescas nacionais.

Num sector que, após a integração de Portugal na CEE, tem vindo sucessivamente a perder capacidade produtiva e postos de trabalho através da execução de uma política que, privilegiando os abates indiscriminados e a ausência de apoios à produção, não tem tido minimamente em conta as especificidades das pescas nacionais que as diferenciam das exercidas no Norte da Europa, com base nas quais o fundamental da política comunitária tem sido erguida, numa altura em que, como o recente conflito com o Canadá e as previsíveis dificuldades com Marrocos o confirmam, a defesa dos recursos e especificidades de cada país começam a pesar mais que antes na defesa de interesses próprios, mais intolerável se afirma a política deste Governo no quadro da UE.

Porque, mesmo dando de barato que no caso do recente conflito com o Canadá o Governo venha afirmar que não veta porque não estão em causa interesses transcendentais do país é preciso esclarecer então quando e como tais interesses estarão presentes para este Governo quando a agricultura está como está em muito decorrente da aplicação da Política Agrícola Comum, se as conservas foram dizimadas desde a integração, sacrificadas aos interesses de outros, se o mesmo poderá acontecer como agora em relação ao futuro das pescas nacionais.

É necessário no fundo questionar se face ao interesse demonstrado por diversos países em defender recursos e especificidades que integram, as políticas comuns comunitárias tal como têm sido concebidas e servilmente executadas por este Governo, se conformam com os interesses do nosso país no quadro de uma política de desenvolvimento que salvaguarde a nossa capacidade produtiva, o aproveitamento e gestão de recursos naturais que em diversos domínios o país integra, como factores essenciais para erguer uma política de desenvolvimento económico e de independência nacional. Esta é a questão de fundo que o conflito das pescas também trouxe mais uma vez à tona da água!

(\*) Membro da Comissão Política do CC do PCP



tem mantido silêncio absoluto acerca do andamento destas negociações, sabendo-se que a partir de finais de Abril se o mesmo não estiver concluído paralisa a actividade da frota neste área. A Comissária europeia já fez saber que a UE não disponibilizará verbas para compensar armadores e pescadores das consequências de uma eventual paralisação forçada da frota. Se a actividade deste Governo for neste conflito semelhante à assumida na cha-

mentamento e gestão de recursos naturais que em diversos domínios o país integra, como factores essenciais para erguer uma política de desenvolvimento económico e de independência nacional. Esta é a questão de fundo que o conflito das pescas também trouxe mais uma vez à tona da água!

# As auto-estradas da Oportunidades e perigos

Para onde se caminha...

Os meios de Comunicação Social não param de referir o tema – uma verdadeira coqueluche! São constantes as citações à sociedade da informação, às auto-estradas da informação, ao relatório de Al Gore, Vice-Presidente dos EUA, ao relatório da chamada Comissão Bangemann, Vice-Presidente da Comissão Europeia, enfim, à reunião de Fevereiro de 1995 do G7 focada em exclusivo sobre estes temas.

Sobre a oportunidade do assunto, são de referir, em particular, o tratamento que lhe tem sido dado ultimamente por órgãos tão prestigiados como são *Le Monde Diplomatique* – ver, por exemplo, na sua edição de Fevereiro de 1995, os artigos das páginas centrais *Qui contrôlera la cyber-économie?* e *Les dangers d'une société de l'information planétaire* –, o semanário *Newsweek* – dedicando o seu número de Fevereiro de 1995 – *Technology'95: The Hype and the Hope* – a esta problemática ou, ainda, o número especial do *Scientific American*, publicado também no início de 1995, dedicado ao tema *The Computer in the 21st Century*, o qual inclui um artigo do próprio Al Gore (!), com o título *Infrastructure for the Global Village*.

Algo de muito importante deve andar no ar!

O facto é que as telecomunicações, as tecnologias da informação e a «indústria» do entretenimento, áudio e audiovisual, já não são apenas o que eram antes. Com efeito, a banalização progressiva da utilização, em todos estes três sectores de actividade, das mesmas tecnologias de suporte está a criar premissas objectivas de aproximação entre eles.

Estas tecnologias de suporte comuns àqueles três sectores de actividade são, basicamente:

- a microelectrónica,
- a forma digital de tratamento e circulação dos sinais,
- as capacidades de banda larga para a transmissão de sinais e para a comutação de ligações – em particular potenciadas pela utilização das fibras ópticas e do ATM (modo assíncrono de transferência de informação), respectivamente,
- e, enquanto «argamassa» da flexibilidade do conjunto destas tecnologias, o *software*.

Na verdade, o que se regista actualmente é uma forte tendência para a convergência destas três actividades – indústrias? – num só, complexo, integrado, conjunto. A afirmação que, cada vez com mais frequência, se faz é a de que hoje se está em presença de três ramos, ou três subsectores, de um mesmo sector «novo».

Já não são apenas as utilizações de circuitos alugados aos operadores de telecomunicações, permanentemente pelas empresas, para a transmissão de dados ou, temporariamente, por exemplo, para a transmissão radiofónica de relatos de futebol. Já não são apenas, também, as múltiplas utilizações da rede telefónica quer para a transmissão de dados quer para a «popular» aplicação do fax. Ou, por outro lado, os jogos de computador – uma realização das tecnologias da informação – a entrarem em força no sector do entretenimento. Ou a videoconferência, que é um serviço das telecomunicações, a entrar em sobreposição no festival da canção da TV, em apoio à comunicação dos diversos juristas distritais – de Norte a Sul, do Continente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – sobre o resultado da votação nas canções concorrentes ao festival.

Ou, ainda – com o actual processo de desregulamentação/liberalização, não é também, apenas, mais o facto de os operadores de TV por cabo estarem decididos a fornecer serviço telefónico a partir das suas redes e os operadores públicos «clássicos» de infra-estruturas e serviços básicos – como o telefónico –, por seu lado, estarem também a procurar fornecer os programas de TV através de redes de cabo próprias. Ou o de assistir ao percurso dos novos «entrantes» no negócio das telecomunicações, entre os quais se incluem operadores de outros serviços públicos com redes de distribuição, nomeadamente de água, de gás e de energia eléctrica.

O que está em jogo então, num cenário de desregulamentação – de re-regulação? – e a caminho de uma liberalização, querida completa a curto prazo pelos interesses dominantes, é não apenas a necessidade de lidar com as chamadas questões da interconectividade de todas as redes que vão surgindo e da interoperabilidade relativamente a toda uma miríade de serviços e aplicações que vão ficando disponíveis e são requisitadas pelos utilizadores.

O que é realmente novo é a pressão enorme dos abaixamentos dos custos dos «bits», do seu tratamento e do seu transporte, tudo se encaminhando para uma verdadeira «explosão» da disponibilidade e da ubiquidade, deste componente primordial – desta matéria-prima – de que é feito o produto «informação». É, por outro lado, a valorização do produto «informação», o papel central que o conteúdo adquiriu no seio desta nova «macroindústria». O conteúdo, o produto «manufacturado» informação, adquiriu um estatuto da posição mais elevada na cadeia de valor deste conjunto de negócios, enquan-

to a matéria-prima que o constitui, os «bits», bem como toda a maquinaria de processo que os produz, os manipula e os transporta, se encontram colocados nas camadas inferiores da cadeia de valor.

O conteúdo, o produto «informação», dada a sua diversidade e dados os progressos tecnológicos, tem características que levam a designá-lo com o qualificativo de «multimedia». O conteúdo, então, passa a apresentar-se sob uma forma que utiliza a combinação mais apropriada para cada caso de sinais áudio (vocais, musicais), de imagens (normalmente animadas), vídeo e/ou textos. A nova «macroindústria» em perspectiva é a indústria multimídia, tal como já começa a ser conhecida um pouco por toda a parte.

Os valores em jogo nos negócios ligados à sociedade da informação – e, muito em particular, com tudo o que se relacione com a informação propriamente dita, com o conteúdo – são enormes. Para explorar todas estas oportunidades aprestam-se «as grandes sociedades do espectáculo e do lazer do telefone e da televisão, a tornarem-se os operadores privilegiados de estas auto-estradas da informação. É já a escalada dos *infomerciais*, espécie de cenarização da publicidade que abre o caminho ao lançamento das cadeias temáticas inteiramente ao serviço de um anunciador particular» (Robin, 1995). Aqueles passam, assim, a ter um efeito estruturante sobre os programas e os conteúdos de acordo com as estritas conveniências das audiências das publicidades, fenómeno já sobejamente conhecido através do seu efeito nas programações dos canais de TV em concorrência «fratricida».

A outra novidade radical é a da tendência para as organizações e as pessoas acederem com tanta facilidade ao mundo electrónico global como até aí acediam aos seus colegas da organização a que pertencem, através das LANs (redes locais de acesso). Tal reviravolta do local para o global em termos de comunicações de dados é um processo que se constituiu, no fundamental, entre o início e meados dos anos 90. A interligação das LANs e o uso das redes de redes aí estão para o atestar.

A realização mais conhecida desta nova situação é a da arqui-famosa rede das redes INTERNET, de seu nome. Trata-se duma iniciativa do Departamento da Defesa norte-americano, que viu a luz do dia nos EUA em 1969, sob a designação de ARPANET. A INTERNET tem visto, nos últimos tempos, a sua importância disparar em flecha. Lá, nos EUA, tal como na Europa, tem podido avançar devido à forma eficaz como tem coberto necessidades de utilizadores avançados, mas também, em grande parte, à custa do seu financiamento através de dinheiros públicos. A INTERNET é hoje um «forum» utilizado por cerca de 30 milhões de pessoas numa centena de países e constitui um exemplo fundamental para ajudar a deslindar o que está em jogo na actual fase de inovação, na actual fase da(s) sociedade(s), a que se tem chamado a sociedade da informação (em construção).

Com a INTERNET é fundamentalmente sob a forma de serviços em modo mensagem – conhecidos por correio electrónico ou *e-mail* – e em modo busca de informação – em inglês é o modo *retrieval*, de que o videotex foi o mais conhecido dos percursores – que a comunicação é processada. É, por um lado, a comunicação pessoa-a-pessoa ou pessoa-a-pessoas dum mesmo grupo; é, por outro lado, o buscar e encontrar a informação que se encontra organizada num ficheiro sediado num «servidor» algures no mundo.

E o que também fascina o utilizador de serviços como os fornecidos pela INTERNET é o poder criar do seu próprio tempo: a mensagem encontra-se na sua caixa de correio electrónica, não tem que estar sujeito ao inesperado e incomodativo tocar do telefone, nem tem que aguentar a frustrante lentidão do correio! Além disso, no caso do modo de busca de informação, obtém-se a informação – para fins educacionais, laborais, de entretenimento, etc. – na altura em que ela é necessária, na altura em que o utilizador o pretender, e não quando o fornecedor da informação o decide, tal como acontece com os serviços em modo de distribuição, como são os programas de TV ou os programas radiofónicos.

Ainda, de dentro do posto de observação da caminhada em direcção às auto-estradas de informação que está a ser efectuada pelas nossas sociedades, deve ser referida a tendência, existente nestas áreas, da evolução tecnológica, e de que elas, por razões intrínsecas, são líderes, relativamente a uma mudança do *tecnocentrismo* para o *antropocentrismo*. Quer-se com tal afirmação significar que os actuais desenvolvimentos, no fundamental potenciados pelos avanços nas áreas da inteligência artificial e da realidade virtual, se devidamente explorados, propiciarão uma mudança dos objectivos da evolução tecnológica, hoje externos ao agente – em particular, externos ao trabalhador –, da eficiência dos processos, conseguida sobretudo pela substituição a acção humana pela da máquina, agora com o sentido do aprofundar da colaboração da máquina no enriquecer, também, da actividade de cada um de nós.

Tal tendência é, por exemplo, referida por Lawrence Tesler (1995), que nos relembra que o computador passou por diversas fases: no fim dos anos 40 era apenas uma ferramenta de cálculo para a «grande» engenharia, tendo passado à sua fase comercial na década seguinte; nos anos 60 o computador foi adoptado como ferramenta de processamento de dados administrativos pelas grandes empresas; nos anos 70 foi a época do *time-sharing*, da partilha dos serviços dos computadores por um grande número de assinantes; nos anos 80 o computador transformou-se numa ferramenta para o aumento da produtividade de cada um no seu trabalho à secretária. Com o salto presente – em preparação – dá-se a combinação das funções individuais com o chamado trabalho em rede e com a mobilidade. Está-se, assim, a propiciar o aumento do papel do computador, e este aumento dá-se justamente na direcção da sua colaboração «activa» com o utilizador (passando, por exemplo, de funções apenas passivas de «agenda electrónica» para as funções de «secretariado interactivo», realizada por meio de sistemas periciais).

Dos efeitos culturais...

De facto, as vantagens que estas novas tecnologias nos podem trazer são imensas. Elas representam a possibilidade dum valor acrescentado incalculável, através do acesso – no momento – a fontes de informação múltiplas sediadas um pouco por toda a parte; estas podem ser documentos de bibliotecas europeias, procurados por estudantes universitários americanos; ou uma consulta acerca das produções em curso e os projectos europeus de produção audiovisual, que empregam novas tecnologias; ou, ainda, a consulta do conteúdo de publicações como o *Le Monde Diplomatique* ou o *Scientific American*. Este mundo novo, que se abre perante aqueles que o podem utilizar, constitui uma fonte de riqueza inimaginável para as nossas actividades, quer sejam as relativas ao desempenho profissional ou as que respeitam ao nosso crescer cultural.

A iniciativa e a criatividade de cada um parecem, assim, poder ser estimuladas até limites antes considerados inalcançáveis. Conduzidas «através de múltiplas vias entre as quais o computador bem programado pode percorrer logicamente o seu caminho, o pensamento descobre o campo do aleatório, que é a fonte do livre arbítrio. A simulação em computador dá uma *souplesse* de tipo novo às possibilidades pedagógicas, desde que ela se dirija a um conhecimento aberto, complexo e transdisciplinar» (Robin, 1995).

A cooperação é outra das questões, em relação à qual têm sido distinguidas as vantagens das auto-estradas da informação. Por exemplo, a cooperação para o avanço científico tem sido considerada como um dos exemplos interessantes do que é que as auto-estradas da informação podem fazer pelo progresso do conhecimento e pelo compreender do valor (e do calor humano!) da colaboração *versus* «segredo é a alma do negócio». Neste sentido, fica registado a seguir um exemplo prestigiado, até pelo sector da comunidade científica internacional que nele está envolvido. Referimo-nos ao *Bulletin Board* electrónico da INTERNET no qual os físicos de partículas de altas energias «afixam» os seus resultados mais recentes, com uma cadência de 10 000 «toques» por dia (SA Editors, 1995).

Contudo, não é claro que sejam só rosas o que a sociedade da informação nos deixa como perspectiva.

Uma das questões muito importantes que são colocadas, tal como tem sido referida por muitos observadores responsáveis, é a da forma dominante sob a qual a informação é apresentada e, em consequência, apropriada pelos seus utilizadores, mesmo quando, em parte, a forma sob a qual a informação disponibilizada é a textual. De facto, a informação surge nos ecrãs deste «admirável mundo novo» sob a sugestiva forma icónica, com uma preponderância enorme das imagens, e, mesmo quando sob a forma de texto escrito, o modo de o consultar é o do salto, «hipertextualmente», de fragmento «contido» para fragmento «contido». A informação dirige-se, então, muito mais ao impacto emocional do que à razão. Tendo em conta o estado muito deficiente das populações – incluindo ao nível das camadas médias – no que se refere às suas capacidades de leitura e de escrita, existe assim um perigo muito concreto do abandono crescente, por parte das pessoas, das formas narrativas e, em consequência, de afastamento cada vez maior dos modos rigorosos do pensamento associados ao pensamento lógico (Levy, 1995).

Decorre do que tem estado a ser dito, e se se aceitar o facto que «a cultura se processa através de aparelhos, mecanismos, tecnologias, instituições, meios materiais e imateriais» (Gusmão, 1995), o corolário de que o tratamento de tais questões deve ser considerado numa perspectiva ampla. Em consequência dir-se-á, então, que se deve pugnar por políticas que privilegiem uma abordagem soci-

# informação

ocultural da problemática da sociedade da informação, tal como já foi proposto por Alain d'Iribarne, citado por Jacques Robin (1995), com o objectivo de maximizar a potenciação das oportunidades que se abrem às pessoas e às sociedades, e, ao mesmo tempo, de combater os seus efeitos negativos.

## Dos efeitos sobre as identidades das pessoas e dos povos...

Outro importante grupo de questões – as quais, evidentemente, não estão separadas das questões da Cultura – é o referente às identidades, compreendendo nestas tanto a de base individual como as referentes aos povos. De facto, não é subsumindo as identidades que se consegue fazer progredir os valores da cooperação das vontades entre entidades que deixam praticamente de existir. Por esta razão, reputamos esta posição de princípio – que se reclama dum internacionalismo em vez dum cosmopolitismo tipo amiba, preconizado com frequência pelos chamados centro-esquerdas – como uma questão fundamental a ter em conta.

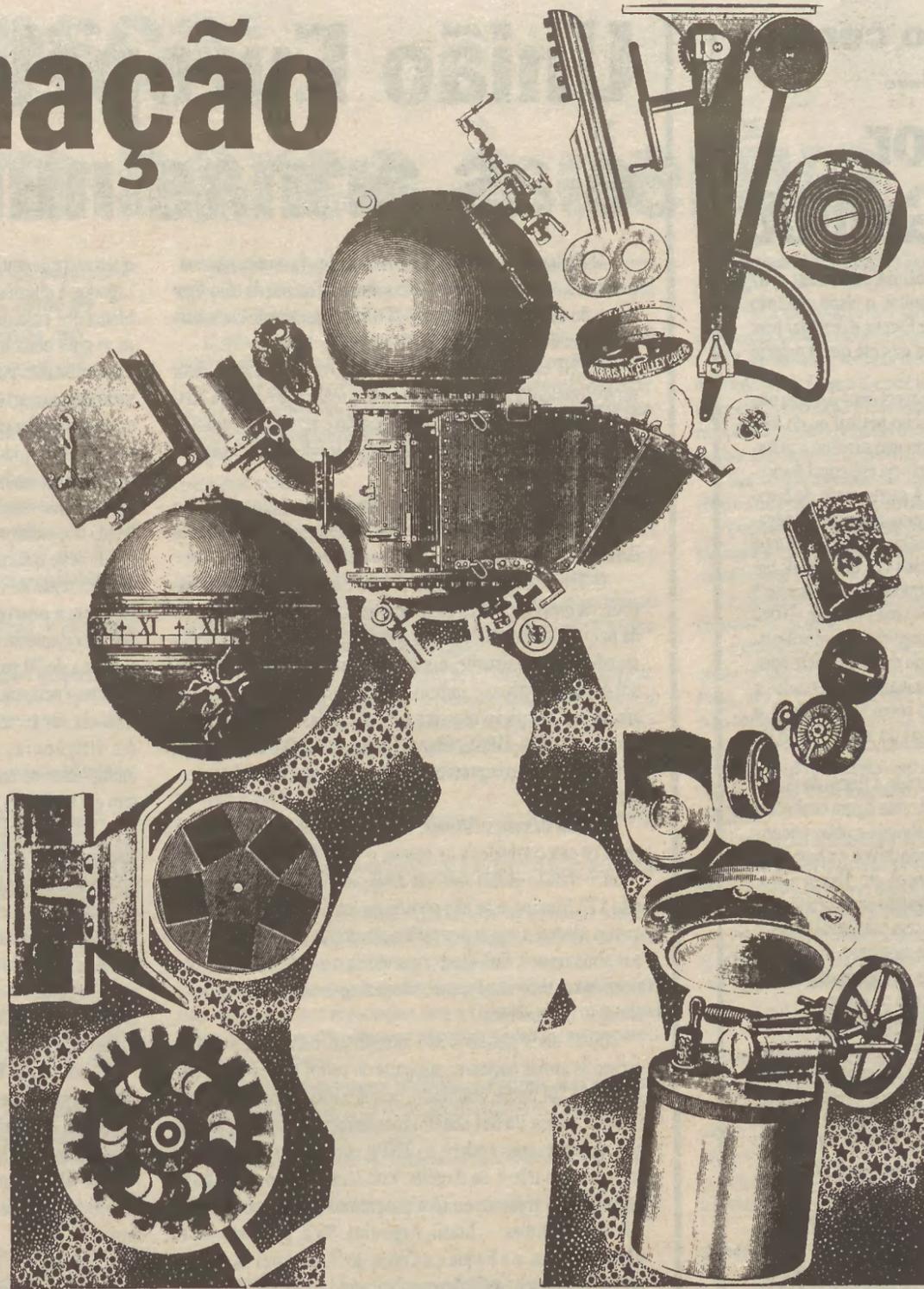
Posto isto, o que é que se pode observar, então, relativamente ao impacto das auto-estradas da informação nas grandes questões ligadas com a problemática das identidades?

Com as auto-estradas da informação, mas já antes, com as telecomunicações – o telégrafo e o telefone –, desde há mais de cem anos, é o sentido do «tempo único», em construção – o que é enquanto instrumento de sincronização de acontecimentos de interesse comum aos diversos tempos locais – e o da sua contrapartida, a **tendência para a abolição do espaço**, e para o consequente sentido da extraterritorialidade, que ganham importância crescente. Diga-se mesmo que passam a dominar as alterações da formação de sentido derivadas da abolição das referências espaciais em camadas muito extensas e influentes das populações. Aliás, o desenvolver de tais processos já tinha sido detectado por McLuhan ao construir o famoso conceito da «aldeia global» e tem sido, os últimos tempos, glosado em muitos tons a propósito do impacto da televisão.

São, então, os hábitos do fórum ou da ágora, da feira, os espaços do trabalho, a frequência presencial – interactiva? – do Teatro, inclusive os espaços como as colectividades de cultura e recreio, os cafés e as tabernas, enfim os espaços vividos colectivamente, bem localizados no terreno de cada um, de cada sociedade, que irão desaparecendo à medida que as auto-estradas da informação forem penetrando no âmago das sociedades. São, deste modo, as identidades pessoais e colectivas que se irão transformando na direcção da extraterritorialidade.

De facto, têm sido aqueles, até hoje, os «locais privilegiados da construção social, a ligação principal da articulação entre o social e o económico» e, também, o sítio «onde se constata a alteridade e se opera a confrontação com os outros», sendo sabido que, tanto quanto a nossa experiência mostra, que não «existe política que não se inscreva sobre um território» (Robin, 1995). E deste caminhar para o vazio de instrumentos conhecidos e usuais no «fabrico» das identidades pessoais e de Povo, que nos vai surgindo com o aprofundar da sociedade da informação, o que é que vai restar e o que é que haverá de novo no futuro? Será o dom da ubiquidade mental e mesmo física, para aqueles que se deslocam com frequência, que constituirá a base de alguma nova identidade? É o ser «idêntico» aos pares de profissão – especialistas e cultos – que se encontram no outro «lado» da comunicação que vai constituir o ponto de partida para uma nova construção da identidade? E, ao nível de todo o Povo, pessoas «excluídas» inclusive, como é que se vai processar alguma transição para uma identidade de novo tipo e que contradições vão ser socialmente suportáveis dentro das comunidades que habitam normalmente um dado território, e que dele se sentem «donas»?

Outro traço essencial para o assunto que aqui nos preocupa é o da língua materna. Sim, porque a partir do momento em que a questão do conteúdo se põe com a acuidade que temos vindo a referir, a questão da língua materna *versus* língua dominante e estruturante



dos conteúdos e mesmo dos quadros de apresentação da informação – o inglês –, adquire uma grande e crescente importância. Se, como já foi dito atrás, não é subsumindo as identidades que se consegue fazer progredir os valores da cooperação/comunicação das vontades entre entidades que deixam praticamente de existir e se a língua materna é um veículo/instrumento privilegiado para a construção ontogenética da identidade bem como para a edificação das comunidades-povo, que efeito terá nestes processos a omnipresença das auto-estradas da informação?

Tem, contudo, que ser dito que esta preocupação tem sido parcialmente levada em conta pelas autoridades políticas, através dum certo apoio à informática linguística, principalmente no que se refere à tradução das línguas. Contudo, estes processos são relativamente limitados quanto aos seus possíveis impactos. E isto, quer pelos meios reduzidos postos à sua disposição, quer pela questão epistemológica de fundo condensada no dito de que «traduzir é trair», quer, ainda pelo facto de que os esforços existentes se dirigem a um universo limitado de línguas, que têm por detrás os apoios dos Estados mais poderosos.

## Dos impactos sobre a Democracia...

Finalmente, refere-se que um dos perigos maiores que tem sido assinalado como possível resultado desta nova dinâmica das «telecomunicações» – aqui nomeadas enquanto ponto de convergência das telecomunicações, das tecnologias da informação e da «indústria» do entretenimento – transporta no seu bojo é o da possibilidade da sua contribuição para ampliar as grandes disparidades existentes, não apenas entre o «Norte» e o «Sul» do Mundo, ou entre o Centro e a(s) Periferia(s), mas, inclusivamente «no interior dos próprios países industrializados, entre a apropriação de estas tecnologias pelos técnicos, os engenheiros, os cultivados, e, por outro lado, a exclusão dos outros» (Robin, 1995).

Sobre esta questão, assinala-se mesmo que, nos EUA, «alguns legisladores, tanto ao nível estadual como ao nível federal – em conjunto com o Vice-Presidente Al Gore e o Presidente do FCC (N. A.: Autoridade Reguladora das Comunicações nos EUA) – têm argumentado que as companhias telefónicas deviam ser forçadas a fornecer serviços avançados de comunicações aos ghettos dos bairros urbanos» (SA Editors, 1995). Mas, perguntam, ainda, os editores do *Scientific American*: «Se tais leis forem aprovadas, serão

Francisco da Silva

elas bem sucedidas no objectivo de agenciação para o processo dos cidadãos do Terceiro Mundo interior da América ou contribuirão elas apenas para aumentar os custos da transição para o ciber-espaço?» (SA Editors, 1995) Enfim, fica a pergunta do autor destas linhas: que realismo terão aquelas boas intenções?

E referir o problema dos ghettos dos bairros urbanos, presumivelmente com a intenção de cobrir a totalidade dos excluídos não é tudo. Uma área, para a qual esta questão também se coloca, é a das pessoas com necessidades especiais. Esta área tem sido objecto de um número crescente de estudos e investigações, incluindo, de modo crescente, experiências de campo, que ocupam, hoje em dia, um grande número de investigadores e especialistas de áreas muito diversas. De facto, a não consideração ou o menosprezo desta área pode vir a colocar grandes problemas sociais ao nível da exclusão. É que estão em jogo grandes fatias da população: são não apenas as pessoas deficientes, o que já não seria pouco – em Portugal corresponderão, no seu total, a 10% da população –, mas também quantidades crescentes de idosos – prevê-se que, na União Europeia, o seu número atinja entre 1/5 e 1/4 da população total já no princípio do século XXI.

Então, uma questão que se põe, a propósito dos excluídos, ou, utilizando uma designação em voga, dos *Have-Nots*, dos que «não têm» – por oposição aos *Haves*, aqueles que «têm» –, é a de saber que impacto este efeito de exclusão da sociedade da informação tem na capacidade de cidadania das pessoas e, em última análise, no funcionamento da própria Democracia. Será que não se está a correr um risco muito grande – se não forem encontradas as soluções adequadas – de retornar a uma situação semelhante à do modelo de Democracia na Grécia da Antiguidade Clássica, com os seus excluídos, e que tanto custou às sociedades modernas a ultrapassar, mesmo com as grandes limitações que se reconhece existirem nas actuais democracias?

E não se julgue que o autor destas linhas é avesso ao progresso científico e tecnológico – aliás, de certa forma, inelutáveis –, e às vantagens que daí advêm. O que o preocupa é o facto de lhe parecer que anda por todo este processo uma certa «aprendizagem de feitiçaria» e que não é tomada na devida conta a preocupação – que deveria ser axial – de que as pessoas e as sociedades se devam assenhorar auto-reflexivamente das novas tecnologias para bem de todos e do meio em que têm que viver, em vez de as utilizar meramente como instrumentos de domínio do Mundo, incluindo o domínio, pelo próprio, do Outro da nossa espécie *sapiens sapiens*.

(Março de 1995)

### Referências

- GUSMÃO, Manuel (1995)  
«Cultura, conflito dos possíveis e emancipação» in *Vértice*, n.º 64, Janeiro-Fevereiro de 1995, p. 5-8.  
LEVY, Steven (1995)  
«TechonoMania», *Newsweek*, February 27, 1995, p. 13-17.  
ROBIN, Jacques (1995)  
«Les dangers d'une société de l'information planétaire», *Le Monde Diplomatique*, n.º 491, Février 1995, p. 16-17.  
SCIENTIFIC AMERICAN EDITORS (1995)  
«The Computer in the 21st Century», p. 4-9.  
TESLER, Lawrence G. (1995)  
«Networked Computing in the 1990s», *Scientific American*, Special Issue «The Computer in the 21st Century», p. 10-21.

## Um homem no centro das atenções... Monsenhor Jacques Gaillot

Muito se tem dito e, num futuro próximo, muito mais se irá dizer acerca do caso de monsenhor Gaillot, o bispo que João Paulo II a todo o transe tenta afastar de Évreux e deportar para Madagascar, designando-lhe uma nova diocese que o próprio papa já há anos extinguiu.

Os problemas que, assim, se colocam em cima da mesa não são de modo algum de um simples âmbito pessoal ou do foro eclesiástico. Embora o pretexto imediato que suscitou a indignação farisaica do Vaticano e da conferência episcopal francesa tivesse residido numa reacção dura à participação do bispo de Évreux num programa televisivo ligeiro, a simples divulgação da correspondência trocada entre os bispos provocou uma reacção pública perfeitamente desajustada nos quadros de um simples incidente eclesial. Só na fase inicial deste processo e exclusivamente de países franceses, chegaram mais de 40 000 cartas de apoio a monsenhor Gaillot, seguidas por manifestações nas ruas e nas igrejas. Sobre a sede da conferência episcopal de França choveram «abaixo-assinados» indignados e nunca um papa terá sido tão humilhado como João Paulo II o foi, neste caso, após o anúncio oficial do afastamento do P. Gaillot.

Jacques Gaillot já se encontra colocado à frente da diocese de Évreux desde 1982. É, em França, uma figura conhecida e amada pelos imigrantes, pelos «sem-abrigo» e pelas minorias que a sociedade exclui, como os seropositivos, os homossexuais, os trabalhadores africanos e asiáticos, etc. Usa os meios televisivos sem reservas mentais, entregando-se integralmente à defesa das ideias que considera justas, sem consideração pelas estratégias pontuais do Vaticano. Neste momento, monsenhor Jacques Gaillot representa a figura mais destacada da «Teologia da Libertação» face à situação concreta da Europa.

As cartas que o bispo francês vai recebendo representam, frequentemente, testemunhos humanos de grande densidade que descrevem experiências dolorosas de incompreensão, isolamento, perseguição e angústia, suportadas por crentes católicos ligados a uma igreja institucional que os ignora e esmaga.

Este divórcio real, entre o crente e a igreja que diz representá-lo, constitui uma das informações centrais da documentação recolhida por mons. Gaillot.

Outro aspecto importante que esta crise revela, refere-se a uma nova consciência que os católicos vão adquirindo quanto aos seus comportamentos perante a hierarquia. Não basta protestar e ficar-se pela contestação. Importa enfrentar os bispos quando eles excedem os limites das suas funções evangélicas e recusar obedecer-lhes quando as suas directrizes viram as costas ao humanismo dos Evangelhos. Nada se perderá com isso. O cristianismo católico é bem mais do que a igreja institucional de bispos e cardeais.

As cartas também denunciam a falsidade dos comportamentos eclesiásticos que procuram manipular a estatística. O fluxo dos católicos que diariamente abandonam, em silêncio, a igreja onde foram criados é verdadeiramente esmagador. Vão, nalguns casos, para outras confissões cristãs, para as novas seitas religiosas, para outras religiões. Porém, na sua grande maioria, perdem a fé e a religião para se integrarem completamente nas sociedades de bem-estar. O exemplo do materialismo a que aderem veio-lhes de cima, das cúpulas eclesiásticas e da sua permanente convivência com as classes ricas do poder.

Não é verdade que os conflitos que actualmente vemos travarem-se no interior da igreja católica sejam iguais a tantos outros que esmaltaram os dois últimos milénios e o Vaticano acabou por conseguir superar. O que agora se contesta — pelo actos, pelas palavras, pelos abandonos — é a autoridade da Igreja-Estado. Nem tudo se perdeu nas derrotas progressistas do passado. Monsenhor Gaillot, o bispo dos excluídos do mundo e da igreja, surge afinal na linha da tradição dos padres da Comuna de Paris, dos objectores de consciência, dos sacerdotes da resistência, dos padres operários, do Vaticano II e dos teólogos da libertação que o actual papa perseguiu, amordaçou e expeliu da igreja.

Será extremamente difícil que a igreja católica consiga voltar atrás. O papa e o Vaticano atingiram o pior grau de isolamento: aquele que é ditado pelas próprias convicções. Irão monologar até ao fim.

Os católicos que abandonaram a igreja não regressarão. Aguardam-nos, seguramente, as duras desilusões do capitalismo, do consumo e do sucesso. Mas quando nada tiverem, não será no velo Vaticano que procurarão abrigo.

O cristianismo que mons. Gaillot representa constitui presentemente, para a igreja, a sua única saída. Igreja pobre e igreja dos pobres. Igreja-pessoa, em busca do amor e da justiça.

Até mesmo entre os bispos de agora, que se calam e dão o seu aval passivo aos decretos fundamentalista do papa, haverá quem se interroge acerca dos seus deveres para com a humanidade.

É que os homens, ainda que bispos, nunca são simples peças de uma engrenagem.

■ Jorge André

# União Europeia e as armas nucleares

O Parlamento Europeu discutiu no dia 4 e votou na quarta-feira, 5 de Abril, um relatório sobre o «Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares» (TNP), da autoria de um socialista holandês, Jan Wiersma.

O TNP entrou em vigor a 5 de Março de 1970 por 25 anos, estabelecendo no final desse período a realização de uma conferência para avaliação da sua aplicação e resultados, visando a sua prorrogação, indefinida ou não, a decidir por maioria dos Estados aderentes.

Por essa razão e no cumprimento do estipulado no tratado vai ter efeito em Nova Iorque, de 17 de Abril a 12 de Maio deste ano, uma Conferência sobre a sua prorrogação.

O TNP foi o resultado de longas e complicadas negociações, da pressão pública internacional, dos esforços das forças da paz e da democracia e representou, no contexto da situação mundial então existente, um factor altamente positivo e com um duplo objectivo — impedir por um lado a proliferação das armas de destruição massiva para além das cinco potências nucleares (EUA, URSS, China, França e Grã-Bretanha) e, por outro lado estas comprometiam-se num processo de desarmamento nuclear.

Apesar das suas lacunas, fruto do compromisso possível entre os cinco grandes e os outros, o TNP foi e continua a ser o único tratado global sobre as armas nucleares ao qual aderiram 172 Estados, e se não conseguiu impedir totalmente pelo menos ajudou a travar a proliferação destas armas e a corrida aos armamentos. Daí a sua importância e a necessidade imperiosa da sua recondução, em bases justas, de acordo com a nova situação internacional.

Os 25 anos passados não impediram, como referimos, o acesso às armas nucleares por parte de certos países — Israel, África do Sul, Índia, Paquistão, os quais não aderiram ao TNP (a nova África do Sul decidiu recentemente renunciar a este tipo de armamento e aderir ao TNP); outros são supostos de a ter, casos do Irão e da Argélia, esta também não signatária; outros ainda tiveram ou têm programas nucleares visando fabricar tais armas — Brasil, Argentina, Síria, por exemplo, e não signatários, e o Iraque e a Coreia do Norte, estes aderentes do TNP. Acresce que o desmembramento da ex-URSS multiplicou o número dos países dotados de armas nucleares — Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão, salientando-se que tais países já declararam tencionarem aderir ao TNP.

O TNP foi respeitado principalmente pelos países aderentes não nucleares, enquanto as cinco potências dotadas de armas nucleares não só não cumpriram com o estipulado no seu Artigo VI — desarmamento nuclear —, como os seus arsenais nucleares estão em 1995 ao mesmo nível, se não superior, de 1970, pese os acordos de redução e destruição de armas nucleares entre americanos e russos.

A Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA), o organismo encarregado de verificar a aplicação e o respeito do tratado, não tem os meios financeiros, técnicos e humanos, nem a autoridade capaz de o fazer cumprir, nem existem disposições para aplicar sanções, sob a égide da ONU, a quem o violar. O TNP ao negar à AIEA a possibilidade de fiscalizar as cinco potências nucleares sabota qualquer controlo internacional sobre estas e impede um efectivo desarmamento nuclear.

Esta é uma das grandes falhas do actual tratado, contestado hoje por dezenas de países que acusam as cinco potências de se servirem do TNP para, de forma discriminatória, manterem e atualizarem o seu armamento nuclear, o que chamam a «desigualdade permanente», ao mesmo tempo que exigem que os outros o cumpram e renunciem a possuir tal armamento.

Assim, em vésperas da Conferência de Nova Iorque, dezenas de Estados recusam assinar a prorrogação do tratado caso os cinco não se comprometem, firme e resolutamente, no desarmamento e desmantelamento controlado dos seus arsenais nucleares até ao desarme completo.

O Egipto ameaça retirar-se caso Israel não adira ao TNP e exige que o Médio Oriente seja uma zona livre de armas de destruição massiva. A Argélia nega-se a aderir enquanto Israel não o fizer. O Japão e a Coreia do Sul têm posição semelhante em relação à Coreia do Norte.

Calcula-se em algumas centenas as armas nucleares na posse de Estado não aderentes ao tratado, umas 200 em Israel e um número indeterminado na Índia e no Paquistão, zonas de risco e de conflito, nas quais uma derrapagem pode levar à ameaça da utilização de tais armas.

Integrar todos os Estados possuidores de armas nucleares no TNP é assim um outro objectivo fundamental para impedir

o seu uso e garantir uma segurança universal e igual para todos. Ligados à questão da continuação do TNP encontra-se o problema dos ensaios nucleares, os quais devem terminar de vez se se quer obter a prorrogação do tratado. Também aqui existem problemas pois a República Popular da China tem efectuado ensaios em clara violação das moratórias internacionais, e, na campanha eleitoral em curso para as presidenciais francesas têm surgido declarações inquietantes de que a França poderá fazer ainda alguns ensaios até afinar e modernizar a sua «força de dissuasão», aderindo então a uma proibição generalizada dos ensaios nucleares.

É neste quadro de confrontação entre as potências nucleares e dezenas de outros países que a decisão das primeiras de exigirem a **prorrogação indefinida e incondicional do TNP** põe precisamente em causa a sua continuação. Até ao momento, cerca de 70 países dos 172 signatários concordam com tal intransigência, situação que poderá levar ao adiamento da Conferência, uma vez que a maioria necessária não está reunida. As diligências e as pressões diplomáticas dos cinco multiplicam-se no sentido de convencer os reticentes a cederem e a aceitarem a prorrogação indefinida e incondicional.

O risco de um fracasso da Conferência é real e a não recondução do TNP em novas bases poderá provocar uma nova corrida aos armamentos e ao tráfico nuclear, à sua proliferação, à continuação dos ensaios nucleares, a colocar novos perigos à paz e à estabilidade no Mundo.

A UE decidiu na Cimeira de Corfu, na Grécia, o ano passado, seguindo a vontade da França e da Grã-Bretanha, uma acção comum no âmbito da PESC defendendo na Conferência a prorrogação indefinida e incondicional do TNP.

A posição da UE é vivamente contestada pelos movimentos e organizações de paz europeias. No passado dia 24 de Fevereiro, em Paris, na sede da UNESCO, mais de 400 participantes das ONGs (Organizações Não-Governamentais), criticaram tal decisão que põe em causa uma verdadeira perspectiva de desarmamento nuclear e a possibilidade de eliminar tais armas.

O Intergupo Paz e Desarmamento do PE realizou duas reuniões para discutir o relatório referido por nós no início, com o apoio do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (actual nome do nosso grupo no PE após a adesão à UE da Suécia e da Finlândia e de forças progressistas destes países ao Grupo), nas quais participaram dezenas de ONGs e de peritos na matéria, assim como vários deputados de diversos grupos políticos, que unanimemente se pronunciaram contra a prorrogação indefinida e incondicional do TNP contida no projecto de relatório. Apontaram o seguimento do relator e da Comissão dos Assuntos Externos do PE em relação ao Conselho, e a contradição fundamental do relatório que paralelamente ao concordar com a prorrogação **incondicional** desenvolve três páginas e meia de **condições** que a não serem tidas em conta pela UE e os cinco põem em perigo essa mesma prorrogação. Tal contradição reflecte bem a má consciência do PE e da UE e a evidência da fraqueza da sua posição.

Um documento interno da Presidência francesa esclarecia que outra atitude que não fosse a prorrogação indefinida e incondicional era contrária aos «nossos interesses» e inaceitável qualquer revisão do TNP no sentido proposto pelos países não nucleares, incluindo um registo na ONU das armas nucleares existentes.

Apesar de melhorado em comissão e na sessão plenária pela pressão desenvolvida (algumas propostas nossas foram adoptadas), a questão fulcral, **A prorrogação renovável do TNP acompanhada de mecanismos de verificação da sua aplicação**, foi rejeitada com os votos dos socialistas (PSE), dos democratas cristãos (PPE), dos liberais (PELDR), grupo onde está o PSD, do RDE, grupo do CDS/PP. Só alguns deputados socialistas nórdicos e trabalhistas ingleses se juntaram ao Gr. Confederal EUE/EVN e aos Verdes no apoio dessa alteração.

Numa altura em que tanto se discute a revisão de Maastricht e se propõe o reforço da UEO e mesmo a sua integração na UE, é bom recordar que uma política de defesa da UE implica, pelo próprio tratado de Maastricht, a questão do armamento nuclear francês e britânico, com esta posição o PE não contribuiu para o reforço do TNP nem para acabar com a proliferação não discriminatória das armas nucleares, nem para garantir um mundo mais pacífico e livre da ameaça nuclear no ano do 50º aniversário do bombardeamento de Hiroshima.

■ Martins Coelho

# Pesca: um barco à deriva

■ António Murteira

**O comportamento do Governo na crise da palmeta e nas negociações entre a UE e o Canadá, como na política de pescas, em geral, veio confirmar que Portugal não tem uma política para o sector das pescas, nem de defesa dos interesses nacionais, no âmbito da Política Comum de Pescas da UE.**

Vejamos 5 questões que documentam o que acabamos de afirmar.

**1.ª Questão** – Pode Portugal continuar a aceitar a actual política comum de pescas, sem defender os interesses nacionais?

A Política Comum de Pescas, conduzida pela União Europeia e aceite pelo Governo Português, está a causar enormes prejuízos às pescas nacionais.

Dados recentes documentam que desde a adesão de Portugal à Comunidade:

a frota diminuiu 20%, passando a tonelagem de arqueação bruta/TAB, de 210.525 em 1986 para 168.248 em 1993;

a produção global diminuiu 30%, passando de 402.914 toneladas em 1986 para 280.000 toneladas em 1993;

a importação de pescado essa disparou passando de 30 milhões de contos em 1986 para 90 milhões em 1993;

as quotas de Portugal nos bancos de pesca diminuíram.

A questão de fundo que a evolução da situação das pescas em Portugal coloca, é se é possível e útil ao País, continuar a aceitar, de braços caídos, sem defender os interesses nacionais, uma tal Política Comum de Pescas?

Ou se é altura certa para propor a revisão da Política Comum de Pesca, com base nas especificidades das pescas portuguesas, de características mais próximas das mediterrânicas do que das características do norte da Europa?

**2.ª Questão** – As 12 milhas como toda a plataforma continental constituem a reserva estratégica, de interesse vital para o País, da qual Portugal não pode abrir mão.

A integração plena de Portugal e Espanha na Política Comum de Pescas, já em 1996, vem levantar outra questão de fundo e decisiva para o futuro das pescas nacionais e à qual o Governo se tem furtado a dar uma resposta cabal:

Qual é o futuro do mar territorial português, das 12 milhas, e dos recursos da plataforma continental?

Há informações de que até ao ano 2002 a gestão e o aproveitamento dos recursos, nas 12 milhas, caberá a Portugal (reg. 3760/92).

Nessa altura, a situação será reanalisada, reclamando alguns países, entre os quais a Espanha, o acesso sem restrição às águas comunitárias.

No ano 2002, serão as 12 milhas portuguesas abertas à poderosa frota espanhola e às outras frotas comunitárias?

É que, se assim for, isso significará o dobre de finados do nosso sector pesqueiro e das comunidades do litoral.

Porquê?

Porque é exactamente no mar territorial, nas 12 milhas, que fazemos 80% das capturas, com que abastecemos o país de peixe fresco, é aí que temos 95% dos nossos pescadores. É daí que vivem as comunidades piscatórias dispostas ao longo da costa portuguesa.

**Esta é a reserva pesqueira estratégica, de interesse vital para Portugal da qual o país não pode abrir mão.**

**3.ª Questão** – É necessário ou não uma nova política nacional para as pescas que potencie a utilização dos fundos, do II QCA/1994-1999?

O Governo Português colocou o acento tónico numa política de abates indiscriminados de embarcações, destinando para esse fim 1/3 dos fundos do I QCA. Foi essa, aliás, a única intervenção política perceptível na área das pescas, que provocou a destruição de mais de 600 embarcações e conduziu à redução em 20% da TAB e 30% da produção.

Também a única linha de orientação política para as pescas, que se conhece neste momento, é a de que o II QCA afectará igualmente, cerca de 1/3 das verbas, para a destruição das embarcações.

Manter esta como a grande, e praticamente única, orientação política para as pescas, não só não modernizará, como continuará a reduzir a capacidade de intervenção das frotas.

Quer os armadores quer os pescadores, reclamam uma nova orientação para a aplicação dos fundos do II QCA e entendem que é altura de dizer basta! à política de abates indiscriminados.

O país precisa é de uma política que defina e apoie os segmentos estratégicos da frota com realce para a pesca artesanal e costeira, aposte na investigação, no conhecimento rigoroso e preservação dos recursos, cuide da vertente dos mercados, e tenha potencialidades para defender os interesses nacionais na União Europeia.

**4.ª Questão** – O desconhecimento das negociações com Marrocos e com outros países.

Decorrem negociações para um novo acordo de pescas entre Marrocos e a União Europeia. O actual terminou agora, em Abril. A primeira ronda de negociações indicia que não haverá novo acordo em Abril, o que implicará a paralisação da frota comunitária que lá trabalha.

Que alternativas, que medidas, adoptará o Governo para viabilizar a actividade destes barcos e fazer face aos encargos decorrentes de eventual período de paralisação? Ninguém sabe!

Também não há qualquer informação do Governo sobre negociações para novos acordos de pesca, com outros países, em particular com a África do Sul e Namíbia, que permitiriam «o reinício de uma actividade nessa zona, onde Portugal tem grandes tradições.»

Sabe-se apenas que das negociações com a Guiné, não resultou qualquer acordo.

**5.ª Questão** – Sobre a crise da palmeta e as negociações entre a UE e o Canadá.

A pesca longinqua é uma actividade com uma tradição de mais de 500 anos em Portugal.

Desde a adesão, em 1986, as quotas de pesca atribuídas pela UE, têm sofrido contínua e grande redução, originando uma redução drástica de 70% na frota de pesca do largo portuguesa.

**De 60 barcos a nossa frota desceu para 16 e poderá ver-se reduzida a 4 ou 5, se nas negociações com o Canadá, como com outros países, não forem defendidos os interesses nacionais, o que parece não estar a acontecer.**

As quotas presentemente atribuídas a Portugal são ridículas. Bacalhau, um total de 8591 toneladas (3825 ZEE/Noruega; 2890/Svalbard e 2876/NAFO (3M);

Redfish (cantarilho), 4235 toneladas (ZEE/Noruega 810; NAFO (3M) 3425 ton.).

E, em relação à palmeta, estão em curso as negociações entre a UE e o Canadá.

**Algumas palavras sobre as negociações e o conflito em torno da palmeta.**

O Governo português continua sem prestar a adequada e devida informação à Assembleia da República e ao País.

O que sabemos, se sabia praticamente até à assinatura do Acordo, dia 16 de Abril, é que o Canadá teria avançado numa primeira proposta o aumento da quota da União Europeia de 3,5 para 10 000 toneladas e a redução da quota do Canadá de 16 000 para 10 000 toneladas. Propôs ainda a instalação de inspectores da NAFO a bordo dos navios.

Das 10 000 toneladas da União Europeia, a Espanha ficaria com 8000 e Portugal com 2000 toneladas.

**Proposta de pré-acordo que mereceu uma reacção imediata e vigorosa do governo espanhol contrastante com o silêncio do Governo português.**

**A situação da frota portuguesa não se compadece com novas reduções de quotas.**

Além disso, e com base na informação de que dispomos, e sem que sejam conhecidas contrapartidas ou alternativas noutros bancos de pesca, não se compreende que Portugal, cujos direitos históricos são mais antigos que os de Espanha, e que entre 1982 e 1992 dispôs de 57% da cota de palmeta da UE, pescando nos anos 90, 8000 toneladas deste peixe, enquanto a Espanha dispunha de 41%, passasse agora a ter uma cota de apenas 2000 toneladas, passando a Espanha a dispor de 8000 toneladas.

Em relação à colocação de um ou mais inspectores a bordo, tudo indica que qualquer acordo passará pelo reforço da fiscalização, o que não incomoda, se houver quotas para pescar, na opinião da Associação dos Armadores das Pescas Industriais.

Perante esta situação, entendemos que o Governo português deverá defender na UE, como em reuniões bilaterais, os interesses nacionais, com base na proposta, entre outras, das seguintes medidas:

— Revisão dos acordos de pesca lesivos dos interesses nacionais;

— Distribuição de quota de palmeta na NAFO com «base nos respectivos direitos históricos»;

— Redistribuição de quotas de bacalhau na zona 3M (NAFO), com transferência das quotas da Inglaterra e Alemanha para Portugal. Inglaterra e Alemanha, que não pescam nem transferem, respectivamente, desde 1982 e 1987.

No último Conselho de Ministros das Pescas da UE, a França cedeu a Portugal a sua quota até ao ano 2002.

— Atribuição de quotas de bacalhau e cantarilho, na Gronelândia, a Portugal;

— Aumento de quotas do bacalhau, no Svalbard ou Spitzberg, a Portugal, que é actualmente de 0,34%. Tratando-se de uma área internacional, não é aceitável que a União Europeia não reveja por iniciativa própria a repartição da quota de bacalhau aumentando a diminuta quota portuguesa.

Domingo de Páscoa, o ministro da Agricultura e Pescas, visivelmente desorientado, comunicou ao País que a União Europeia e o Canadá tinham chegado a um Acordo sobre a pesca da palmeta. Portugal votou contra esse Acordo, mas não vetou a divisão de quotas entre Portugal e Espanha, o que obrigará a novas negociações no seio da União.

## Nota final

As negociações entre a UE e o Canadá em nada alteram a necessidade de se definir e defender uma política nacional para as pescas.

«A questão dos recursos não justifica a lamentável situação a que chegou a pesca portuguesa.»

«Basta referir, como exemplo, que este ano, serão capturados 1,2 milhões de toneladas de bacalhau e a Portugal só foram atribuídas 8591 toneladas.»

O PCP é favorável a soluções negociadas quer entre a UE e o Canadá, quer com outros países.

O que não podemos aceitar é o secretismo, a ausência de uma política e de propostas, a passividade do Governo português na defesa dos interesses nacionais, na União Europeia.

O que não podemos aceitar é esta instabilidade crescente que o Governo cria aos pescadores e armadores.

**Pescadores e armadores portugueses que podem contar com o PCP, na procura e luta por melhores soluções.**



## II Guerra Mundial

# A batalha de Berlim (II)

■ Manoel de Lencastre

Na sua marcha incontável para a vitória final, o grosso das forças da 1ª Frente Bielorrussa (Marechal Jukov) esmagara a resistência dos nazis na zona fortificada de Miedzyrzecz e, entre 1 e 4 de Fevereiro de 1945, começava a chegar à margem direita do Oder. Mas os heróicos soldados do 5º exército de choque (Berzarin), atravessando o rio e pisando território alemão, estabeleciam uma testa de ponte na zona de Küstrin (Kostrzyn). A guerra entrava, finalmente, no país de Adolf Hitler, no covil do nazismo, no coração do III Reich.

## Churchil tem medo da realidade

Ficou na história da Guerra Patriótica da URSS o destaque que executou a primeira operação na Alemanha — era composto pelos 1006º e 266º regimentos de Infantaria, pela 220ª brigada de Tanques, do coronel Pachov, pelo 89º regimento de carros de assalto, por um regimento de destruição de carros de combate e pelo 489º regimento de morteiros. A testa de ponte atingiu a área de Kienitz, Gross, Neuendorf, Reffeld e o aparecimento súbito de tropas soviéticas a 70 quilómetros de Berlim deixou os alemães atónitos. Tudo parecia normal na cidade de Kienitz. Soldados alemães passeavam nas ruas. Oficiais tomavam café num restaurante e os comboios da linha Kienitz-Berlim estavam a funcionar. Mas a entrada do Exército Vermelho na Alemanha propriamente dita, era a realidade que exercia o seu primado — uma realidade que surgia empunhando o estandarte dos vinte milhões de mortos da URSS. A Alemanha nazi ia ser aniquilada.

A 1 de Março, os exércitos de tanques da Frente comandada por Jukov (1º e 2º exércitos, de Katukov e Bogdanov) reassumiam a sua poderosa ofensiva. A 2ª Frente Bielorrussa, de Rokossovski, chegava à costa germânica do Báltico e capturava Gdynia e Danzing (Gdansk) impedindo, assim, a criação de uma brecha entre esta Frente e a de Jukov, que os alemães esperavam poder utilizar. A Frente Ucrânia, de Ivan Koniev, tinha avançado mais de 100 quilómetros em 17 dias e as respectivas tropas atingiam as margens do Neisse. Toda a Polónia estava liberta, finalmente, da ocupação e do jugo dos nazis. Agora, o espectro da entrada do Exército Vermelho em Berlim gerava completo alarme entre os círculos mais reaccionários dos anglo-americanos. A 1 de Abril, em carta dirigida a Roosevelt, Churchill sugeria: «Os exércitos soviéticos invadirão a Áustria e conquistarão Viena. Se também tomarem Berlim, não ganharão a impressão de haverem sido as forças dominantes no conjunto das nossas vitórias? Não acabarão por colocar-se, com esta ideia no espírito, na posição de levantarem graves e formidáveis dificuldades no futuro? Considero que, politicamente, nos é aconselhável acelerar a marcha sobre a Alemanha e tomar Berlim, se nos acharmos a distâncias favoráveis» (1).

## «Vai ser uma luta...»

Jukov deslocara-se a Moscovo para consultas, ainda nos princípios de Março. Ao ser recebido por Stalin ficou profundamente impressionado com o aspecto do Comandante Supremo e, mais tarde, escreveria:

«Pelo seu parecer, pela forma como andava e pela maneira de falar, era um homem extremamente fatigado. Depois de quatro anos de guerra, via-se o esforço que dispendera. Tinha trabalhado duro e constantemente e dormido pouco em todo esse terrível período e as derrotas que sofremos em 1941 e 1942 absorvera-as a fundo no coração. A sua saúde e o seu sistema nervoso, pagavam o preço de tudo o que sofrera.» Por sua vez, Stalin, enquanto tomavam chá, desabafava: «Maldita guerra, camarada. Quantas vidas levou ao nosso povo... não deve existir uma única família na URSS que não tenha perdido alguém. Só o povo soviético, temperado em tão cruciais batalhas e fortalecido pelo espírito inconquistável do Partido Comunista, poderia sobreviver a experiências e sofrimentos desta magnitude.»

Stalin, então, explicou ao seu adjunto as decisões que tinham sido tomadas em Yalta (2) e referiu as diferenças de opinião entre os participantes quanto ao futuro governo polaco, dizendo:

«Churchill exige que a URSS partilhe a fronteira com a Polónia capitalista, burguesa, estranha para nós. Não podemos aceitar isso. Queremos, a nosso lado, uma Polónia de sentido amigável para connosco e é isso, precisamente, que o povo polaco também deseja. Churchill tem estado a preparar Mikolajczyk (3) para governar. Mas os polacos não aceitarão Mikolajczyk. Já fizeram a sua escolha.»

Era evidente o desespero dos nazis. Fazendo cair sobre Londres os tragicamente famosos mísseis «Vergeltungswaffe Eins» e «Vergeltungswaffe Zwei» (4), armas balísticas de uma nova geração, procuravam forçar o governo de Whitehall a conduzir a Grã-Bretanha e os Estados Unidos à mesa das negociações (5).

Hitler estava disposto a fazer cessar a guerra com os anglo-americanos e abrir-lhes-ia as portas de Berlim para que, todos, fizessem a guerra das guerras contra o Exército Vermelho. Com efeito, a 27 de Março, já a agência Reuter informava que a ofensiva dos aliados ocidentais não encontrava resistência. A meio de Abril, o comentador da rádio americana, John Grover, dizia que a frente de operações, a ocidente, deixara de existir. Eis uma situação perfeitamente suficiente para liquidar a saúde de Stalin ou a do mais vigoroso dos dirigentes.

«Eisenhower é homem de palavra», dissera o comandante-supremo a Jukov. Este, porém, considerou como prematura tal opinião. E com toda a razão porque o general americano no comando das forças aliadas ocidentais também se manifestava pronto para marchar sobre Berlim. Tal hipótese só foi posta de parte quando as fortificações e todo o sistema defensivo dos nazis nos sectores do Oder e do Neisse tombaram perante o poderio do Exército Vermelho, da sua artilharia, da sua aviação, dos imparáveis ataques dos seus exércitos de tanques atrás dos quais surgiam milhões de homens em armas e, com eles, a URSS. Erguiam a bandeira da vitória total. Representavam o Partido Comunista. Propunham ao mundo uma nova concepção da vida. Não era apenas a pensão militar o poder dos soldados

do Exército Vermelho. Era moral, era psicológico, político, histórico, humano.

Jukov: «A frente ocidental alemã entrou em colapso. Os hitlerianos não querem opor-se ao avanço dos anglo-americanos mas, ao mesmo tempo, reforçam os grupos de tropas que lutam contra nós. Veja este mapa, camarada Stalin. Note as últimas informações quanto aos movimentos de tropas para a defesa de Berlim.»

Stalin: «Vai ser uma luta...»

## Arrancada final, a 16 de Abril

A 1 de Abril de 1945, o marechal Vassilievski, Antonov e todo o Estado-Maior têm prontos os planos para o ataque à capital dos nazis. Stalin telefona a Koniev:

«No caso de o inimigo oferecer intratável resistência à nossa entrada na zona oriental de Berlim e a 1ª Frente Bielorrussa (Jukov) sofrer demoras no seu progresso, a sua 1ª Frente Ucrânia deve estar pronta para atacar Berlim surgindo de sul com os exércitos de tanques.» (6)

Quando a batalha começou, Stalin voltaria a confirmar ordens a Koniev:

«O camarada Jukov está no centro de duras confrontações. Ordene já aos tanques de Ribalko e de Leliuchenko que tomem a direcção de Zehlendorf!»

A 16 de Abril, a 1ª Frente Bielorrussa estava a caminho de Berlim. Tinha ordens para atingir o Elba em 12-15 dias de marcha em combate. Dois exércitos de tanques e dois de infantaria compunham o primeiro escalão de tropas em movimento. (7) Os tanques ultrapassariam a capital germânica nas direcções norte e nordeste. O 2º escalão, de que fazia parte o 3º exército (Gorbatov) operaria no mesmo sector. Entretanto, a 2ª Frente Bielorrussa (Rokossovski) surgiria da zona do Báltico, quatro dias depois. Quais eram as principais forças nazis que se propunham organizar a defesa estratégica capita? O «Grupo de Exércitos Vistula»

(8) defendia as imediações de Berlim, em posições a norte e nordeste: o chamado «Grupo de Exércitos Centro» (Schörner) operava a sul da capital e protegia a Saxónia e, também, a direcção das zonas industriais da Checoslováquia; o «Grupo Sul» (Rendulic) tentava bloquear uma possível operação de envolvimento que facilitasse a entrada do Exército Vermelho nas zonas ocidentais da Áustria e da Checoslováquia.

Himmler, de início, chamara a si o comando das operações de defesa de Berlim e tinha distribuído todos os postos de maior responsabilidade a generais SS da sua confiança, incluindo o guarda-costas do Führer, Monke. Para reforço do dispositivo de defesa tinham chegado a Berlim nos últimos dias mais nove divisões. Cerca de 400 000 pessoas trabalhavam na construção de fortificações. E Jodl (9), aceitando a decisiva ofensiva soviética tinha começado, mandara apresentar-se o exército de reservistas e mobilizava pessoal em todos os sectores da vida germânica. Os principais obstáculos naturais existentes na zona de Berlim seriam utilizados: lagos, rios, canais, ravinas. Abriam-se trincheiras em toda a cidade. Chegavam reforços para o 9º exército, do general Busse, a primeira formação no «escudo» de tropas que defendiam Berlim.

O perímetro da cidade havia sido dividido em seis zonas defensivas. Mas uma secção especial desse plano compreendia o centro de Berlim e incluía os edifícios governamentais, a chancelaria do Reich, a Gestapo, o Reichstag. Um anel de três linhas de defesa envolvia e protegia a capital. Em todas as zonas que dessem para o centro, haviam-se feito erguer barricadas e obstáculos antitanque assim como estruturas de cimento. Berlim era uma fortaleza que, em princípio, parecia inexpugnável. Mas, para o Exército Vermelho esse género de fortalezas deixara, há muito, de existir.

O severo ataque dos 69º, 33º e 3º exércitos da 1ª Frente Bielorrussa (Kalpatchki, Kozlov, Gorbatov) e dos 5º (Guardas), de Zadov, 13º (Pukov), 8º (Luchinski) e parte do 3º de Tanques (Guardas) de Ribalko, pertencentes à 1ª Frente Ucrânia, de Koniev, tinha destroçado o grupo sul, nazi, de que fazia parte o 9º exército. Os tanques de Ribalko, manobrando já para lá do Spree, atingiam Fetschau, Golsen, Barut, Totow. Leliuchenko, ultrapassara Dreppkau, Kalau, Dane, Luckenwalde, e ao fim do dia 20, capturara Beelitz, Treuenbiten. Levava a efeito manobras de reconhecimento em Stepenberg, Finsterwalde, Herzberg, e dirigia-se para Potsdam. A 21, unidades do 5º e do 47º exércitos de cho-

que (Berzarin, Perkorovitch), da 1ª Frente Bielorrussa (Jukov) assim como o 2º exército de Tanques (Guardas), de Bogdanov, e travam em titânicos combates nos subúrbios de Berlim, com as formações inimigas que tentavam, desesperadamente, salvar a sua capital e ganhar todo o tempo possível na ilusão da eventual chegada e intervenção dos anglo-americanos.

O avanço dos poderosos exércitos de tanques de Koniev, comandados por Ribalko e Leliuchenko, que surgiam pela zona sul de Berlim, era uma espécie de dilúvio que forças algumas neste mundo poderia estancar. No quinto dia de operações, a artilharia de longo alcance pertencente ao 3º exército de tropas de choque de Kuznotsov (Jukov) abria fogo sobre o centro de Berlim. No total, o ataque à capital do Reich tinha em operações 77 divisões de infantaria, 3155 tanques, 14 628 peças de artilharia e morteiros, 1531 rampas de lançamento de foguetes e milhares de aviões de combate.

(1) Os anglo-americanos achavam-se a 500 quilómetros de Berlim. Ver «The Second World War» (A 2ª Guerra Mundial), Winston S. Churchill, Vol. 6, pag. 407, Cassel, Londres, 1954;

(2) Realizada a 7 de Fevereiro de 1945;

(3) Stanislaw Mikolajczyk (1901-1967), primeiro-ministro do governo polaco exilado em Londres, depois da morte de Sikorski. Foi aceite pela URSS, após a guerra, como vice-primeiro-ministro do governo de coligação. Mas, derrotado nas eleições de 1947, regressou ao Ocidente;

(4) «V-1» e «V-2»;

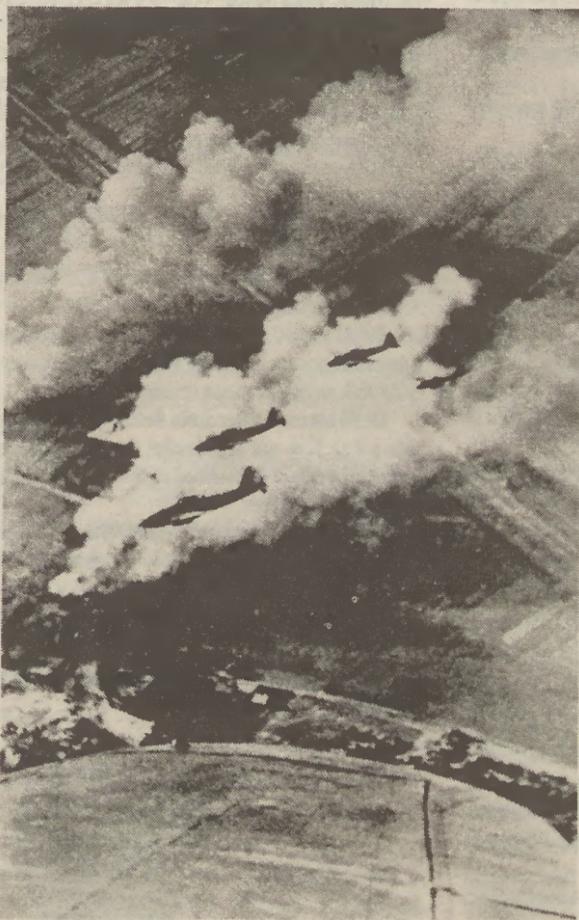
(5) Allen Dulles, representante do governo americano e chefe dos respectivos serviços de segurança, negociava com chefes da Gestapo, na Suíça;

(6) Terceiro e quarto exércitos de Tanques (Guardas) comandados pelos generais Ribalko e Leliuchenko;

(7) Incluíam o 1º exército de Tanques (Guardas), de Katukov, e o 8º exército (Guardas) de Chuikov;

(8) Esta formação fora comandada por Himmler, até Março e, depois, por Henrici e, finalmente, por Student. A missão original deste Grupo fora a defesa da zona industrial da Silésia. Schörner fizera o tenente-general Hermann Niehoff comandante da guarnição de Breslau (Wroclaw) porque este tinha cinco filhos que poderiam ser executados sob o princípio nazi da responsabilidade colectiva familiar, se as ordens recebidas não fossem executadas. «Derrota em Breslau, significa a tua cabeça», dissera Schörner a Niehoff. O cerco de Koniev a Breslau deixara imobilizados na cidade 35 000 soldados e 250 000 civis. Niehoff e o «gauleiter» nazi, Karl Hanke, defenderam Breslau até depois da queda de Berlim. Mas Koniev permitira a saída da população civil.

(9) Coronel-general Alfred Jodl, figura Nº 2 do OKW.



# Um povo esquecido: o curdo

■ Miguel Urbano Rodrigues

O povo curdo oferece-nos o exemplo de uma nação que não formou um Estado. Numa época em que os antepassados ibéricos dos portugueses viviam ainda em cavernas, há uns 2800 anos, os curdos já haviam desenvolvido uma cultura avançada não muito diferente das criadas pelas civilizações do Norte da antiga Mesopotâmia.

De origem indoeuropeia, falando um idioma iraniano, os curdos praticaram durante séculos como religião o mazdeísmo e essa prolongada fidelidade a uma concepção maniqueísta do mundo deixou marcas na sua conversão ao Islão. Como muçulmanos são alevitas, uma seita que não faz a peregrinação a Meca, recusa a oração nas mesquitas e venera o sol e a lua.

Quantos são? Não há estatística, mas admite-se que no conjunto do Curdistão, numa área tão vasta como a Espanha repartida por seis países — Turquia, Irão, Iraque, Síria, Arménia e Azerbaijão — vivem 30 milhões de curdos. Espalhados pelo mundo haverá mais 10 milhões.

Somente na Turquia serão hoje 15 milhões, um quarto da população total do país. Não exigem muito. Reivindicam em primeiro lugar o reconhecimento da sua identidade nacional. Não são separatistas. Pretendem, pelo contrário, participar no desenvolvimento harmonioso de uma Turquia democrática, em convívio com as outras nacionalidades existentes na República. Não abdicam do direito de falar e escrever o seu idioma, de criar os seus jornais (300 publicações curdas foram proibidas ou destruídas) e emissoras de rádio e televisão. Ora tudo isso lhes está vedado. Oficialmente não há curdos na Turquia...

Nos últimos anos, 3000 aldeias curdas foram arrasadas pelo exército turco. O Partido dos Trabalhadores do Curdistão — PKK, que conduz a luta armada — a chamada Intifada Curda, o *serhildan* — declara estar permanentemente aberto ao diálogo para discutir uma solução pacífica que garanta a autonomia cultural. Entretanto, todas as suas propostas e iniciativas foram recusadas pelo governo de Ankara, sob a pressão do alto comando do Exército.

Mais de 15 000 membros do PKK estão presos e outros tantos foram mortos. A intransigência da ultradireita militar é tamanha que o ex-presidente Turgut Ozal foi assassinado — segundo Abdullah Ocalan, secretário-geral do PKK — por ser favorável ao diálogo com os curdos, o mesmo acontecendo a quatro oficiais comandantes da Polícia.

Como reagem as grandes potências da União Europeia ao genocídio de que é vítima o povo curdo?

Continuam a vender à Turquia helicópteros, canhões e blindados que as forças armadas daquele país utilizam na repressão indiscriminada contra o povo curdo. Na Alemanha, na França e no Reino Unido foram, aliás, fechadas dezenas de colectividades recreativas e culturais curdas, com o argumento de que estariam ligadas a «actividades subversivas»...

Nos EUA, a desinformação atinge tal nível que a palavra **curdo** aparece ao cidadão comum como sinónimo de «terrorista».

A invasão do Curdistão iraquiano pelo Exército de Ankara e os crimes ali praticados contra

refugiados curdos da Turquia (e não só) foram acompanhados com displicência pelas grandes potências ocidentais. As Nações Unidas assistiram passivamente. Pela sua atitude, os poderosos da comunidade internacional tornaram-se cúmplices da agressão.

Os EUA, que esbanjam esforços e dinheiro para acusar Cuba da prática de crimes imaginários, nunca colocaram nas Nações Unidas o problema da violação pelo Governo de Ankara dos direitos humanos. Washington é no Conselho de Segurança defensora atenta do aliado turco.

Nas vésperas da invasão do Norte do Iraque, a Primeira-Ministra Tensu Ciller informou Bill Clinton sobre a execução iminente do plano de agressão turco. Pediu-lhe compreensão e apoio moral. O Presidente dos EUA deu o esperado sinal verde. Terá respondido: «Chegue-lhes, com força!»

Retirei a expressão da coluna de editoriais do «The New York Times».

Qual o crime do povo curdo?

## Três milénios de história

• Século X antes da nossa Era — Tribos curdas vindas do Cáucaso estabelecem-se de modo permanente no sudeste da actual Anatólia, próximo do Lago de Van.

• Séc. VII — Os curdos resistem aos ataques do II Império Assírio e, aliados aos Medos, tomam Nínive, numa guerra que assinalou o fim do mais sanguinário império da Antiguidade.

• Séc. VI — Os Aqueménidas Persas integram o Curdistão no seu Império.

• Séc. IV — Alexandre da Macedónia conquista o Império Persa. Nas montanhas, os curdos resistem.

• Séc. III — Os curdos resistem aos Partos, sucessores na Região dos Seléucidas helenísticos.

• Séc. II da nossa Era — Os curdos resistem ao Império Romano.

• Séc. III a VII — Os curdos resistem aos Impérios Sassânida e Bizantino que lutam pelo controlo da Região.

• Séc. VII — Invasão Árabe e islamização do Curdistão.

• Séc. XI — Chegada à Ásia Menor das primeiras tribos de tur-

cos uguz, conhecidos no Ocidente por Seljúcidas. Os curdos aliam-se aos invasores para derrotar e expulsar os gregos de Bizâncio.

• Séc. XII — Um general de origem curda, Saladino, torna-se sultão do Egipto e da Síria e expulsa os cruzados de Jerusalém e de quase toda a Palestina.

• Séc. XIII — Os mongóis destroem o poder seljúcida e o Califado Abássida e invadem e ocupam o Curdistão, arrasando centenas de aldeias.

• Séc. XVI e XVII — Os turcos Otomanos e os Persas Safévidas lutam pelo controlo do Curdistão. Em 1639, é fixada uma fronteira praticamente definitiva entre os dois Impérios que consuma a partilha do Curdistão.

• Ehméde Xani divulga, em 169,5 o Mem-u-Zin, a epopeia nacional curda.

• Séc. XIX — Uma pequena parcela do Curdistão é integrada no Império Russo, após a guerra deste contra a Pérsia em 1827.

• 1806-1880 — Dezenas de insurreições populares curdas contra o domínio Otomano em defesa da autonomia dos principados locais.

• 1918, 30 de Outubro — Rendição incondicional do Império Otomano e ocupação do seu território pelas Potências Aliadas (Armistício de Mudros).

• 1919 — O general turco Mustafa Kemal comanda a rebelião contra as exigências britânicas que levam ao desmembramento do país. O dirigente curdo Mahmud Berzenci combate os ingleses, aliado a Kemal que promete a autonomia ao povo do Curdistão.

• 1920 — O Tratado de Sèvres, imposto pelos ingleses ao governo de Constantinopla, anuncia a «autonomia local para as regiões predominantemente curdas situadas a leste do Eufrates, a sul da fronteira meridional da Arménia» e admite a futura concessão da independência às áreas em causa.

• 1921-22 — Kemal (Ataturk) esquece os compromissos assumidos e ataca e destrói a «República curda de Kochguri.»

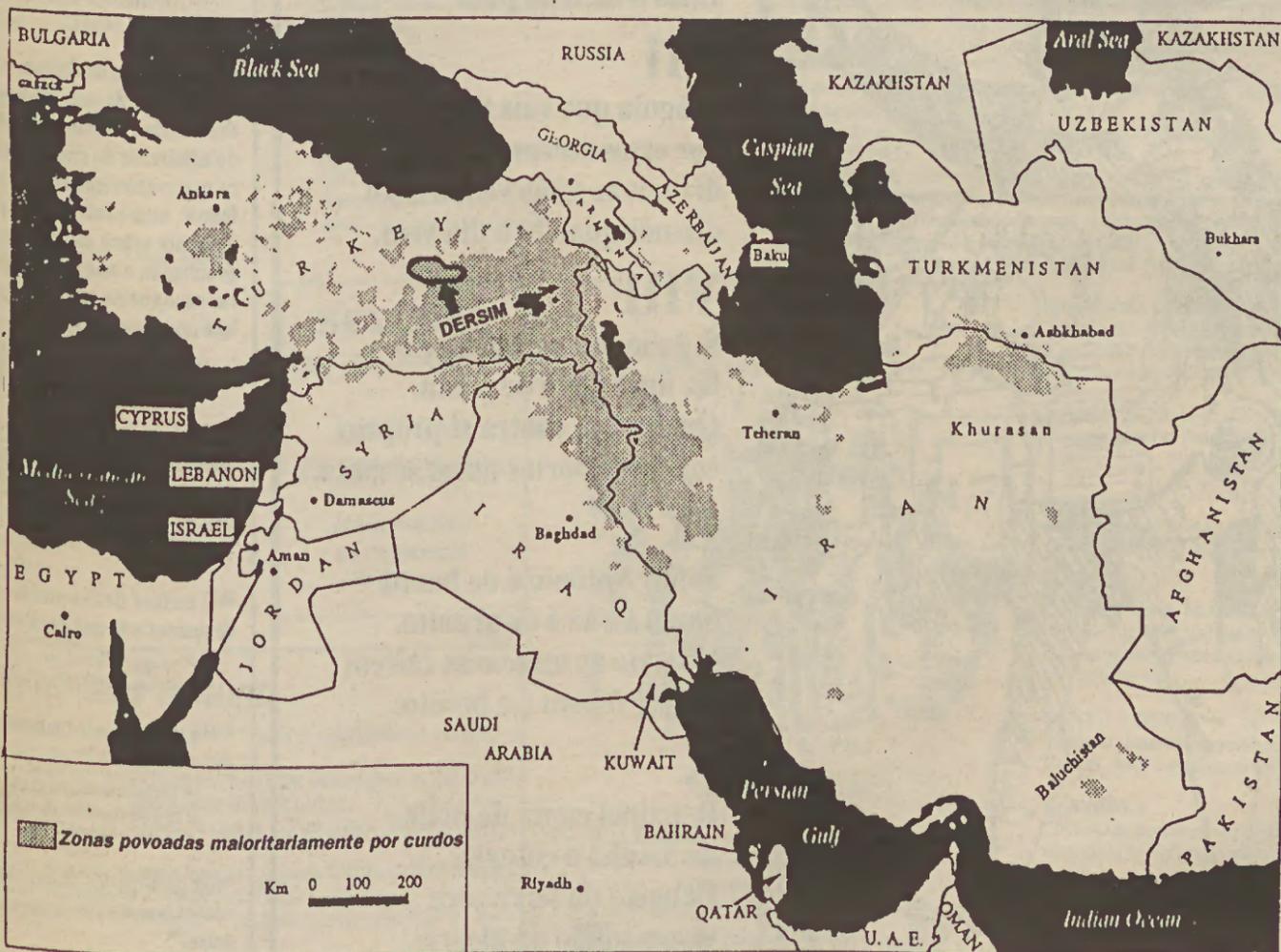
• 1923 — O Tratado de Lausanne, que substitui o de Sèvres, após a derrota e expulsão dos Gregos da Anatólia, desconhece a existência do povo curdo.

Parte do antigo Curdistão turco é atribuído ao Iraque colocado sob mandato britânico. Algumas dezenas de milhares de curdos passam a ser cidadãos da Síria, sob mandato da França.

• 1924 — A República Turca proíbe a língua curda e o uso das palavras «curdo» e «Curdistão».

• 1983 — Primeira intervenção militar turca no Curdistão meridional.

• 1984 — Início da luta armada no Curdistão do Norte sob a direcção do Partido dos Trabalhadores do Curdistão — PKK.



## Pagar por isso

"Nós recorremos à discriminação. Afastámos pessoas. Foi um erro. Mas as futuras gerações deverão pagar por isto?", perguntava há dias o líder do Senado dos EUA, Bob Dole, dado como favorito dos republicanos na próxima corrida à Casa Branca. Dole atacava a chamada "discriminação positiva" posta a funcionar há uns anos na terra do Tio Sam, onde se propõe um tratamento preferencial às minorias em matéria de emprego, de habitação e de educação. Ou seja: a "discriminação positiva" é uma espécie de remendo à pressa para compensar as minorias, onde avultam os negros, e as faixas segregadas da sociedade, nomeadamente as mulheres, de séculos de opressão e exploração desenfreadas conduzidas pelo poder dos brancos. Pois até esta tímida reforma os republicanos querem, agora, anular, achando que "as futuras gerações não deverão pagar por isto".

"Futuras gerações" de quem? Dos brancos, evidentemente. Quanto às futuras gerações das minorias (aliás cada vez menos minoritárias, sobretudo no quadro da produção global dos EUA), essas podem perfeitamente continuar a "pagar por isso". Ah, grande democracia americana!

## "Transcendências" I...

O Governo de Cavaco Silva cedeu, mais uma vez, em toda a linha na questão da pesca da palmeta, aceitando servilmente o pacto leonino imposto pelo Canadá e aceite pelas instâncias comunitárias, em total desprezo pelo direito internacional e os interesses portugueses. Não surpreende ninguém, ao ponto de não haver um único partido da oposição que não se tenha indignado. Que outra coisa se podia esperar de um Executivo como o do PSD/Cavaco Silva que, na última década, dizimou a agricultura, a indústria, a

# PONTOS CARDEAIS

extração mineira e a generalidade dos interesses estratégicos portugueses, para apenas obedecer aos ditames da Comunidade Europeia e aos interesses das economias poderosas que mandam na Comunidade?

Ridiculamente, o Governo de Cavaco Silva apresentou um voto contra, sem qualquer efeito prático e provocando a risota complacente dos parceiros, acobardando-se de avançar com o veto a que tinha direito, dando assim um "tiro de pólvora seca", como acusou o PCP. Mas mais espantoso ainda é o argumento invocado pelo cavaquismo para não utilizar o veto. "Não estão em causa interesses transcendentais do País", afirmou o Governo, por interposto ministro. Então a economia portuguesa não tem transcendência que baste, quando ainda por cima está no caos em que está? O desemprego, a miséria e a fome que avançam no País não têm "transcendência"?

Pelos vistos, para o PSD "transcendentes" são os interesses dos outros.

## ... e "transcendências" II

Segundo dados há dias divulgados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), onde se inscrevem os desempregados do nosso país, o desemprego atingiu quase 430.000 pessoas (429.927) no mês de Março, o que representa um crescimento de 7,8% relativamente a Março do ano passado. Lisboa e Vale do Tejo é a região onde se concentra o maior número de desempregados e a que registou a maior taxa de crescimento. Além disso, quase metade dos desempregados procuram um novo posto de trabalho há mais de um ano. Entretanto o desemprego também continua a crescer em termos mensais:

o número de desempregados inscritos no IEFP registou um acréscimo de 0,1% relativamente a Fevereiro. Obviamente, trata-se de um problema "sem transcendência", para o Governo de Cavaco Silva.

## Os milhões de Deus

Falando em S. Paulo, no Brasil, o líder mundial da seita "Igreja Universal do Reino de Deus", que já se instalou em 31 países, incluindo Portugal, acusou a Igreja Católica de ser "a maior desgraça do Terceiro Mundo", considerando que "o catolicismo só tem oportunidade de crescer entre os países pobres à custa da exploração dos mais necessitados". Esta seita, segundo a revista brasileira "Veja", já conseguiu um património de 400 milhões de dólares desde que foi formada, em 1977, actuando junto de milhões de desesperados espalhados pelo mundo...

## FRASES da SEMANA

"Hoje, Deng Xiao Ping e os dirigentes chineses, de comunistas não têm nada."

✉ (Mário Soares - «Público», 19.04.95)

"No plano económico, no plano dos gostos, no plano da vida quotidiana, não há dúvida de que, hoje, cada chinês começa a pensar à sua maneira."

✉ (idem)

"Daí que julgue que o mundo tem obrigação, especialmente o mundo ocidental - a Europa, os Estados Unidos e o Japão -, de ajudar a China a evoluir da melhor maneira. Uma explosão social chinesa afectaria o mundo inteiro."

✉ (idem)

"Nenhum político que fale "verdade" sobrevive numa democracia, cuja essência é a de uma representação. Os políticos são os actores privilegiados de um conjunto de procedimentos e da materialização em pessoas de expectativas que podem ser medidas por critérios, mas que não devem ser levadas à letra."

✉ (Pacheco Pereira - «Diário de Notícias», 13.04.95)

"Pode ser que Fernando Nogueira esteja certo quando defende que a melhor forma de os políticos enfrentarem o ambiente hostil é porem a vida a nu. Mas é preciso perceber que, ao desautorizar o seu líder parlamentar, Nogueira deu um passo muito perigoso."

✉ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 14.04.95)

"Apesar do lado mais cosmopolita e moderno de Guterres e do perfil mais provinciano e "kitch" de Nogueira, eles serão, porventura, os homens psicologicamente - e politicamente - mais complementares do universo político português."

✉ (Vicente Jorge Silva, «Editorial» - «Público», 14.04.95)

"Numa época de cinismo crescente acerca da actividade política, desejo declarar-me profundo admirador do sistema político norte-americano e dos seus frutos: uma controvérsia permanente sobre soluções para problemas, e não sobre mentiras ou, o que é o mesmo, sobre a luta crua pelo poder nu."

✉ (João Carlos Espada - «Público», 17.04.95)

"A vida política na democracia americana está a tornar-se cada dia mais excitante e instrutiva."

✉ (idem)

"O melhor destes vinte anos de democracia está para vir."

✉ (António Pinto Leite - «Expresso-Revista», 14.04.95)

"Há uma grande incógnita: a meteorologia."

✉ (René Remond, politólogo, sobre as eleições presidenciais francesas - «Público», 14.04.95)

"Os portugueses ficam com as razões e os outros ficam com o peixe."

✉ (Agostinho Lopes - «TV2 Jornal», 17.04.95)

## PONTOS NATURAIS

# Quadras com cheirinho popular

**I**  
Por aquela parede acima  
vai um caracol abaixo  
Ai como é triste o destino  
de um caracol! É o que eu acho.

**II**  
A saia da Carolina  
tem um lagarto pintado.  
Por ordem da CEE  
o bicho vai ser tirado.

**III**  
Ó rama ó que linda rama  
ó rama do olival  
e a terra a morrer na chama  
em que arde Portugal.

**IV**  
Da minha janela à tua  
vai um salto de alto mar.  
O tempo que nós vivemos  
já é tempo de acabar.

**V**  
Tia Anica, Tia Anica  
tia Anica de Loulé.  
Tanto mais tonto se fica  
quanto mais TV se vê.



**VI**  
As pombinhas da Catrina  
andaram de mão em mão.  
Vazia é a casa onde está  
vazio o saco do pão.

**VII**  
Ó águia que vais tão alto  
por essas serras além  
diz-nos se estás vendo o sol  
diz-nos quando o dia vem.

**VIII**  
S. João pra ver as moças  
fez uma fonte de prata.  
Quem vota contra si próprio  
com as próprias mãos se mata.

**IX**  
Santo António é de barro  
Santa Cruz é de granito.  
Quando as máscaras caírem  
vai ser o bom e o bonito.

**X**  
Rouxinol canta de noite  
de manhã a cotovia.  
Debaixo da terra seca  
vive o sonho da alegria.

# 25 de Abril

## Comemorações populares

### 21º aniversário

**PORTO**  
22 a 30  
Exposição  
"Guerra Colonial  
Memórias Privadas"  
JF Bonfim/Salão Nobre  
23  
"Verdes Anos", de Paulo Rocha  
Org. Cineclube do Porto  
Cinema Batalha, 10h30,  
entrada livre  
24  
"Verdes Anos", de Paulo Rocha  
Org. Cineclube do Porto  
Cinema Batalha, 18h, entrada livre  
Espectáculo com *Brigada Victor  
Jara, Tito Paris, Salsa Con Fuego,  
Coral de Letras*  
Baixa do Porto, 23h  
25  
*Corrida da Liberdade*  
10h - Lg. Soares dos Reis  
Pç. da Liberdade  
*Homenagem aos resistentes  
antifascistas*  
11h - Lg. Soares dos Reis  
(junto à ex-Pide)  
*Cortejo e animação da Av. dos Aliados*  
15h  
*Grupos Corais e Ranchos Folclóricos*  
17h - Baixa do Porto  
26  
Debate  
"Guerra Colonial,  
e depois do adeus..."  
22h - JF Bonfim/Salão Nobre

**COIMBRA**  
22  
Baile popular  
22h - Bairro da Bairrinha  
23  
Tarde infantil na R. Ferreira Borges/Visconde da Luz  
Tarde musical no Lg. Padre Júlio, S. Martinho do Bispo  
16h  
Teatro no Grémio Operário  
22h  
24  
Música e Poesia  
22h - Pç. Velha  
25  
*Almoço de democratas*  
12h30 - Cantina A dos SSUC  
*Desfile popular*  
Ranchos Folclóricos - Grupo de Danças e Cantares  
16h - Jardim da Manga-Parque da Cidade  
Teatro  
22h - Grémio Operário

**BARREIRO**  
22  
Exposição colectiva de pintura  
Biblioteca Municipal  
23  
Provas desportivas.  
Aula de aeróbica  
aberta a toda a população - Luso F. Clube, 18h45  
24

**Desfile**  
21h30 - CM - Palco 25 Abril  
*Grupos Corais e de Danças e Cantares,*  
Banda "Dixit", Vídeo "25 Abril"  
A partir das 22h30 - Palco 25 Abril  
25  
Provas desportivas  
a partir das 9h - vários locais  
Exposição "Do 25 de Abril ao 1º de Maio"  
16h - Biblioteca Municipal  
*Concerto de Música Popular*  
17h30 - Palco 25 de Abril

## Abel Prieto em Portugal

Abel Prieto, presidente da União dos Escritores e Artistas de Cuba, participa nos próximos dias nas seguintes iniciativas:  
Lisboa, hoje, quinta-feira, às 17h30 - Encontro com jovens universitários na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.  
Coimbra, sexta-feira, 21, às 21h - Debate na casa da Cultura. Tema: "História e Ideologia - 35 Anos de Revolução".  
Porto, sábado às 16h - Conferência sob o tema "A Literatura Cubana e Latino-Americana", no auditório do Sindicato dos Profs. da Zona Centro.  
Setúbal, domingo, 23, às 21h - Conferência: "O bloqueio, o cerco económico e a resposta do povo".



### BRAGANÇA

24  
*Noite da Liberdade*  
Teatro, poesia, fados, Coral Brigantino,  
Evocação de José Afonso  
21h - Aud. do Inst. Port. da Juventude  
25  
*Manhã Infantil*  
Almoço 25 de Abril - 12h30  
Festa popular - 15h, Pç. 1º de Maio

### LOURES

Exposições  
1 a 30 Abril - Museu Municipal  
22  
*Concerto pela Banda dos Bomb. Voluntários*  
Soc. 1º de Agosto Santariense  
24  
*Espectáculo "Maio, Maduro Maio"*  
21h30 - Pavilhão Paz e Amizade  
25  
*Corrida Internacional da Liberdade*  
9h - Odivelas

### UISEU

25  
*Espectáculo musical com Julian del Valle*  
15h  
Jantar comemorativo  
19h30 - Esc. Sec. Alves Martins

### SETÚBAL

Segunda-feira, 24, às 20h

### ENCONTRO DE DEMOCRATAS

Jantar-convívio  
no restaurante  
"O Quintal"

## Convívios e outros actos comemorativos promovidos pelo PCP, CDU e grupos de outros democratas

### ALMADA

Almoço comemorativo no CT Alberto Araújo - sábado, 22.  
Almoço comemorativo no CT da Charneca do Lumiar,  
com a participação de Maria Emília de Sousa - dia 23.

### AMADORA

Almoço em Alfragide - no restaurante "Anfal", dia 22, às 13h  
Convívio da Juventude CDU - CT da Brandoa, dia 22, às 16h.

### BARCARENA

Jantar promovido pela Com. Freg. do PCP no Grupo Recreativo da Tercena, com a participação de Luís Sá - segunda-feira, 24, às 20h30.

### BRAGA

Almoços-convívios da CDU em Cabanelas, Vila Verde (dia 23, às 12h30) e em Barcelos (dia 25, às 12h30) no restaurante "Marisqueira"; jantares-convívios em Vila Nova de Famalicão (restaurante "Barão", dia 24, às 20h), Fafe (restaurante "Toca do Lobo", dia 24, às 20h), Esposende (restaurante "Rita Figueira", em Fão, dia 25, às 20h), Guimarães (restaurante "Túnica", em Moreira de Cónegos, dia 25) e Fermal de Basto (no Café Sport, dia 24, às 20h30).

### BARREIRO

Exposição de Artes Plásticas "Abril Um Pensamento", promovida pela Célula dos Trabalhadores Comunistas das Autarquias do Barreiro: inauguração no dia 28, às 21h30, no CT do Barreiro.

### CASCAIS

Almoço-convívio promovido pela organização do PCP da freguesia de Cascais, com a participação de Blanqui Teixeira: dia 23, às 13h no CT de Cascais.

Jantar comemorativo da freguesia de Cavaleiros no CT de Sassoeiros, com a participação de Carlos Rabaçal: dia 24, às 21h.  
Jantar comemorativo no Centro de Trabalho de S. Domingos de Rana - 2ª feira, 24, 20h.

### CALDAS DA RAINHA

Almoço comemorativo no restaurante "Ribatejana", com a participação de Luís Sá: dia 25, às 13h.

### ENTRONCAMENTO

Almoço promovido pela CDU, com a presença de um militar de Abril, no restaurante "Palmeira", em Vila Nova da Barquinha - dia 25, às 13h.

### FIGUEIRA DA FOZ

Almoço promovido pela Comissão de Democratas para as Comemorações do 25 de Abril: dia 24, às 20h, no restaurante "O Tubarão".

### GRÂNDOLA

Almoço comemorativo em Lousal: dia 25 na sede da Assoc. do Pessoal das Minas do Lousal.  
Almoço comemorativo em Grândola, no Refeitório dos Trabalhadores da CM, com a participação de Jerónimo de Sousa: dia 25, às 13h.

### HORTA

Convívio comemorativo no Clube Naval da Horta - dia 24 à noite.

### LISBOA

Jantar-convívio na Voz do Operário, promovido por trabalhadores de Empresas e Serviços de Lisboa, com a participação do Capitão de Abril Dinis de Almeida - 5ª feira, dia 20, às 19h30 (Inscrições: tel. 01.528023).

Almoço-convívio no Centro de Trabalho Vitória das freguesias de S. José, Pena, Coração de Jesus, S. Nicolau, Mártires - sábado, 22, 13h00 (Inscrições: tel. 01.3562715/6/7).

Almoço-convívio na Feira Popular (Restaurante "Imperador dos Frangos") das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião - domingo, 23, 12h30.

Jantar comemorativo dos Trabalhadores de Seguros na Cooperativa Militar, com a participação do Capitão de Abril Nápoles Guerra - 6ª feira, 28, às 19h30.

Jantar-convívio promovido pelos apoiantes da CDU nos CTT - 6ª feira, 21, às 19h30, na Adegas Tagarro (R. Luz Soriano, 21-23).

Jantar comemorativo promovido por trabalhadores da Função Pública - 2ª feira, 24, na Cooperativa Militar.

Almoço promovido por democratas da freguesia de S. Domingos de Benfica - sábado, 29, às 13, no "Pastelinho de Benfica".

Jantar-convívio promovido pelo Sector da Saúde da ORL - segunda-feira, 24, às 19h30, no restaurante "A Valenciana", com a participação de José Casanova.

### MARINHA GRANDE

Sessão evocativa do 25 de Abril, promovida por um grupo de mulheres comunistas e a Com. Conc. do PCP, com a participação de Dinis de Almeida e de Maria da Piedade Morgadinho: dia 22, às 21h30, no CT do PCP.

### MIRANDELA

Provas desportivas e Festa popular promovidas pela CDU em Carvalhais: dia 25, à tarde e à noite.

### MONTIJO

Exposição, projecção de um filme e debate com a presença do Militar de Abril Serra Graça: no CT do PCP, dia 25, às 15h.

### PORTO

Convívio promovido pelo Sector de Educação e Ensino da ORP em Baguim do Monte: dia 25, a partir das 18h30, em casa do chefe Figueiredo.

Convívio promovido pelo Sector da Saúde da ORP, na Coop. Gesto (Trav. do Ferraz, 13): dia 25, a partir das 19h.

### SANTO TIRSO

Vilarinho - Jantar comemorativo no salão da Pastelaria S. Miguel - 2ª feira, 24, 20h.

Guidões - Jantar comemorativo no Lugar da Igreja - 2ª feira, 24, 20h30.

### SESIMBRA

Convívio de democratas no Grupo Desportivo de Sesimbra, com jantar (às 20h30) e espectáculo (às 22h), com a participação, entre outros, de Duran Clemente e Aurélio Santos: dia 24.

### SINTRA

Almoço-convívio em Belas, na Assoc. de Moradores e Proprietários da Serra da Silveira, com a participação de Lino Paulo: dia 23, às 13h.



28 de abril de 1995  
21.00 H

Com a participação de  
**Ruben de Carvalho**  
(jornalista e membro do C. C. do P.C.P.)  
Sede Nacional da JCP  
(Rua Sousa Martins, N.º 8) -  
Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP



JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

## Reuniões e plenários de células do PCP

### CASCAIS

Plenário de militantes que trabalham nas empresas da freguesia de S. Domingos de Rana, sobre a situação política e social, o 25 de Abril e 1º Maio: quinta-feira, 20, às 18h, no CT de Tires.

Reunião sobre Associativismo, com os camaradas que estão nas colectividades do concelho de Cascais e com a participação de Carlos Rabaçal: quarta, 26, às 21h, no CT de Tires.

### LISBOA

Plenário do Sector Centro Norte: sexta, 28, às 19h, no CT da Av. Duque de Loulé.

### LOURES

Odivelas - Plenário de militantes do PCP e activistas da CDU na freguesia, com a participação de Agostinho Lopes: sexta, 21, às 21h30, no CT do PCP.

### SETÚBAL

Reunião de militantes sobre o 25 de Abril, 1º de Maio e eleições legislativas: no CT do Edifício Arrábida, sexta, 21, às 21h30.

Paio Pires - Plenário de militantes da célula da SN - Planos: CT de Paio Pires, quinta, 20, às 17h30.

### SINTRA

Reunião da célula da CM-SMAS: hoje, dia 20, às 21h, no CT de Rio de Mouro.

Plenário de militantes da freguesia de Colares: sexta, 21, às 21h30, no CT de Mucifal, com a participação de Jaime da Mata.

### LOURES

Sábado, 22

Assembleias das Organizações de Freguesia

### II ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE CAMARATE

CT de Camarate, às 15h

### I ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE UNHOS

Infantário Pomba da Paz, 15h

com a participação de Alexandre Teixeira

### II ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE MOSCAVIDE

Casa da Cultura, 15h

com a participação de Carlos Grilo

### III ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE LOURES

CT de Loures, 14h30

com a participação de Agostinho Lopes

Jornada de esclarecimento  
junto às empresas da Venda Nova  
com a participação de dirigentes sindicais  
e activistas da CDU  
Hoje, quinta-feira, a partir das 12h30

### JCP/Leiria

Dias 22 e 23 de Abril

Visita de informação e convívio  
às Grutas de Cezaredas

Dia 22 - Olho Marinho e Planalto de Cezaredas.

Acampamento

Dia 23 - Visita às Grutas, na companhia de activistas  
da E.C.O.

(Inscrições: tels. 044.568675 e 062.23095)

## CONCERTO POR ABRIL

SILENT SCREAM  
SIMBOSE

ALTERNATE YELLOW STONE

DIA 22 DE ABRIL 16H JUNTO AO APEDEIRO DO AREIRO  
ENTRADA LIVRE

## PALAVRAS CRUZADAS

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

**HORIZONTAIS:** 1 - Vesícula que contém a bilis; pessoa gibosa, corcovada; designa o fim de tempo; 2 - Apreciador; ligarem; 3 - Silibar; mau cheiro; perfume; 4 - Apologia; inutilizo; panela; 5 - Pron. pessoal; tropeção; membro das aves; 6 - Pássaro; prep.; utensílios de padeiro; 7 - Satélite de Júpiter; acolá; comparece; rio da Rússia; 8 - Limite; duas num; prep.; 9 - Casca de árvore que aromatiza o vinho; despendioso; lamentos; 10 - Letra grega (pl.); palmeira indiana de folhas comestíveis; amaro; 11 - Rostos; patroa; bajula; 12 - Vendedores de roupa usada; sacrifiquem matando; 13 - Pedido de socorro no mar; general que comandou a terceira invasão francesa; guarnece com asas.

**VERTICAIS:** 1 - Realiza; fraca; reduc. de casa. 2 - Competidor; lavrado. 3 - Que tem lá; dizem que Maio é o seu mês. 4 - Espaço de tempo; parte; cloreto de sódio. 5 - Maior; personagem do «Frei Luís de Sousa», de Garrett; ruído. 6 - Aspecto; brisa; Sódio (s.q.); com saúde. 7 - Aniversário; fruto do pomar. 8 - Recobramos. 9 - Lá longe; penhasco. 10 - Cobre (s.q.); dialecto falado no Sul de França na Idade Média; apelido do 3.º governador-geral do Brasil; Índio (s.q.). 11 - Esposa de Henrique VIII decapitada por adultério; denso; patroa. 12 - Enguia; escudeiro; começo de adoração. 13 - Indivíduo sem valor; corja. 14 - Receias; barcos estreitos e compridos para regatas. 15 - Ave corredora australiana; os dois; mulher que amamenta crianças alheias.

### SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

**HORIZONTAIS:** 1 - Valdevinos; mal. 2 - Leitoras; sane. 3 - Em; únicas; meias; 4 - Gás; amas; Taís. 5 - Eros; oi; ares; CV. 6 - Telas; sagas; tia. 7 - Iléu; tom; dor. 8 - Radar; raros; ais. 9 - Idos; pó; aiar. 10 - Ais; sebo; atum. 11 - Na.; Salado; aguar. 12 - Paralela; agra. 13 - Remorara; eco.

**VERTICAIS:** 1 - Vegetariano. 2 - Maré; adia. 3 - Al; sólidos; pé. 4 - Léu; salas; Sam. 5 - Dina; ser; sare. 6 - Étimo; pelam. 7 - Vocais; robalo. 8 - Iras; ata; Oder. 9 - Nas; agora; ola. 10 - Os; tramóia; ar. 11 - Mães; satá. 12 - Seis; ruga. 13 - Mais; toa; muge. 14 - Ana; cério; Arc. 15 - Lesava; suarão.

## XADREZ

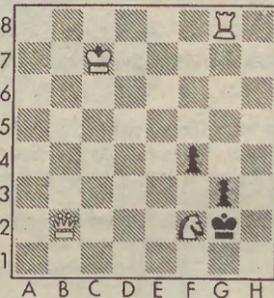
DIX - 20 DE ABRIL DE 1995

PROPOSIÇÃO N.º 1995X031

Por: SAM LOYD

1.º Prémio Chess Monthly, 1857

Pr: [3]: Ps. f4, g3 - Rg2  
Br: [4]: Cf2 - Tg8 - Dh2 - Rf7



Mate em 3 lances

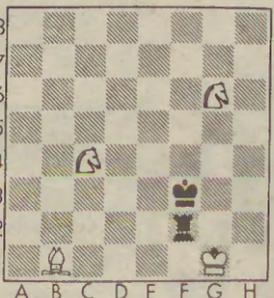
PROPOSIÇÃO N.º 1995X032

Por: HENRI RINCK

La Stratégie, 1920

Pr: [2]: Tf2 - Rf3

Br: [4]: Cs, c4, g6 - Bb1 - Rg1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DIX

N.º 1995X031 [S. L.]: 1. Cg4, Rh1; 2. Dh2+, g:h2; 3. Cf2# Se: 1..... Rh3; 2. Ch2; g:h2; 3. Dh8#  
Se: 1..... Rf3; 2. Dg2; g2; 3. Dd3# Se: 1..... Rf1; 2. Ta8; -, 3. Ta#  
N.º 1995X032 [H. R.]: 1. Cf4; Rg3; 2. Ch5+; Rf3; 3. Cc5+, Rf2; 4. Cg3+, Rf4; 5. Cd3; [g4]+ e g.

A. de M. M.

## DAMAS

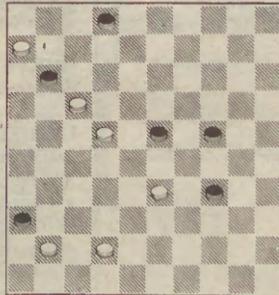
DIX - 20 DE ABRIL DE 1995

PROPOSIÇÃO N.º 1995D031

Por: G. L. GORTMANS

GB, 1938

Pr: [6]: 2-11-23-24-34-36  
Br: [6]: 6-17-22-33-41-42



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO

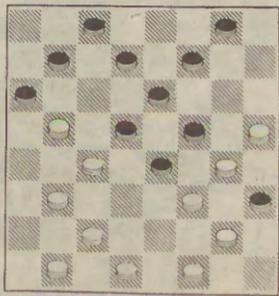
N.º 1995D032

GOLPE N.º 117

Por: GUIDO BOCCALI

Damasport N.º 7/8 18.XII.1959

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 9-13, 21-18; 4. 13-17, 25-21; 5. 10-14, 18-13; 6. 1-5, 13-9; 7. 12-16, 32-28; 8. 8-12, 27-23; 9. 11-15, 30-27; 10. 10-13, 19-14; 11. 6-10, 23-19; 12. 16-20, 21-18 Diagrama



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º DIX

N.º 1995D031 [G. L. G.]: 1. 22-18, (36x29); 2. 18-12, (11x22); 3. 12-17, (2x17); 4. 6x39+  
N.º 1995D032 [G. B.]: 13. 20-23, 27-11; 14. 12-15, 19-12; 15. 10-19, 22-15; 16. 7-30-D+

A. de M. M.

## FILMES

### QUINTA, 20

#### A Dança Tem Perigos

«Coney Island» (EUA/1943). Real.: Walter Lang. Int.: Betty Grable, George Montgomery, Cesar Romero, Charles Winninger. Cor, 93 min. *Comédia Musical.* (14.50, SIC)

#### Peggy Sue Casou-se

«Peggy Sue Got Married» (EUA/1986). Real.: Francis Ford Coppola. Int.: Kathleen Turner, Nicolas Cage, Barry Miller. Cor, 104 min. Ver *Destaque.* (21.30, Quatro)

#### Ao Fundo da Noite

«In the Cold of the Night» (EUA/1990). Real.: Nico Mastorakis. Int.: Jeff Lester, Marc Singer, Adrienne Sachs, Brian Thompson. Cor, 108 min. «*Thriller.*» (01.00, Canal 1)

### SEXTA, 21

#### Pena de Morte

«Nous Sommes Tous des Assassins» (Fr./1952). Real.: André Cayatte. Int.: Raymond Péllegrin, Marcel Mouloudji, Louis Seigner. P/B, 111 min. Ver *Destaque.* (14.50, SIC)

#### Aguirre, O Aventureiro

«Aguirre, Der Zorn Gottes» (RFA/1972). Real.: Werner Herzog. Int.: Klaus Kinski, Cecilia Rivera, Helena Rojo, Ruy Guerra, Del Negro. Cor, 90 min. Ver *Destaque.* (21.30, Quatro)

#### Juno e o «Paycock»

«Juno and the Paycock» (Gr.Br./1930). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Sara Allgood, Edward Chapman, Sydney Morton, Marie O'Neill. P/B, 85 min. *Drama.* (23.10, TV 2)

#### O Estranho Caso do

#### Dr. Jekyll e do Sr. Hyde

«Dr. Jekyll and Mr. Hyde» (EUA/1920). Real.: John S. Robertson. Int.: John Barrymore, Martha Mansfield, Nita Naldi, Brandon Hurst. P/B, 72 min. Ver *Destaque.* (00.40, TV 2)

### CINCO AMIGAS

«Pink Lightning» (EUA/1991). Real.: Carol Monpere. Int.: Sarah Buxton, Martha Byrne, Jennifer Blanc, Rainbow Harvest, Jennifer Guthrie. Cor, 88 min. *Telefilme.* (01.20, Canal 1)

### SÁBADO, 22

#### Extralarge - Um Detective de Peso

«Detective Extralarge: Black and White» (EUA/1991). Real.: Enzo G. Castellari. Int.: Bud Spencer, Philip Michael-Thomas, Vivian Ruiz. Cor, 88 min. *Policial/Humor.* (18.10, Canal 1)

#### A Paixão dos Fortes

«My Darling Clementine» (EUA/1946). Real.: John Ford. Int.: Henry Fonda, Linda Darnell, Victor Mature, Walter Brennan, Tim Holt, Ward Bond, Cathy Downs, Alan Mowbray, John Ireland. P/B, 94 min. Ver *Destaque.* (23.40, TV 2)

#### Meias de Seda

«Silk Stockings» (EUA/1957). Real.: Rouben Mamoulian. Int.: Fred Astaire, Cid Charisse, Janis Page, Peter Lorre, Joseph Buloff. Cor, 117 min. Ver *Destaque.* (23.50, Quatro)

#### Delicatessen

«Delicatessen» (Fr./1991). Real.: Jean-Pierre Jeunet e Marc Caro. Int.: Dominique Pinon, Marie-Laure Dauriac, Karin Viard, Jean-Claude Dreyfus. Cor, 94 min. Ver *Destaque.* (00.35, SIC)

#### Uma Mulher para Dois Amantes

«Cafe Romeo» (Can./1993). Real.: Rex Bromfield. Int.: Catherine Mary Stewart, Jonathan Crombie, Michael Ironside, John Cassini. Cor, 90 min. *Melodrama.* (00.40, Canal 1)

#### Isabel

«Isabel» (Can./1967). Real.: Paul Almond. Int.: Geneviève Bujold, Marc Strangé, Gerard Parkes, Elton Hayes, Ede Kerr. Cor, 108 min. *Drama.* (02.10, Canal 1)

### DOMINGO, 23

#### Um Homem às Direitas

(Port./1944). Real.: Jorge Bruno do Canto. Int.: Barreto Póeira, Julieta Castelo, Carmen Dolores. P/B, 106 min. *Drama/Comédia.* (16.50, SIC)

#### As Desventuras de Merlin Jones

«The Misadventures of Merlin Jones» (EUA/1963). Real.: Robert Stevenson. Int.: Tommy Kirk, Annette Funicello, Leon Ames. Cor, 87 min. *Comédia.* (17.30, Canal 1)

#### Selvagem e Perigosa

«Something Wild» (EUA/1986). Real.: Jonathan Demme. Int.: Melanie Griffith, Jeff Daniels, Ray Liotta, Margaret Colin. Cor, 119 min. Ver *Destaque.* (22.20, SIC)

#### Gestos no Silêncio

«Le Pays des Sourds» (Fr./1993). Real.: Nicolas Philibert. Int.: Abouba-ker, Ahn Tuan, Betty, Florant, Frédéric, Jalal. Cor, 95 min. *Documentário.* (a partir das 22.30, TV 2)

### SEGUNDA, 24

#### Machado Vermelho

«Red Tomahawk» (EUA/1967). Real.: R. G. Springsteen. Int.: Howard Keel, Joan Caulfield, Broderick Crawford, Scott Brady. Cor, 80 min. «*Western.*» (14.50, SIC)

#### Roxanne

«Roxanne» (EUA/1987). Real.: Fred Schepisi. Int.: Steve Martin, Daryl Hannah, Shelley Duvall, Rick Rossovich, Fred Willard. Cor, 107 min. Ver *Destaque.* (21.30, Quatro)

#### Assalto ao Arranha-Céus

«Die Hard» (EUA/1988). Real.: John McTiernan. Int.: Bruce Willis, Alan Rickman, Bonnie Bedelia, Alexander Godunov, Reginald VelJohnson. Cor, 126 min. Ver *Destaque.* (22.20, SIC)

#### Cuba

«Cuba» (EUA/1979). Real.: Richard Lester. Int.: Sean Connery, Brooke Adams, Jack Weston, Hector Helizondo, Denholm Elliott. Cor, 118 min. *Aventuras.* (02.35, Canal 1)

### TERÇA, 25

#### Paixões Violentas

«Wild in the Country» (EUA/1961). Real.: Philip Dunne. Int.: Elvis Presley, Hope Lange, Tuesday Weld, Millie Perkins, John Ireland. Cor, 110 min. *Drama.* (14.50, SIC)

#### Uma Mulher de Armas

«One Against the Wind» (EUA/1991). Real.: Larry Elikann. Int.: Judy Davis, Sam Neill, Denholm Elliott, Anthony Higgins. Cor, 95 min. *Telefilme.* (21.30, Quatro)

#### Sentimento

«Senso» (It./1954). Real.: Luchino Visconti. Int.: Alida Valli, Farley Granger, Massimo Girotti, Heinz Moog, Rina Morelli, Christian Marquand. Cor, 111 min. Ver *Destaque.* (22.45, TV 2)

#### Sybill II

«Sybill II» (EUA/1976). Real.: Daniel Petrie. Int.: Joanne Woodward, Sally Field, Brad Davis. Cor, 100 min. *Drama.* (00.30, SIC)

#### Missão Indiscreta

«Boris and Natasha» (EUA/1988). Real.: Charles Martin Smith. Int.: Sally Kellerman, David Thomas, Paxton Whitehead. Cor, 90 min. *Espionagem/Comédia.* (01.45, Canal 1)

### QUARTA, 26

#### Casei com uma Feiteira

«I Married a Witch» (EUA/1942). Real.: René Clair. Int.: Frederic March, Veronica Lake, Robert Benchley, Susan Hayward, Cecil Kellaway. P/B, 74 min. *Comédia/Fantasia.* (14.50, SIC)

#### Mediterrâneo

«Mediterraneo» (It./1991). Real.: Gabriele Salvatores. Int.: Diego Abantantuono, Claudio Bigagli, Giuseppe Caderna, Claudio Bisio. Cor, 96 min. *Guerra.* (21.30, Quatro)

#### Os Reis do Sol

«Kings of the Sun» (EUA/1963). Real.: J. Lee Thompson. Int.: Yul Brynner, George Chakiris, Shirley Ann Field, Richard Basehart. Cor, 108 min. *Histórico.* (00.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 20

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Gente Remota
16.00 Futebol: Holanda-Portugal (Juniões)
18.00 Com a Verdade M'Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 Isto Só Vídeo
21.50 Com Peso e Medida
23.05 Coisas da Vida
00.05 24 Horas
00.45 Remate
01.00 Ao Fundo da Noite (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.05 A Sombra da Dúvida
18.00 Escola Paraíso
18.35 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.20 O Museu D'Orsay
21.10 Magazine - «Ver Artes»
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Guerras da Droga
23.35 Musical: «Tom Jobim»
00.25 Souvenirs

- SIC
11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 A Dança Tem Perigos (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas



«Gente Remota» agora no Chile

- 19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.30 Especial Informação
23.00 Os Trapalhões em Portugal
23.40 A Máquina da Verdade
00.40 A Noite da Má-Língua
01.55 Último Jornal
02.10 Internacional SIC

- QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Clube da Manhã
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
20.50 Fora de Jogo
21.00 Peggy Sue Casou-se (ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Protagonistas
00.45 Brasil 500
01.15 O 8º Dia

Sexta, 21

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Ciznas
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.30 Eternos Novatos
15.55 Noite Mágica
16.50 Rumo a Avonlea
17.40 Missão Impossível
18.30 Com a Verdade M'Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.35 Desculpem Qualquer Coisinha
22.05 Concurso 1, 2, 3
24.00 24 Horas
00.40 Remate
00.55 Contos Assombrosos
01.20 Cinco Amigas (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.00 Voleibol (Troféu RTP)
19.00 Rua Sésamo
19.35 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Os Windsor
21.05 A Roda do Mundo
21.30 Ver Para Ler
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Histórias que o Tempo Apagou
23.10 Juno e Paycock (ver «Filmes na TV»)
00.40 O Estranho Caso do Dr. Jekyll e do Sr. Hyde (ver «Filmes na TV»)

- SIC
11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos

- QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.30 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra-Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
17.00 O Céu como Horizonte
18.15 Em Busca de...
19.25 Telejornal
20.35 Diz-me com Quem Andas
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Por Trás do Crime
23.30 Últimas Notícias
23.50 Meias de Seda (ver «Filmes na TV»)
14.50 Pena de Morte (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Mini Chuva de Estrelas
22.40 Só para Inteligentes
00.15 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
01.30 Playboy

- QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Clube da Manhã
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.15 Fora de Jogo
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Aguirre, o Aventureiro (ver «Filmes na TV»)
24.00 TVI Jornal
00.45 Pelo Contrário
01.30 Brasil 500

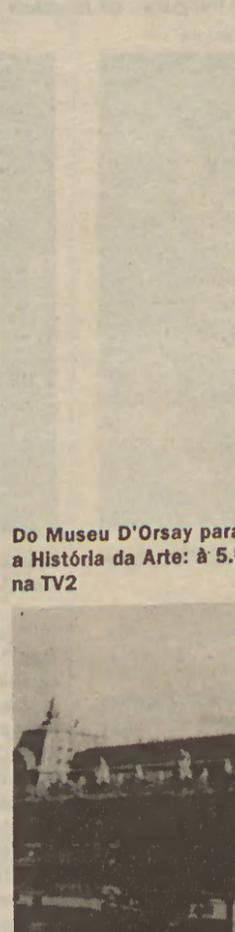
Sábado, 22

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Coração Selvagem
14.00 Made in Portugal
14.30 Clube Disney
16.15 As Aventuras de Brisco County
17.00 Arca de Noé
18.10 Extralarge - Um Detetive de Peso
18.50 Desencontros
19.55 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 Desencontros (Compacto)
21.40 Noite Mágica
22.40 Parabens - Convidado principal: Carlos Carvalhas
00.20 24 Horas
00.40 Uma Mulher para Dois Amantes (ver «Filmes na TV»)
02.10 Isabel (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
19.35 Forum Musical
20.35 Praia da China
21.30 Músicas dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.05 TV2 Desporto
23.40 A Paixão dos Fortes (ver «Filmes na TV»)

- SIC
11.00 Buéréré
13.00 Portugal Radical
14.00 Quatro por Quatro
15.00 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Lóco
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite + A Semana
21.15 Irmãos Coragem
22.15 Cenas de um Casamento
23.00 Uma Noite de Sonho
00.20 Último Jornal
00.35 Delicatessen (ver «Filmes na TV»)

- QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.30 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra-Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
17.00 O Céu como Horizonte
18.15 Em Busca de...
19.25 Telejornal
20.35 Diz-me com Quem Andas
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Por Trás do Crime
23.30 Últimas Notícias
23.50 Meias de Seda (ver «Filmes na TV»)
Do Museu D'Orsay para a História da Arte: à 5.ª na TV2



Carlos Carvalhas é esta semana o convidado principal do programa «Parabéns». Sábado à noite no Canal 1

Domingo, 23

- CANAL 1
08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.25 86-60-86
14.55 Kung Fu - A Lenda Continua
15.45 Emoções Fortes
16.10 A Lei de Burke
17.00 A Grande Pirâmide
17.30 As Desventuras de Merlim Jones (ver «Filmes na TV»)
19.00 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Eu Tenho Dois Amores
21.40 Festival de San Remo
23.40 Domingo Desportivo
01.10 24 Horas
01.30 No Calor da Noite

- CANAL 2
09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
14.00 TV2 Desporto
19.30 Um País de Floresta
20.15 Música ao Domingo: «7º Torneio dos Jovens Músicos»
21.10 Gente Remota - «Chile»
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo - Tema: «Gagos», que inclui o filme «Le Pays des Sourdes» (ver «Filmes na TV»)

- SIC
11.00 Buéréré
13.00 National Geographic
14.00 Walker, o Ranger do Texas
14.50 Big Show
16.50 Um Homem às Direitas (ver «Filmes na TV»)
19.00 Médicos sem Fronteiras
20.00 Jornal da Noite
21.20 Assuntos de Família
22.20 Selvagem e Perigosa (ver «Filmes na TV»)
00.50 O Senhor que se Segue
01.50 Vá para Fora Cá Dentro
02.05 Último Jornal
02.20 No Fim do Mundo

- QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.00 Regina Coeli
12.30 Missa
13.45 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
17.00 Adultos à Força
18.00 O Poder da Lei
18.55 Trocado em Miúdos
19.30 Telejornal
20.00 O Novo Ciclo
21.05 O Agente Especial
22.00 Não te Enerves
22.30 Cluedo
23.30 Bang Bang
00.00 Últimas Notícias
00.15 Jornal do Mundo

Segunda, 24

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.30 Férias Coloridas
16.20 Eu Tenho Dois Amores (ver «Filmes na TV»)
17.40 Missão Impossível
18.30 Com a Verdade M'Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.40 74.5 Uma Onda no Ar
21.30 Nico d' Obra
22.05 Claudia Shiffer
22.55 Zona+ Carlos Cruz
00.35 Caminhada sem Tréguas
01.30 24 Horas
02.10 Remate
02.35 Cuba (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.05 A Casa do Caçador
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
20.05 Que Família
20.35 Magazine - «Saúde»
21.00 Segunda Parte
21.45 Ver para Ler
21.50 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
23.15 Teatro - «Guerras de Alecrim e Manjerona»
01.00 As Teias da Lei
02.10 Souvenirs

- SIC
11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Machado Vermelho (ver «Filmes na TV»)
15.45 Buéréré
16.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Ponto de Encontro
22.20 Assalto ao Arranha-Céus (ver «Filmes na TV»)
00.35 Último Jornal
00.50 Flash Back

- QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Alf
11.30 Televidas
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.30 Roxanne (ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.05 Prolongamento
00.30 Dar que Falar
01.20 Novos Ventos

Terça, 25

- CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Filhos da Madrugada
16.00 Vizinhos
16.50 Rumo a Avonlea
17.40 Missão Impossível
18.30 Com a Verdade M'Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.40 74.5 Uma Onda no Ar
21.30 A Mulher do Sr. Ministro
22.00 Cabaret
23.05 Prova Oral
00.50 24 Horas
01.30 Remate
01.45 Missão Indiscreta (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
16.00 Televidas
17.15 Escola Paraíso
17.45 Rua Sésamo
18.25 Um, Dó, Li, Tá
19.10 Irlanda-Portugal
21.00 Rotações
21.50 RTP/Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Magazine - «Cinema»



Na tarde de 25 de Abril, «Filhos da Madrugada» cantam José Afonso - o concerto Lisboa 94 em Alvalade, Verão passado. No Canal 1

- 23.15 Sentimento (ver «Filmes na TV»)
00.20 Alta Frequência - «Jorge Palma»
01.20 Souvenirs

- SIC
11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
14.50 Paixões Violentas (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.10 Casos de Polícia
00.15 Último Jornal
00.30 Sybill II

- QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 Televidas
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Uma Mulher de Armas (ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
24.00 Jornal de Negócios
00.30 Dar que Falar
01.20 Caixa de Perguntas

Quarta, 26

- CANAL 1
08.05 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.30 Cabaret
16.40 Rumo a Avonlea
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M'Enganas
19.00 Desencontros
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.25 Futebol: Irlanda-Portugal
22.40 74.5 Uma Onda no Ar
23.30 24 Horas
00.10 Remate
00.25 Os Reis do Sol (ver «Filmes na TV»)

- CANAL 2
12.00 Televidas
17.05 A Sombra da Dúvida
18.05 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Universo Interior
21.05 Universidade Aberta
21.40 Ver para Ler
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal

- 22.30 Acontece
22.45 Reportagem
23.50 Um Amor Feliz
01.00 O Som do Silêncio
01.55 Souvenirs

- SIC
11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Casei com uma Feiticeira (ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.45 All You Need Is Love
22.45 Minas e Armadilhas
00.05 Último Jornal
00.20 Tostões e Milhões

- QUATRO
10.30 Lumen 2000
11.00 Alf
11.30 Televidas
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.25 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.00 Fora de Jogo
21.30 Mediterrâneo (ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
24.00 Prós e Contras
00.30 Dar que Falar

## Por isto e por aquilo...

### Peggy Sue Casou-se

(Quinta, 21.30, Quatro)

Durante uma das habituais reuniões de antigos colegas de estudo, *Peggy Sue* - agora mãe de dois filhos crescidos - desmaia e, ao acordar, revê-se em plenos anos 60 recordando o seu encontro com o actual marido de que hoje tenta separar-se. Tomando um desajeitado argumento sem «pernas para andar», **Francis Ford Coppola** confronta-se aqui com um dos maiores desastres da sua notável carreira de cineasta e nem o reconhecido esforço dos principais intérpretes - Kathleen Turner ou Nicolas Cage - chegam para salvar o que dificilmente teria salvação.

### Pena de Morte

(Sexta, 14.50, SIC)

Um homem habituado a matar durante a guerra torna-se criminoso depois da Libertação, até que é preso e condenado à morte. O seu advogado, entretanto, tenta obter o perdão procurando denunciar perante os acusadores os problemas e as culpas da sociedade. Um filme de **André Cayatte** que, ao contrário das suas pretensões, não atingiu, junto da opinião pública, os objectivos que pretendia: transformar-se num manifesto contra a pena de morte. Tudo porque o filme está recheado de efeitos algo exagerados que por vezes resultam caricaturais, o que lhe rouba muita da credibilidade.

### Aguirre, O Aventureiro

(Sexta, 21.30, Quatro)

Neste filme esplendoroso que é, ao mesmo tempo, a mais poderosa obra de ficção encenada pelo realizador alemão **Werner Herzog**, estamos perante a cinematização do diário escrito por *Gaspar de Carvajal* que, no século XVI, foi um dos



Kathleen Turner e Nicolas Cage, em «Peggy Sue Casou-se», de Francis Ford Coppola

### Roxanne

(Segunda, 21.30, Quatro)

Para a realização deste filme, **Fred Schepisi** foi buscar o seu argumento a uma adaptação livre e atualizada para os nossos tempos da peça clássica *Cyrano de Bergerac*, de **Rostand**. Aqui, o herói de proeminente nariz (**Steve Martin**) é um chefe de bombeiros que se apaixona por uma bela menina (**Daryl Hannah**) que, um dia, ao sair repentinamente de casa para chamar o gato, deixa o roupão entalado na porta... Hesitando entre as propostas de amor do chefe dos bombeiros e de um outro colega do primeiro (**Rick Rossovich**), *Roxanne* começa por render-se ao ardor da amorosa missiva que julga ter sido escrita por este. Mas, desfeito o equívoco, a agradável comédia acaba por ver a heroína decidir-se pelo seu *Cyrano*.

### Assalto ao Arranha-Céus

(Segunda, 22.20, SIC)

Um pouco ao contrário dos indestrutíveis «heróis solitários» (típicos do *reaganismo* cinematográfico militante), este **John McLane**, simples polícia de Nova Iorque, começa por surgir aos nossos olhos como um pacato «agente da ordem» que não deixa de nos surpreender com a sua aterradora (e aterrada) vulnerabilidade face ao pânico de morte em que involuntariamente se envolve. Tudo começa quando vem a Los Angeles para reacender a chama de um casamento em declínio e celebrar com a mulher e os filhos a véspera de Natal. Mas outras «chamas» o aguardam! Chegado ao arranha-céus onde se realiza a festa anual da empresa em que a mulher trabalha, eis que os convivas (e o nosso herói) são surpreendidos pelo ataque de um grupo de terroristas que os converte em reféns durante a tentativa de roubar centenas de milhões de dólares em acções, à guarda de um cofre-forte. É então que **McLane**, fazendo das fraquezas forças, se vê perante a necessidade de resolver, praticamente só e sempre à beira do colapso final, uma tão complexa situação. O que se segue é indescritível, com cenas de acção, violência e destruição como raramente o cinema nos deu, e ainda alguns perfeitos achados (que funcionam como contraponto aos habituais clichés dos filmes de acção) como a cena de autêntico bailado em que se transforma o duelo final ou as insólitas comunicações de rádio do aterrizado **McLane** com o único ponto de ajuda no exterior... O problema é que isto - que já aqui foi transcrito duas, três, quatro vezes - arrisca-se a ser substituído, na próxima, por um *uff!!!* de grande enfado, já que nenhuma novidade pode representar para o espectador um filme de que já se usou e abusou quanto às suas incontáveis repetições! Só no que toca à SIC, que sabemos, já é a segunda vez que o inclui na chamada... «Noite de Estreia!»

### Sentimento

(Terça, 22.45, TV 2)

Chegado à 7ª arte a partir do seu interesse pelos cenários e pela decoração, **Luchino Vis-**



Klaus Kinski, uma grande interpretação em «Aguirre, O Aventureiro», de Werner Herzog



Henry Fonda, Linda Darnell e Victor Mature, intérpretes principais de «A Paixão dos Fortes», de John Ford

membros do exército espanhol, comandado por *Gonzalez Pizarro* (meio-irmão do brutal conquistador dos Incas), durante uma expedição ao Peru em busca da lendária cidade do ouro, *El Dorado*. Apenas alguns aspectos cabe salientar neste curto espaço de recensão: a esmagadora interpretação de **Klaus Kinski** (na personagem do ambicioso *Don Lope de Aguirre*), o cenário natural escolhido para as filmagens (as florestas sul-americanas, como ambiente indicado por excelência para o tradicional e omnipresente *leitmotiv* dos filmes de **Herzog** - o homem em ligação e confronto com a natureza), a fabulosa direcção de fotografia de **Thomas Mauch** e a contida (e, por isso mesmo, eficaz) banda sonora de **Popol Vuh**.

### O Estranho Caso do Dr. Jekyll e do Sr. Hyde

(Sexta, 00.40, TV 2)

Única adaptação do romance de **Stevenson** datada do período do «mudo», esta versão foi considerada, à época, exemplar sobretudo pelas então sensacionais «transformações» na caracterização de **John Barrymore**, a par de outras sequências de antologia como aquela em que as imagens de uma aranha deixam perceber que o *Dr. Jekyll* jamais deixará de ser o *Sr. Hyde*... Uma verdadeira curiosidade.

### A Paixão dos Fortes

(Sábado, 23.40, TV 2)

Perto de Tombstone e prestes a chegar ao fim o transporte de uma manada de gado em direcção à Califórnia, os irmãos *Earp* são assaltados por um bando de malfeitos, o irmão mais novo é morto e as cabeças de gado roubadas. Nomeado *sheriff* e os irmãos seus ajudantes, *Wyatt Earp* enceta a perseguição aos criminosos e acaba por alcançá-los. Com uma magistral interpretação de **Henry Fonda** e dois excelentes papéis de **Victor Mature** e **Linda Darnell**, este belíssimo filme de **John Ford** é inspirado na fortíssima e lendária personagem do Oeste - *Wyatt Earp* - e conta-nos um episódio famoso da história de um dos mais corajosos defensores da Lei. Sendo, sem dúvida, um dos mais celebrados *westerns* de **John Ford** (numa impressionante lista de 54!), a obra mostra-se ainda superior às várias versões da história dos irmãos *Earp*, incluindo mesmo o excepcional *O.K. Corral* realizado por **John Sturges** em 1957. Um dos melhores filmes da semana, a não perder.

### Meias de Seda

(Sábado, 23.50, Quatro)

Quem não se recorda da sequência de antologia em que, neste filme, **Cyd Charisse** cuidadosa e lentamente calça um par de meias de seda pretas?... Mas não só esta cena marcou o filme, que ainda tem **Fred Astaire**, a dançar e a cantar *rock'n'roll* (!), e **Peter Lorre** igualmente a matar numa comédia musical com música de **Cole Porter** que (pormenor, afinal, de somenos importância) gira à volta da mesma história de *Ninotchka*.

### Delicatessen

(Sábado, 00.35, SIC)

Em poucas palavras, este é um filme acerca do... canibalismo. Afinal muito próximo, em termos de *estilo*, das obras de um **Marcel Carné** ou um **Jean Vigo**, e temperado pelo surrealismo de um **Louis Buñuel**, este filme de **Jean-Pierre Jeunet** e **Marc Caro** (dois vultos maiores do documentarismo, da animação e dos *videoclips* «made in França») é uma comédia originalíssima que, com fortes doses de *humor negro* se debruça sobre uma absurda história de *canibalismo* como imaginosa metáfora para caracterizar os dias de hoje. Sem dúvida violento, o filme rejeita, entretanto, toda e qualquer exibição da *sanguinolência*, já que as cenas potencialmente mais chocantes passam-se fora do campo de visão do espectador. Recheado de excelentes interpretações a cargo de actores completamente desconhecidos, *Delicatessen* é um filme que as referências aconselham a não perder.



Mellanie Griffith e Jeff Daniels, em «Selvagem e Perigosa», de Jonathan Demme



Steve Martin e Daryl Hannah, em «Roxanne», de Fred Schepisi



Bruce Willis prestes a entrar pelo vidro, em «O Assalto ao Arranha-Céus», de John McTiernan

### Selvagem e Perigosa

(Domingo, 22.20, SIC)

Saído da «escola» do realizador-produtor **Roger Corman**, **Jonathan Demme** é um dos mais notáveis cineastas do actual cinema norte-americano e *Selvagem e Perigosa* é o início de uma fase cada vez mais prometedora da sua carreira que nos haveria de dar *Casada Com a Mafra* ou *O Silêncio dos Inocentes*. Aqui, viajando entre as tonalidades do *terror* e do *humor negro*, o realizador conta-nos a história de um encontro fortuito entre um jovem burguês e uma sedutora marginal que conduzirá a peripécias burlescas ou dramáticas mas sempre inimagináveis... Em termos de intérpretes, **Mellanie Griffith** revelava-se neste filme como uma surpreendente descoberta enquanto **Jeff Daniels** confirmava tudo o que prometera em *A Rosa Púrpura do Cairo*.

contínua sempre se revelou, ao mesmo tempo, um realizador fortemente empenhado num cinema social de que *A Terra Treme* e *Obsessão* são alguns dos exemplos maiores no início da sua carreira - tendo sido este último considerado um autêntico manifesto do *neo-realismo* no cinema italiano. A sua reputação de encenador teatral frequentemente o fizeram encaminhar para o mundo da ópera, tendo ficado célebres as suas encenações de **Rossini**, **Donizetti** ou **Bellini** para a **Callas**. Num certo sentido, a obra-prima que a TV 2 hoje nos oferece - *Sentimento* - pode bem considerar-se um *filme-ópera* em que o realizador parte de um argumento de **Boito** e de música de **Bruckner** para encenar este *melodrama* situado entre Verona e Veneza em meados do séc. XIX que tem como protagonistas principais uma condessa italiana casada e um jovem oficial austríaco. Uma obra de grande refinamento visual e estético, magnificamente interpretada por **Alida Valli** e **Farley Granger**.

# À margem da desova da Páscoa

■ Francisco Costa

Já nada é o que era, os tempos mudaram e estão irremediavelmente mais tristes.

Dantes, na Páscoa, as famílias desapossadas que não podiam fazer ponte e zarpar daqui para fora - ou, simplesmente, as que se ficavam por casa porque o tempo por esta altura até nem dava para ir à praia - ainda tinham a televisão para entreter os olhos e os ouvidos, em horário nobre. E ele eram, mesmo no Canal 1 (!), *Lagos dos Cisnes* ou *Quebra-Nozes*, à antiga, em pontas e com «tutus», com corpos de baile todos certinhos e «pas-de-deux» virtuosos arrancando às plateias imensos «bravôs». Ele eram espectáculos de circo, com actores e atrizes famosos e cantores e locutores conhecidos, domando as feras dentro das jaulas, equilibrando-se nas cordas bambas ou engolindo facas, voando mesmo sem rede, industriados em segundo plano por apagados mas eficazes domadores, equilibristas ou palhaços. Ele eram os *shows* de magia, em fraque e sapatos de polimento, com espantosos truques de cartas, brilhantes lantejoulas, poalhas coloridas e lenços esvoaçantes de onde saíam pombas ou alvos coelhos escapando das cartolas - à revelia dos efeitos especiais, dos fumos e dos truques holográficos dos tempos de hoje. Ele eram estreias de séries inglesas, com *ladies* e *gentlemen* a comer rins salteados com ovos mexidos, bebendo muitos chás ou perseguindo raposas em caçadas cheias de luzimento. Agora, tudo mudou. Nem um Pavarotti se arranja!

Como se já nem as santas festas as levassem a fugir à rotina, as nossas televisões

mantiveram-se, nesta Páscoa, iguais à habitual miséria do seu tris-quotidiano. Para quem, em termos de televisão, também estava à espera de uma verdadeira ressurreição, tudo se ficou pela continuação do calvário...

## O intenso prazer da representação

Agora a sério, a bem dizer, há aqui algo de exagero. Quem quis fugir à indignância reinante, certamente que terá encontrado algo com que melhor se entreter. Claro que pode não ter sido precisamente nos três dias da ponte - foi, talvez, há uma ou duas semanas (o tempo passa tão depressa!) ou já mesmo depois do Domingo de Páscoa - mas ainda se encontra qualquer coisa de que valha a pena ao crítico falar.

Por exemplo, de teatro para televisão. Foi o caso da espantosa versão de «*Bruscamente no Verão passado*» que a TV2 nos ofereceu há dias vinda da BBC. Porventura a ideia que o inveterado espectador de televisão tem mais presente da fulgurante peça em um acto de Tennessee Williams é aquela que o cinema na pequena caixa já várias vezes lhe trouxe à sua presença com pantufas. Nada mal, nada mal, já que sempre valeu a pena ver ou rever o interessante (embora demasiado longo) filme de Mankiewicz, a visão cinematográfica de uma obra teatral que dificilmente se julgaria poder sair do ambiente mágico de um palco. E, depois, independentemente da fragilidade da prestação de Montgomery Clift, não foi sempre um prazer ver representar Katharine Hepburn ou Elizabeth Taylor, assim dirigidas?

Curioso é o facto de, para muita gente, o filme afinal se ter constituído por excelência, como o «modelo» de representação (nos vários sentidos da palavra) da peça daquele grande autor teatral norte-americano. E, no entanto, ela era em si mesma *uma outra forma* de nos fazer viver a intensidade daquela tremenda tragédia.

Foi, então, certamente com grata surpresa que aqueles que continuam sem poder ver a obra no seu lugar de origem - o palco - agora fruam o intenso fulgor de uma outra adaptação, desta vez para o *plateau* de um estúdio de televisão e bem mais próxima da ausência de efeitos que é timbre da escrita original do seu autor, firme defensor do poder da palavra. E, assim, talvez melhor tenham compreendido a beleza e a força de um grande texto vivido por actrizes bem conhecidas da cena britânica, como Maggie Smith e Natasha Richardson, ou actores da nova geração americana, como Rob Lowe, em interpretações se possível ainda superiores àqueles «originais» mais familiares - tudo servido por um trabalho de câmara e realização do mais alto quilate britânico.

## Nem tudo o que luz é oiro

Já a versão do bailado «*Copélia*», de Léon Delibes - que o coreógrafo francês Maguy Marin imaginou especialmente para a televisão e que, numa co-produção da RM Arts e da Rádio Dinamarquesa em associação com a BBC, a RTP (!), a ZDF e o canal Arte, a mesma TV2 nos ofereceu há três dias - não correspondeu totalmente às expectativas.

Aqui, pelo contrário, foi à versão da coreografia original que os amadores do conhecido *ballet* romântico porventura foram buscar a comparação, já que esta *outra forma* de no-la devolver - o *aggiornamento* da história, dos cenários, das personagens, da coreografia e do estilo de dança, em geral - pouco mais veio «acrescentar» de particularmente interessante ou verdadeiramente inovador ao conhecimento que tínhamos da versão clássica.



Sem dúvida que deu nas vistas, pela prometedora surpresa, o solo inicial da bailarina principal - Françoise Joulie - e, em geral, toda a sua actuação. Também é certo que Nerses Boyadjian esteve correcto na figura de Coppélius. Ainda a concepção actual dos «pas-de-deux» ou as movimentações dos primeiros e segundos planos do conjunto de bailarinos e bailarinas subverteram, de forma interessantemente moderna, o esquema tradicional das marcações e passos do «corpo de baile». Mas o problema maior desta versão «moderna» residiu na constante necessidade de o espectador conhecedor da história original se sentir constantemente forçado a recorrer à sua memória para desvendar os mecanismos da «intriga» que a nova coreografia lhe propunha. Sem esquecer que o desejo de a todo o custo «inovar» frequentemente pro-

dos ruídos «naturais» em meio da asséptica banda sonora da música gravada do *ballet*, sendo que, ao mesmo tempo, não podia deixar de se tornar ridículo naquele contexto por vezes naturalista o (inevitável e tradicional) mimar dos «diálogos» entre as várias personagens, afinal próprio de uma convenção outra, pertencente à própria concepção clássica do bailado.

Enfim, nem tudo o que vem lá de fora nos deixa de boca aberta - por cá, há bailado moderno bem melhor que este, mesmo que por hipótese (é um *supônhamos*...) fosse televisionado sem as pompas da «alta definição».

E assim continuamos à espera que as câmaras da televisão pública resolvam ir, por exemplo, até ao palco da Gulbenkian...

## «Livro de Estilo»

«A televisão tem a força vital que em muito difere da escrita: é um "never ending story" de emoções»

(Artur Albarran, TVI - «Expresso-Revista», 14.04.95)

«A dado momento faz-se um "break" e lança-se uma notícia mais apelativa.»

(Luís Marques, Director-Adjunto de Informação da SIC - idem)

«Notícias duras com "fait-divers" e novamente notícias duras (...) Um alinhamento por ondas, à brasileira.»

(Artur Albarran - idem)

«A grande diferença entre a informação que se fazia há 10 anos e a actual é apenas uma questão de ética. Interessa atordoar o espectador com imagens.»

(José Carlos Castro, TVI - idem)

«Um programa de televisão tem de agradar a gregos e troianos, isto é, ao trabalhador rural e ao coração do Vasco Pulido Valente.»

(Artur Albarran, TVI - idem)

«As televisões não descobriram isto só agora. Sempre se soube que os portugueses podem não ler jornais mas gostam de ver notícias na TV - é mais fácil.»

(Miguel Sousa Tavares, SIC - idem)

«As pessoas gostam do debate, mas não se pode querer que (a informação) tenha o mesmo tipo de audiência que um jogo de futebol ou um "Chuva de Estrelas".»

(Margarida Marante, SIC - idem)

«Notícia é tudo o que seja novo, susceptível de interessar ao maior número de pessoas.»

(José Rodrigues dos Santos, RTP - idem)

«O cidadão comum tomou consciência de que também pode ser protagonista da informação.»

(Emídio Rangel, Director de Informação da SIC - idem)

«Há muito que isto começou lá fora: a ideia de que as pessoas estão fartas da política e querem é ver o cidadão comum.»

(Miguel Sousa Tavares, SIC - idem)

«É sempre possível ir esticando um noticiário. (...) Não podemos deixar a RTP ganhar aquela que é a nossa batalha: a informação»

(Luís Marques, Director-Adjunto de Informação da SIC - idem)

«A televisão é o meio mais democrático que há, porque se pode escolher ao minuto.»

(Judite de Sousa, RTP - idem)

Eu cá não sei, são eles que o dizem...

# de FOICE

## A Marcopaulândia

Numa entrevista recente, o cançonetista Marco Paulo ameaçou divulgar os nomes dos que recusaram ir ao seu programa televisivo dos "Dois Amores". Trata-se de uma virilidade súbita na postura do artista. Quando o programa começou - e não foi há tanto tempo como isso -, ainda o vimos transbordar modéstia perante a sorte grande que lhe caíra da RTP aos trambolhões.

De mãos em prece como só ele sabe, dizia então que ia começar com apenas meia hora de programa, em vez do dobro proposto, pois não tinha a petulância de se atirar, sem qualquer experiência, a um trabalho de fôlego.

Essa petulância, deu-lha o sucesso do seu indescritível programa.

Um sucesso que, num crescendo, fez sentar a seu lado, perante as câmaras e o País, muitos dos que se haviam rido do seu atrevimento de entrar pelos lares portugueses adentro com a piroseira em estado puro. Como a vingança se serve fria, o saracoteante artista não perdeu a oportunidade de cobrar, a todos e a cada um, a merecida vassalagem.

Ao ponto de os pôr a cantar - desde os Fernandes Tordos aos Hermans Josés - as piroseiras que lhe criticavam e sempre constituíram o seu reportório. Ao ponto de se transmutar o Marco Paulo das musiquinhas imbecis, pirosas e reaccionárias, num respeitável agente cultural deste País.

Perante tão clamoroso sucesso, naturalmente que o próprio Marco Paulo se convenceu disso.

Daí que se sinta autorizado a denunciar (mauzinho...) quem o rejeitou. E por que não? Tantos que o tinham criticado já lhe haviam vendido, todos, a honradez de ter opinião por uns minutos de grande audiência...

E hão-de estar outros na calha.

Do que Marco Paulo não tem que se aperceber, nesta sua alegria de ser de repente grande, é que não foi a sua arte que cresceu no meio dos detractores.

Foram os detractores que encolheram, até caberem na arte do seu programa.

Nem houve qualquer alquimia a transformar a piroseira das suas cantigas em poemas consideráveis, a foleirice das suas entrevistas em diálogos inteligentes, o etnocentrismo do seu programa em espectáculo poderoso, o maneirismo das suas actuações em performances arrasadoras.

O que houve - e progride - foi a degenerescência, até ao insuportável, da programação televisiva deste País, com os diversos operadores a competir, deliberada e friamente, na massificação da boçalidade, da ignorância, do primarismo, da mediocridade, da alienação, do sensacionalismo, da superficialidade, da manipulação torpe de sentimentos e fragilidades, tanto individuais como colectivas.

Foi para isso que se abriu todo o caminho às amigas olgas e aos banzais, às cenas de um casamento e aos perdoas-me, aos queridos inimigos e aos amigos para sempre, aos dois amores e aos all you need is love.

Foi nesta calda de contracultura que o programa dos "Dois Amores" se tornou um sucesso, é neste chafurdio em circuito fechado que a arrogância malévola atacou o pobre do Marco Paulo, até aqui sempre tão inteligentemente cauteloso nas apreciações aos outros. O dramático disto não são os Marco Paulos nem o pelotão de íteres que sempre aparecem para se porem ao serviço destes estados de coisas. Como diria o outro, é normal em democracia.

O que não é normal, sobretudo em democracia, é que um País inteiro seja, ditatorialmente, mergulhado num lamaçal de mediocridade por quem se assenhoreou dos grandes órgãos de comunicação de massas, e isso se transforme em índice de realidade.

É mais que tempo de gritar que o rei vai nu.

■ HC

## Álvaro Cunhal em visita ao Brasil

Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, partiu na passada quinta-feira para o Brasil, numa viagem que tem como finalidade corresponder a diversos convites que lhe foram dirigidos para participar em várias iniciativas e actos públicos naquele país. Durante a sua estada no Brasil, Álvaro Cunhal profere duas conferências - na Universidade de São Paulo (hoje) e na Pontífice Universidade Católica (também em São Paulo) e tem encontros com partidos, instâncias oficiais e órgãos de comunicação social.

A Comissão de Apoio e Recepção a Álvaro Cunhal no Brasil é constituída por Aldo Lins e Silva, jurista; António Calado, escritor; António Cândido, sociólogo; António Pinheiro Machado Neto, jurista; António Houaiss, filólogo; Darci Ribeiro, antropólogo; Dias Gomes, dramaturgo; Ênio Silveira, editor; Fernando Lemos, artista plástico; Fernando Moraes, escritor; Fernando Novais, historiador; Ferreira Gullar, poeta; Florestan Fernandes, sociólogo; Frei Betto, escritor; Gontran Neto, artista plástico; Horácio de Macedo, ex-reitor da URJ; Hugo Maia, cartoonista político; José Ramos Tinhorão, historiador MPB; Mário Gruber, pintor; Mendes André, empresário; Murillo Mello, advogado; Nelson Werneck Sodré,

historiador; Noé Gertel, jornalista; Oscar Niemeyer, arquitecto; Osni Duarte Pereira, jurista; Paulo Mendes da Rocha, arquitecto, e Rocha Barros, físico.

Álvaro Cunhal visitou no sábado a cidade de Santos, tendo participado numa sessão no Salão da Câmara Municipal, onde foi saudado pelo Prefeito David Capristano Filho, do Partido do Trabalho (PT).

### Rio de Janeiro

Durante a sua estadia no Rio de Janeiro, Álvaro Cunhal encontrou-se, na segunda-feira, com uma delegação da Associação Brasileira de Imprensa dirigida pelo seu Presidente, Barbosa Lima Sobrinho, decano dos jornalistas brasileiros e

participou num acto público, realizado no Auditório da ABI com a presença de 700 pessoas, fazendo uma intervenção sobre «A Revolução de Abril - um marco na História de Portugal».

A mesa deste Acto Público integrava diversas personalidades de relevo na vida cultural, destacados dirigentes e deputados do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Comunista do Brasil, do Partido dos Trabalhadores, do Partido Democrático Trabalhista, um dirigente da Central Única dos Trabalhadores, a directora da Federação das Mulheres do Rio de Janeiro.

Ainda no dia 17, Álvaro Cunhal teve um encontro com os camaradas portugueses residentes no Rio de Janeiro.

Na terça-feira, Álvaro Cunhal teve um encontro com o Secretariado do PCB dirigido pela Presidente Zuleide Faria de Melo e pelo Secretário-geral Ivan Pinheiro, seguindo-se um encontro com uma delegação do Directório Estadual do PC do B, com a participação da sua Presidente Ana Roche e do deputado estadual Edmilson Valentim.

Convidado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Álvaro Cunhal participou numa sessão plenária,

onde, em interrupção dos trabalhos, a sua presença foi saudada pelo Presidente da Mesa e por deputados do Partido Comunista do Brasil, do Partido Comunista Brasileiro, do Partido dos Trabalhadores, do Partido Democrático Trabalhista e do Partido Popular, que referiram a importância da luta dos comunistas portugueses.

Nesse dia, Álvaro Cunhal participou ainda num encontro com Oscar Niemeyer e numerosos amigos seus e à noite num jantar-convívio com a participação de dirigentes de partidos, de sindicatos, de associações nacionais e estaduais de estudantes.

Os jornais «O Globo» e o «Jornal do Brasil» publicaram entrevistas com Álvaro Cunhal.

Álvaro Cunhal participou ontem em diversas iniciativas em Porto Alegre e profere hoje na Universidade de S. Paulo uma conferência sobre «A Revolução dos Cravos: Abril 1974/Novembro de 1975».

## Direcção do CNJ em encontro com o PCP

A nova direcção do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) manifestou terça-feira ao secretário-geral do PCP as suas preocupações sobre a actual situação dos jovens em relação ao desemprego, ensino e habitação.

No final de uma reunião com Carlos Carvalhas, solicitada pela organização juvenil, o presidente do CNJ, Diogo Pinto, disse aos jornalistas que o encontro visou também "dar a conhecer ao PCP os projectos e objectivos da nova direcção", eleita no princípio de Fevereiro.

A direcção do CNJ já solicitou audiências com outros partidos



políticos, com quem pretende reunir-se em breve. Para além de Carlos Carvalhas, a delegação do PCP integrava Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP, e Manuel Coelho, da Direcção Nacional da JCP.

## Ministro das terraplanagens

Ocupado e preocupado em ser governo - inaugurando portagens e outras obras - e ser oposição - protestando contra as suas próprias políticas e prometendo outras para as eleições que aí vêm - o PSD está imparável. Ele é o PSD de Setúbal, num acesso de indignação, a convidar o povo a não comprar mais «renaults» (imaginem-se os milhões de reformados e as centenas de milhares de desempregados e suas famílias a passarem sem o seu «renault»); ele é a ministra do Ambiente a mandar para tribunal uma empresa de lixo (estamos a falar na importadora de lixo europeu que apareceu em Bragança); ele é o ministro do Mar a votar contra

(sem vetar, para não parecer radical) o acordo de pesca da União Europeia com o Canadá...

Pelo lado inaugurativo, entretanto, também há novidades. Anúncios e promessas de estradas, comboios, metros, eléctricos rápidos, milhões e milhões a escorrerem para que as eleições corram sobre rodas.

Neste afã, o ridículo impera. Há dias, o presidente da Direcção da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coruche, avisava toda a gente das comemorações... do 25 de Abril no concelho. E alertava para o facto de que, «Sua Excelência, o Ministro da Indústria e Energia, Senhor Eng. Mira Amaral», vai fazer «uma visita de trabalho

às terraplanagens da futura fábrica de açúcar de beterraba», em Monte da Barca. No que, esclarece o aviso, se fará «acompanhar do Senhor Dr. Fernando Nogueira». Assim mesmo.

Não se esclarece a condição em que o Senhor Dr. Fernando Nogueira aparece ali. Nem porque se inaugura uma terraplanagem com tanta pompa. Talvez o novo chefe do PSD vá para ministro das terraplanagens...

Na confusão entre governo e oposição, perdura um escândalo antigo. É a confusão entre governo e partido, tão cara do PSD.

■ LM